

POLÍTICAS PÚBLICAS EM AÇÃO - DEBATENDO COM A SOCIEDADE

Organizadores

Ronaldo Bernardino Colvero

Ewerton da Silva Ferreira

Márcio Luciano dos Santos Campos

Eduardo Nolla

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM AÇÃO:
DEBATENDO COM
A SOCIEDADE**

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai e da Unipampa.

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores. Todos os direitos reservados para Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai/Unipampa

Revisão: Adriana Grandini | Tikinet

Capa: Robson Santos | Tikinet

Imagem de capa: nito100

Projeto gráfico: Robson Santos | Tikinet

Diagramação: Beatriz Luanni | Tikinet

Epub: Rosane Abel | Tikinet

Conselho Editorial: Pedro Barros, Lucas Giron, Fellipe Cotrim e Thiago Vieira da Silva | Tikinet

Organizadores/editores: Ronaldo Bernardino Colvero, Ewerton da Silva Ferreira, Márcio Luciano dos Santos Campos, Eduardo Nolla e Daniele Bonapace dos Santos Lencina

Este livro foi publicado com apoio financeiro do Campus Universitário de São Borja/RS, da Universidade Federal do Pampa, ao Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai. O financiamento deste livro decorre de recursos obtidos pelo referido grupo de pesquisa junto ao campus São Borja/RS, através da política de campus de destinação de recursos aos grupos de pesquisa do campus.

ISBN 978-65-87080-21-5

Expediente UNIPAMPA Gestão 2017-2020

Reitor

Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor

Marcus Vinicius Morini Querol

Diretor Campus São Borja

Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico

Muriel Pinto

Coordenador Administrativo

Luis André Antunes Padilha

Captação e Gestão de Recursos

Gustavo de Carvalho Luiz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C727 Colvero, Ronaldo Bernardino, Org. e Outros
Políticas públicas em ação: debatendo com a sociedade / Organização de Ronaldo Bernardino Colvero, Ewerton da Silva Ferreira, Márcio Luciano dos Santos Campos, Eduardo Nolla e Daniele Bonapace dos Santos Lencina. – São Borja: Unipampa, 2021.
E-Book: EPUB, 169 p.; IL.

Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai

ISBN 978-65-87080-21-5

1. Sociologia. 2. Políticas Públicas. 3. Política Social. 5. Assistência Social. 5. Serviço Social. 6. Relações Sociais. 7. Desenvolvimento Regional. 8. Folha de Itaqui. 9. Participação Social. 10. Relações de Fronteira. I. Título. II. Debatendo com a sociedade. III. Colvero, Ronaldo Bernardino, Organizador. IV. Ferreira, Ewerton da Silva, Organizador. V. Campos, Márcio Luciano dos Santos. VI. Nolla, Eduardo, Organizador. VII. Lencina, Daniele Bonapace dos Santos, Organizadora. VIII. Alvarenga, Cristiano Saratt de. IX. Amaral, Núbia Velasques. X. Jornada, Eva Ferreira. XI. Garcez, João Auri. XII. Serres, Leandro de Almeida. XIII. Mendes, Thais Zanela. XIV. Lopes, Jandira Elohá. XV. Assunção, Eduardo Sanabria de. XVI. Pinto, Muriel. XVII. Souza, Itamara Martins de. XVIII. Perrini, Márcia Rejane Chitolina. XIX. Amaral, Jucleia Velasque. XX. Sampaio, Thiago da Silva. XXI. Gavião, Graciele Dala Nora. XXII. Fontoura Junior, Nei Saraiva da. XXIII. Azevedo, Domingos Sávio Campos de. XXIV. Pereira Júnior, Luís Hamilton Tarragô. XXV. Menuzzi, Sandra Micheli Greff. XXVI. Dias, Cristina Peres Barboza. XXVII. Ribeiro, Graciele Rodrigues. XXVIII. Nogueira, Carmen Regina Dorneles. XXIX. Mendes, Larissa Zanela. XXX. Mendes, Thais Zanela. XXXI. Chaves, Darlene Cristina Colaço. XXXII. Domanski, Andressa. XXXIII. Quadrado, Jaqueline Carvalho. XXXIV. Bronzoni, Matteus Newton. XXXV. Grupo de Pesquisa Gênero, Ética, Educação e Política (GEEP/CNPq). XXXVI. Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai. XXXVII Universidade Federal do Pampa.

CDU 316 CDD 306

Catálogo elaborado por Regina Simão Paulino – CRB 6/1154

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200 - Bairro Passo - São Borja, RS, Brasil - 97670-000 Fone (55)3430-9850



Sumário

Apresentação

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

ARTIGOS DO JORNAL FOLHA DE ITAQUI

SOBRE O PROJETO POLÍTICAS PÚBLICAS EM AÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Márcio Luciano dos Santos Campos

POLÍTICAS PÚBLICAS: E DAÍ?

Eduardo Nolla

COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, UMA IMPORTANTE
POLÍTICA PÚBLICA DE SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL

Cristiano Saratt de Alvarenga

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO NOSSO DIA A DIA

Núbia Velasques Amaral

AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A PANDEMIA E A VALORIZAÇÃO
DO BILINGUISMO FRONTEIRIÇO

Eva Ferreira Jornada

PRA QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTTIQ+?

Ewerton da Silva Ferreira

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A JUDICIALIZAÇÃO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS

João Auri Garcez

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:
UM ENTENDIMENTO NECESSÁRIO

Leandro de Almeida Serres

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
CONHECENDO UM POUCO DA REALIDADE BRASILEIRA

Thais Zanela Mendes

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL À ERA DE AQUARIUS

Jandira Elohá Lopes

ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM BENEFÍCIO PARA A SOCIEDADE

Eduardo Sanabria de Assunção

GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMITÊS DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Muriel Pinto

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTEGRAÇÃO DE CIDADES GÊMEAS

Itamara Martins de Souza

POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADES INTELIGENTES: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Márcia Rejane Chitolina Perini

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE VULNERABILIDADE E RISCOS SOCIAIS

Jucleia Velasque Amaral

A EMPATIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Thiago da Silva Sampaio

COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS: REPRESENTATIVIDADES COMO MEIO DE EMPODERAMENTO

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

AVANÇOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL

Graciele Dala Nora Gavião

A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ENTRE RESULTADOS E IMPACTOS

Nei Saraiva da Fontoura Junior

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E A CONFIANÇA

Domingos Sávio Campos de Azevedo

UNIPAMPA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

Sandra Micheli Greff Menuzzi

POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Cristina Peres Barboza Dias

A PANDEMIA E O TURISMO: O RETRATO DE UM DOS SETORES MAIS AFETADOS

Graciele Rodrigues Ribeiro

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR EM EAD E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Carmen Regina Dorneles Nogueira

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Larissa Zanela Mendes

Thais Zanela Mendes

A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO: UM DESAFIO PARA PREFEITOS E VEREADORES EM 2021

Darlene Cristina Colaço Chaves

A CIÊNCIA EM TEMPOS DIFÍCEIS

Ronaldo Bernadino Colvero

ARTIGOS

O CENÁRIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS

Daniel Sarmiento Pereira

Sandra Micheli Greff Menuzzi

Nubia Velasques Amaral

Muriel Pinto

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A LEITURA, OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS EM TEMPOS DE COVID-19

Eva Terezinha Ferreira Jornada

REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA
REDUÇÃO JESUÍTICA DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO

Andressa Domanski

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS VOLTADOS ÀS
COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE
ITAQUI/RS:

A PRESENÇA DO ESTADO NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

Daniele Bonapace dos Santos Lencina

Jaqueline Carvalho Quadrado

ESTADO E HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:
UM DIÁLOGO COM A (IN)EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A AFIRMAÇÃO DE DIREITOS DE ADOLESCENTES EM
CONFLITO COM A LEI

Matteus Newton Bronzoni

Ewerton da Silva Ferreira

Ronaldo Bernardino Colvero

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Pampa (Unipampa), desde sua implantação no município de São Borja, tem buscado contribuir de forma significativa com o desenvolvimento regional e fronteiriço por meio de pesquisas, debates e produções entregues por seus acadêmicos e egressos. O mestrado profissional em Políticas Públicas, através de sua área de concentração: Elaboração, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional em Áreas de Fronteira, e suas linhas de pesquisas, trazem a contextualização histórica, econômica, social e cultural da região, servindo como grande subsídio para as administrações públicas.

Este *e-book*, que faz parte de um processo amplo de estudos sobre as políticas públicas contemporâneas, foi idealizado e desenvolvido pelos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), pelo projeto de extensão denominado *Políticas públicas em ação*, que objetivou promover uma aproximação entre a academia e a sociedade, em relação aos temas afeitos às políticas públicas, em uma linguagem acessível à população e na perspectiva de oportunizar discussões sobre aspectos interdisciplinares necessários para o desenvolvimento regional, para a dinamização econômica e social, assim como para ampliação cultural da região, constituindo-se em um importante instrumento de reflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos.

Esta obra conta com o importante incentivo e respaldo do edital Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Unipampa, que contemplou o grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história política e cultura na tríplice aliança Brasil, Argentina e Uruguai, coordenado pelo professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, e composto por discentes, docentes e técnicos da Unipampa e convidados de diversas instituições.

A primeira seção conta com textos que abordam as mais diversas áreas das políticas públicas e reflexões acerca das modificações que a sociedade

contemporânea vem sofrendo, desde as últimas décadas do século XX, até antes e durante a pandemia de covid-19, com profundas transformações em todas as dimensões. Entre os meses de junho e dezembro de 2020, acadêmicos e professores do PPGPP publicaram, semanalmente, artigos no jornal *Folha de Itaquí*, na coluna “Políticas públicas em ação”, período compreendido pelas edições nº 1.043 até a nº 1.071. Todos os textos foram submetidos a uma editoração na sua estrutura, com o objetivo de melhorar a sua fluidez, assegurando o uso correto e consistente da linguagem, mantendo sua essência e garantindo uma excelente experiência de leitura.

A reunião dos artigos de jornal sintetiza, mesmo que de modo introdutório, inúmeros debates havidos no mestrado no decorrer dos anos 2019 e 2020, materializando esta oportunidade real de a universidade contribuir para a modificação e o aperfeiçoamento social. Esta iniciativa teve o propósito de fazer uma abordagem correta, clara e direta desse tema, ainda tímido nos meios de comunicação e na sociedade.

A segunda seção do livro traz artigos de discentes, docentes e convidados de instituições parceiras do PPGPP que reforçam a ideia de que é imprescindível, atualmente, entendermos e nos apropriarmos dos mecanismos políticos e institucionais do país, de forma que tal entendimento nos possibilite usá-los a nosso favor, assumindo o papel de atores participativos na sociedade, como seres políticos protagonistas em relação aos nossos próprios direitos e aos direitos da nossa região.

Isso significa fazer política, compreendendo os enigmas que nos afetam direta e indiretamente, seja no âmbito pessoal, coletivo ou institucional, porque sempre que um direito coletivo ou individual for violado ou não garantido, temos a obrigação de atuar ou auxiliar no cumprimento deste, para a defesa e justiça de um mundo que é comum a todos nós.

Daniele Bonapace dos Santos Lencina
Mestranda em Políticas Públicas
Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – Campus São Borja

ARTIGOS DO JORNAL
FOLHA DE ITAQUI

SOBRE O PROJETO POLÍTICAS PÚBLICAS EM AÇÃO

O presente projeto se embasa na função de inserção da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) na metade sul e fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI) traz como um dos objetivos da academia auxiliar no desenvolvimento dessas regiões, que têm baixos índices de desenvolvimento humano. Isso deve ser dado através do conhecimento. Assim, para os estudos – os quais ocorrem no meio acadêmico, mas visam à sociedade – alcançarem esse desiderato, é necessário criar um elo academia-sociedade e sociedade-academia. Uma maneira de realizar isso é levar à discussão, temáticas técnicas, políticas e sociais de interesse local e regional, por meio de colunas publicadas na imprensa local. Assim, a direção deste projeto é a socialização do conhecimento sobre as políticas públicas, indutora de desenvolvimento, nas suas fases de formulação da agenda, análise, implementação e avaliação. A abordagem correta e direta desse tema ainda é tímida nos meios de comunicação e na sociedade, muito embora seja um elemento com alto grau de manutenção ou modificação do cotidiano. E esta é uma oportunidade real para que a universidade contribua para a modificação deste quadro.

O presente projeto teve vigência entre 1º de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, e se justifica, pois, a comunicação leva à informação, bem precioso produzido pelos jornais locais e regionais. Por isso a proposta de levar à sociedade itaquense os assuntos relativos às políticas públicas, tanto no momento de pandemia como para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, provocar nos leitores do jornal uma reflexão sobre a importância das políticas públicas, como forma de combater os problemas da nossa sociedade. Aliás, levar esse tema à sociedade é de fundamental importância, principalmente em democracias em desenvolvimento, como proposta de emancipação local e regional.

É um elemento público, cientificamente pouco debatido, com elevada carga de influência nas dinâmicas sociais, pois a sua formulação, análise, implementação e avaliação abrangem questões orçamentárias, fiscais, previdenciárias, de saúde, da educação, da preservação do patrimônio e identidade culturais, da mobilidade urbana, do saneamento, dentre outros.

As colunas foram publicadas no jornal local *Folha de Itaquí*, localizado na rua D. Pedro II, nº 1.578, Sala 3, bairro Capelinha, na cidade de Itaquí.

O projeto visa divulgar temas relativos às políticas públicas em tempos de pandemia e ao desenvolvimento regional, no âmbito dos estudos acadêmicos da Unipampa, por meio de uma coluna no jornal *Folha de Itaquí*.

Seus objetivos específicos são: **1)** difundir os temas relativos, que cercam e permeiam as políticas públicas no momento de pandemia; **2)** aprofundar os assuntos relativos ao desenvolvimento regional, os quais gerem políticas públicas em prol de determinada região.

Quadro 1 – Equipe executora do projeto, formada por alunos e professores

Nome	Vínculo	Instituição	Função
Márcio Luciano dos Santos Campos	TAE	Unipampa – Campus Itaqui	Coordenador
Eduardo Nolla	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Coordenador
Ewerton da Silva Ferreira	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Núbia Velasque Amaral	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Eva Terezinha Ferreira Jornada	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Cristiano Saratt de Alvarenga	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
João Auri Garcez	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Leandro de Almeida Serres	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Thais Zanela Mendes	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Jandira Elohá Lopes	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Eduardo Sanábria de Assunção	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Muriel Pinto	Docente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Itamara Martins de Souza	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Márcia Rejane Chitolina Perini	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Jucleia Velasque Amaral	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Daniele Bonapace dos Santos Lencina	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Graciele Dala Nora Gavião	TAE	Unipampa – Campus Itaqui	Equipe Executora
Carmen Regina Dorneles Nogueira	Docente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Domingos Sávio Campos de Azevedo	Docente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora – Redator
Nei Saraiva da Fontoura Júnior	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Sandra Micheli Greff Menuzzi	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Cristina Peres Barboza Dias	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Luis Hamilton Tarragô Pereira Júnior	TAE	Unipampa – Campus Itaqui	Equipe Executora
Graciele Rodrigues Ribeiro	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Ronaldo Bernardino Colvero	Docente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Larissa Zanela Mendes	Externo	Unijuí	Colaboradora
Thiago da Silva Sampaio	Docente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Rafaela Wendler Blaschke	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora
Darlene Cristina Colaço Chaves	Discente	Unipampa – Campus São Borja	Equipe Executora

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os pilares que compõem uma universidade são o ensino, a pesquisa e a extensão. São fundamentais para a formação do conhecimento. Também é por meio desses que a universidade se aproxima da comunidade externa, gerando um produto e/ou serviço como devolução.

O referido projeto de extensão foi um dispositivo de divulgação dos três pilares universitários. Auxiliou no papel de mediador entre os diversos atores e ações realizadas no âmbito acadêmico e da sociedade, aproximou os projetos, e ampliará a ideia de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Dessa forma, ele se materializou pela interdisciplinaridade desses três elementos, cujo resultado foi um impacto social positivo.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Estamos vivendo um momento muito diferente em nossa sociedade, em função de uma pandemia gigantesca, que tem como causador o novo coronavírus.

Diante desta nova ameaça contra a saúde, a sociedade busca a intermediação do Estado, que é o promotor das diversas políticas públicas, buscando motivá-lo e/ou provocá-lo a mitigar tais problemas. portanto, devem ser elaboradas soluções advindas da esfera pública no combate a esta pandemia, que já levou a óbito mais de 34 mil pessoas, até o dia 4 de junho de 2020, conforme dados do Ministério da Saúde.

Conforme Secchi (2016, p. 5) “o problema público está para doença, assim como a política pública está para o tratamento”. Ou seja, as políticas públicas são os remédios para os problemas públicos. Os problemas da sociedade requerem um olhar diferenciado pelos atores públicos, na forma de elaboração de soluções que contemplem minimizar ou reduzir parte dessas dificuldades.

Os problemas públicos podem ser de vários vieses, como: social, econômico, assistencial, previdenciário, educacional, cultural, entre outros, e surgem de alguma necessidade que se observa dentro da sociedade. E quando um problema fica evidente, se faz necessário uma discussão acerca do que ele representa de negativo e os fatores que provoquem diminuição de um determinado estrato social.

O Sistema Único de Saúde (SUS), o Bolsa família, o seguro-desemprego, o orçamento público são exemplos de políticas públicas criadas com o objetivo de diminuir a desigualdade e atender parte da sociedade que se encontra excluída de algum processo social.

Diante desta pequena explicação sobre política pública, e do cenário que se apresenta hoje, no Brasil, no caso da pandemia, se faz necessário e

urgente a manutenção e a criação de políticas públicas que atendam os diversos problemas públicos advindos da vida em sociedade.

Num momento em que o afastamento social tomou conta de várias cidades do Brasil e na sombra desse afastamento, surgiram vários problemas públicos que até então estavam adormecidos, devido às pessoas estarem trabalhando e gerando suas rendas. E este é o primeiro sintoma desta pandemia: a falta de rendas do trabalhador. Em um outro momento, o próprio sistema de saúde começa a entrar em colapso, pois não existem leitos suficientes para as pessoas infectadas pelo coronavírus. Nestes exemplos práticos, demonstra-se a importância de a esfera pública ter “remédios” contra esses problemas que a sociedade apresenta. Na esteira desses problemas surgem outros, como desemprego, falta de recursos orçamentários para investimentos nas cidades, corte nos orçamentos em educação, cultura etc.

Então, neste momento de crise, os governos do Brasil, em suas instâncias federal, estadual e municipal, devem ser os principais promotores de políticas públicas, no sentido de fomentar recursos para superação desta crise que se instaurou no país.

Autor: Márcio Luciano dos Santos Campos.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 11 de junho de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1043.

POLÍTICAS PÚBLICAS: E DAÍ?

Políticas públicas é uma expressão amplamente utilizada e, por consequência, largamente conhecida. Entretanto, não se pode dizer o mesmo sobre a sua relevância e o mais importante, sua serventia. A atualidade auxilia a explicá-las melhor. Não porque antes inexistiam, mas por que hoje a atenção das pessoas volta-se ao problema do século, até então: a pandemia da covid-19!

E é justamente um problema coletivo, portanto com potencial de ser público, a matriz de uma política pública. O seu objetivo é solucionar ou preveni-lo, através de informações, consultas, cobranças, execuções, dentre outras ações.

Para citar algumas ações, os constantes decretos e explicações dos governos estaduais e municipais sobre a evolução da pandemia; o auxílio emergencial; o adiamento no pagamento de algumas obrigações para com o governo; a flexibilização em certas regras do código civil; e as linhas de crédito para as empresas são exemplos desse tipo de política.

Muitas vezes a sua execução apresenta falhas, que necessitam de ajustar, para ficar em constante aprimoramento. O pagamento do auxílio emergencial, por exemplo, por ser um programa robusto e de grande alcance, apresenta dificuldades operacionais e passa por periódicas melhorias. As deficiências são apresentadas todos os dias. Cabe ao governo as correções, inclusive de si próprio.

Por outro lado, o cidadão também tem papel de destaque nessa execução. Da mesma forma nas falhas. A urgência na liberação dos recursos deixou para depois a fiscalização sobre a real necessidade dos destinatários. Geralmente, em políticas assistenciais, essa fase é feita antes ou durante a execução.

Aos espertinhos, posteriormente, os rigores legais. A penalização, nesse caso, também é uma política pública. É a cobrança a um não-fazer – se abster – que foi feito. Por outro lado, ter um direito em algumas vezes dá a

opção de não o exercer. Muitas pessoas podem acessar esse auxílio, mas, por inúmeras razões, não se enquadram no objetivo dessa política pública, qual seja, estar passando por necessidade. Em outros termos: se eu tenho o direito, mas não preciso dele, é justo exercê-lo? O que vai influenciar na decisão é a questão moral.

Já em outras situações o desenho, a criação de uma política pública, é defeituosa, e o objetivo simplesmente não produz nenhum efeito ou um muito reduzido. Nesses casos, o correto é desconsiderá-la e providenciar outra.

O fracasso da Medida Provisória nº 944/2020, que criou linha de crédito para auxiliar as micros e pequenas empresas, é um modelo de deficiência insanável na implementação e, portanto, execução. Em torno de 10%, apenas, das micro e pequenas empresas tiveram acesso aos recursos. Espera-se com a nova medida a ser implementada as devidas correções.

Portanto, hoje em dia é, no mínimo, ingenuidade defender a inutilidade do Estado ou diminuir a sua importância e tamanho. Todos nós, em maior ou menor grau, dependemos do funcionamento das instituições públicas. Aliás, sempre dependeremos.

Em pleno século XXI é trágico, e até certo ponto cômico, a defesa da iniciativa privada – empresas e mercado – como o arauto da salvação social e da indução da igualdade, exclusivamente, através da “meritocracia”. A atualidade esfacelou essa ideia. Há dúvidas?

É fundamental a conscientização da importância disso, bem como da ligação com as instituições públicas, além do papel de cada um no Estado e diante dele. Quem acha ser possível separá-lo da sociedade, deixa de achar. Ainda dá tempo!

Antes de concluir, diz-se que o encerramento de um século e o início de outro é marcado por um acontecimento de grandes proporções. Nesse sentido, a passagem do século XIX para o XX foi conduzida pela 1ª Guerra Mundial. Seguindo esse raciocínio, o final do XX e o começo do atual dá-se, infelizmente, através da pandemia da covid-19.

Assim como no passado, o pós-pandemia trará uma nova realidade. Para a sobrevivência, adaptar-se será a condição. É inexorável! Inúmeros

problemas públicos já batem na porta e exigirão ações. Por fim, políticas públicas: e daí? Será?

Autor: Eduardo Nolla.

Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 19 de junho de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1044.

COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, UMA IMPORTANTE POLÍTICA PÚBLICA DE SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL

Nas últimas décadas, aprofundaram-se os problemas e conflitos socioambientais somados à concentração da população brasileira em cidades quase sempre desprovidas de infraestrutura, mobilidade e equipamentos urbanísticos adequados. A degradação ambiental tem estimulado a criação de políticas públicas em diversas escalas: do estadual/regional ao municipal. Já a implementação dessas políticas quase sempre recai sobre o município, gerando uma interdependência entre as políticas ambientais e o planejamento urbano, que tem que lidar com uma gama enorme de problemas sociais, ambientais e econômicos que atacam toda a população urbana municipal. Ao mesmo tempo, os municípios enfrentam dificuldades para implementar políticas públicas que visem ao cumprimento das funções sociais da cidade como instrumento resolutivo dos problemas de crescimento urbano e da desordenada ocupação de seu território. Com o aumento da ocorrência de problemas ambientais, e aliado a isso, o aumento da produção de resíduos pela população, o gerenciamento dos resíduos sólidos está tendo prioridade nas políticas públicas ambientais, tanto no Brasil como no restante do planeta. Em 2010, foi aprovada a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), como forma de buscar soluções para os problemas enfrentados pelas municipalidades nas gestões dos resíduos, estimulando práticas e atos sustentáveis. Entre as normas da PNRS, destaca-se o aumento do número de municípios com Plano de Coleta Seletiva, com a finalidade de reduzir o volume de resíduos, além de preservar o meio ambiente e economizar recursos para destinação a outras áreas do erário municipal.

Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), no Brasil, em 2018, foram gerados 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos. Isto equivale a uma média diária de 1,04kg de resíduos para cada brasileiro. Considerando que não há como deixar de produzir resíduos sólidos, parte-se do princípio do incentivo à conscientização e educação da população, fazendo uso da educação ambiental como agente propulsor de ações educacionais voltadas para o engajamento da sociedade na problemática ambiental.

Nesse contexto, são imprescindíveis ações voltadas para a sustentabilidade, a partir da criação de políticas públicas de incentivo à redução de desperdícios e de projetos ecologicamente corretos, de atuação com responsabilidade ambiental, visando colaborar para o consumo ecologicamente correto, criando diariamente soluções inovadoras e sustentáveis, mobilizando a sociedade para mudar suas atitudes de consumo. Atuar com responsabilidade ambiental, visando colaborar para o consumo ecologicamente correto, criando soluções inovadoras e sustentáveis, por meio da transformação nos processos de exploração natural, mobilizando a sociedade para mudar suas atitudes de consumo são ações imprescindíveis para os atores públicos municipais. Porém, o sucesso de uma implementação de coleta seletiva municipal somente será possível se toda a comunidade estiver conscientizada sobre sua importância e empenhada em desenvolver ações de seleção do seu lixo, seja em suas residências e/ou ambientes de trabalho. Para tanto, é imprescindível a mudança de comportamento da sociedade com relação aos resíduos e à natureza, objetivando um ideal comum: o desenvolvimento sustentável.

Autor: Cristiano Saratt de Alvarenga.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 26 de junho de 2020.
Jornal Folha de Itaquí – Ano XIX – edição nº 1045.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO NOSSO DIA A DIA

Entender a importância das políticas públicas para a sociedade civil é essencial. Todos os cidadãos são regidos pela Constituição Federal de 1988, e por meio dela são estabelecidos direitos e diretrizes que garantem o bem-estar da população. Ainda que possa passar despercebida, constitucionalmente amparada, a política pública afeta sobremaneira o nosso dia a dia.

Mas compreender essa palavra-conceito nem sempre é tarefa fácil, mesmo ela aparecendo corriqueiramente. Nos acostumamos a vê-la em jornais (este por exemplo), revistas, sites etc., mas quando somos questionados, pode existir uma certa dificuldade ao defini-la, pois a terminologia “políticas públicas” não é neutra e está presente tanto em discursos acadêmicos como midiáticos, e em falas de agentes públicos e políticos. Mas não é por não termos uma definição precisa que não sabemos o que ela é.

Hoje tentarei exemplificar de forma clara e objetiva o que esse termo representa para todos nós. Mais que “responder um problema público”, a política pública visa estabelecer a ligação entre governo e sociedade, uma vez que ela representa o método que traça as soluções de diferentes demandas. Isso significa dizer que, assim como nós, que, em nossas relações interpessoais, estamos constantemente buscando soluções para nossas vidas, na mesma proporção estão as políticas públicas para com a população.

Apesar da dificuldade em sua definição, que não é consensual mesmo entre os especialistas, todos nós somos afetados direta ou indiretamente por elas. Somos afetados, por exemplo, quando temos um contratempo de saúde, e vamos ao hospital. Nesse momento, podemos ser beneficiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que é integral, universal e gratuito. Ao sairmos do hospital, podemos ser igualmente afetados pela segurança pública, que nada mais é que um conjunto de ações que exige

responsabilidade de todos os entes federativos, a fim de possibilitar o combate à criminalidade, a garantia da ordem, o policiamento etc.

Assim como em outras esferas, temos também políticas públicas voltadas à área educacional, como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que visa à universalização da alfabetização em jovens, adultos e idosos com quinze anos ou mais. Este programa atende os municípios que possuem índices consideráveis de analfabetismo e traz como prioridade sua erradicação. No ensino superior, por exemplo, também são políticas públicas o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Mas para chegarmos à política pública propriamente dita, existe um percurso denominado na literatura de ciclo das políticas públicas. No que consiste? Em um modelo ideal, ao estilo começo-meio-fim, utilizado para o seu gerenciamento e estudo. A observância do ciclo serve justamente para evitar o desperdício ou a má utilização de recursos públicos, uma vez que é por seu intermédio que se maximizam soluções.

Até mesmo porque, se não houvesse um procedimento mais ou menos rígido a ser observado quanto à formulação-implementação-avaliação, que consiste na principal tríade deste ciclo, a administração dos bens públicos seria prejudicada. Portanto, não é suficiente que políticas públicas sejam formuladas, deve-se implementá-las e, uma vez implementadas, devem ficar constantemente em avaliação, inclusive por você, cidadão.

Autora: Núbia Velasques Amaral.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 30 de junho de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1046.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A PANDEMIA E A VALORIZAÇÃO DO BILINGUISMO FRONTEIRIÇO

A prioridade deste artigo será a política pública de educação. A educação é um direito constitucional garantido para todos(as) estudantes. O acesso à instituição pública é gratuito e obrigatório. A escola pública oferece uma aprendizagem laica, propicia acessibilidade e a inclusão. É responsabilidade dos pais ou do(a) responsável dar condições de os discentes frequentarem a escola. Entretanto, nesses tempos de pandemia, diante da crise sanitária que aflige a humanidade, os(as) discentes tem de ficar em distanciamento social. Da mesma forma, os profissionais de educação, mais do que nunca, têm de adaptar-se à realidade, para que o máximo possível de discentes receba as suas aulas por meio de uma educação remota e emergencial. Embora alguns tenham de buscar o material físico, na escola pública.

Segundo Secchi (2015, p.1) “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Neste contexto midiático, procura-se questionar um problema público, ou seja, uma diferença entre uma situação atual vivida (*status quo*) e uma situação ideal possível à realidade coletiva. Desse modo, é perceptível que os alunos não estão tendo a oportunidade de praticar a oralidade do idioma espanhol no espaço escolar. Essa disciplina poderia ser contemplada pelo Programa Mais Novo Educação, por meio de uma oficina pedagógica. Ou por meio da escola de tempo integral, que propicia a atividade complementar. Esses programas governamentais ofertam de forma gratuita aos discentes da escola pública as demandas de políticas públicas educacionais, entre essas, o ensino de língua estrangeira. Nesse caso, defende-se a língua espanhola, para ser aprendida na instituição pública, enquanto os discentes da rede privada podem fazer

curso de idiomas, pois os pais têm condições financeiras para proporcionar-lhes essa oportunidade.

A municipalidade de Itaqui é uma cidade gêmea, que faz fronteira fluvial com Alvear (Argentina). As crianças e os jovens deixaram de frequentar a escola para lidar com essa nova rotina, porque tirou todos e todas de uma zona de conforto educacional. Sabe-se que o mundo globalizado, regional e local deveria estar unido tentando lutar contra essa pandemia. Em relação a isso, há um sentimento de pertencimento à única humanidade. E o bilinguismo pode ser uma ferramenta que ajuda na integração regional, social, cultural e econômica de ambas as municipalidades. De tal modo, a fronteira não permaneceria apenas nos limites naturais, nos marcos ou nas aduanas, mas principalmente seria construída nas vivências cotidianas dos falantes brasileiros e hispânicos. Nesse local fronteiriço urge a necessidade de que professores atuem no papel político de disseminar a ideia de que é relevante estudar o idioma espanhol, para que haja uma maior integração fronteiriça e um melhor desenvolvimento regional. Porém, observa-se que as fronteiras nacionais estão fechadas apenas por protocolo de proteção à vida das pessoas. Porque, agora, não é o momento de visitar outra municipalidade. Precisa-se, diante da covid-19, saber lidar com a insegurança, com o cuidado para consigo mesmo e com o(a) outro(a). Por esses motivos que os(as) docentes estão se reinventando e atendendo as necessidades dos estudantes. Aqueles discentes, que passavam por vulnerabilidade social e tinham de ter assiduidade na escola pública, continuam recebendo o Programa Bolsa Família. No entanto, nessa reflexão, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Lei nº 13.415/2017, que entrou em vigor em 2020, preconiza que a língua estrangeira a ser propiciada aos discentes é o inglês. Diante disso, encontrou-se o problema público. Ou seja, necessita-se esclarecer que existia a Lei nº 11.161/2005, que defendia o uso da linguagem hispano/falante nas escolas do RS; o espanhol, porém, foi revogada.

Portanto, compreende-se que ainda têm instituições públicas que permanecem com a oferta do espanhol no currículo do Projeto Político Pedagógico, ou no plano de estudo do programa escola de Tempo Integral, como um componente de atividade complementar. Questiona-se por que

dar ênfase ao estudo do espanhol, na zona fronteiriça? Argumentaria que essa disciplina tem um amparo do Decreto Lei nº 8.636/2016, que orienta sobre uso bilíngue em cidades gêmeas. Está inserido na Constituição Estadual do RS, por meio da PEC nº 270/2018. A justificativa plausível é que, em um local de fronteira, dividido pelas águas do rio Uruguai, há a necessidade de continuar estudando o espanhol, pois é uma linguagem utilizada nas negociações comerciais entre as municipalidades fronteiriças locais. A língua espanhola está carregada de interculturalidade, de trabalho coletivo, cooperativo e respeito às singularidades. Percebe-se que desde a formação cultural, social, política, étnica, histórica, geográfica e linguística desses pagos, ela veio juntamente com os colonizadores espanhóis mesclar-se com as peculiaridades dos povos originários. É viva, é dinâmica e tem elementos simbólicos formados de hibridismo, de ancestralidades ao conviverem e comunicar-se: no cultivo de plantas, nas domas, nas olarias, nos cânticos, na arte... É a língua da maioria dos falantes, que residem em diferentes países da América Latina. O bilinguismo pode ser utilizado por falantes nativos ou não. Há discentes que têm vínculos parentescos com pessoas de nacionalidade argentina. Outros têm enraizados esses saberes adquiridos por meio de relações comerciais, que já estavam internalizados, na zona fronteiriça. Cabe à escola pública proporcionar esses conhecimentos idiomáticos por meio de ações estratégicas de políticas públicas linguísticas.

Autora: Eva Ferreira Jornada.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,

em 10 de julho de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1047.

PRA QUE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBTTIQ+?

As políticas públicas desenvolvem um papel fundamental para redução das desigualdades sociais presentes no Estado. É através delas que pensamos possíveis soluções para os problemas que vão se apresentando, e apenas a garantia do texto constitucional que aponta diversos direitos não é suficiente.

E por que desenvolver políticas públicas para pessoas LGBTTIQ+?

Antes de entrarmos no debate da necessidade ou não dessas políticas públicas, é necessário conceituar a sigla LGBTTIQ+, que engloba lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersex, *queers*, além do “+”, aponta para outras identidades de gênero e orientações que não estejam representadas aqui, mas que existem. Outrossim, segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), mais de 60% dos alunos LGBTTIQ+ se sentem inseguros no ambiente escolar e mais 70% da evasão está relacionada à homofobia e transfobia.

O Brasil é considerado o país que mais mata travestis e transexuais no mundo e um dos que mais mata pessoas LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais). Segundo o Grupo Gay da Bahia, uma entidade que faz pesquisas relacionadas à violência contra a população LGBTTIQ+ no Brasil, a cada dezesseis horas um LGBTTIQ+ é morto no país pelo simples fato de ser quem é. Ademais, as pessoas travestis e transexuais possuem baixa inserção no mercado formal de trabalho.

Com objetivo de reduzir os impactos causados à população LGBTTIQ+ em 2009, a partir das demandas levantadas pela comunidade em geral e instituições como ABGLT e Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, o governo federal criou o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de Pessoas LGBT.

A política pública está direcionada nos seguintes eixos: **1)** promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT; **2)** implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT. Através dos eixos mencionado, o plano aponta diretrizes para inserção da população LGBTQ+ no mercado de trabalho, assistência, educação, qualidade de vida e garantia da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, é importante destacar que muitos acabam não conseguindo acessar seus direitos devido ao preconceito enraizado e, sobretudo, pelos despreparos dos que prestam atendimento.

Embora exista essa política pública, os resultados ainda estão muito longe do esperado, pois as práticas que deveriam ser implementadas acabam sendo distanciadas devido à onda conservadora que vem crescendo no Brasil.

A sociedade brasileira está passando por diversas modificações nos últimos anos e precisamos nos atentar a isso, pois o que debatemos aqui tem impacto direto na vida de outras pessoas.

Eximir-se de debater esses temas é negar o princípio constitucional de que somos todos iguais e não se pode fazer discriminação por sexo, raça, religião, cor ou quaisquer outros motivos. Pois as diversas formas de ser e existir estão presente na escola, nos ambientes de trabalho, nas ruas, nos restaurantes e bares; por isso, precisamos ampliar o conhecimento como única forma de parar o preconceito.

Autor: Ewerton da Silva Ferreira.

Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 17 de julho de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1048.

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O propósito deste texto é contribuir com o debate sobre o poder discricionário do judiciário na defesa dos interesses públicos e que precisam ser tratados como bem tutelado pelo Estado. Assim, tratado nas relações entre poderes, sua guarda e defesa edifica o respeito e a independência da democracia, como princípio das sociedades modernas avançadas.

Busca-se com isso a preservação dos direitos e princípios humanos coletivos, sedimentados em tratados internacionais e positivados por nosso direito interno nos termos do artigo 4º da Constituição Federal: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II – prevalência dos direitos humanos”. Resguarda-se ainda que a ciência e a pesquisa são fundamentos da educação e do progresso civilizatório da sociedade humana.

Isso faz com que o assunto esteja em perfeita sintonia com a essência e os princípios disciplinares do PPGPP, pois a formação do Estado é discussão pertinente de sala de aula. E ao Ministério Público (MP), como parte essencial do judiciário, é dada a responsabilidade de resguardo do interesse coletivo, assim regrado pela Constituição Federal que, no art. 129, III, diz que “São funções institucionais do Ministério Público: I, II, III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

E que outros interesses coletivos são esses? São objetivos fundamentais do Estado brasileiro, que o artigo 3º da Constituição Federal prevê e que Oswaldo Canela Junior nos responde ensinando que: “Para o Estado social atingir esses objetivos, faz-se necessária a realização de metas, ou programas, que implicam o estabelecimento de funções específicas aos

Poderes Públicos, para a consecução dos objetivos determinados pelas Constituições e pelas leis”.

Nascem, portanto, direitos e obrigações de suprir e fiscalizar, sem abandonar a tese da harmonia entre os poderes, pois ao atender as reivindicações e as demandas sociais o Estado se ocupa da sua obrigação político-administrativa maior: governar para a maioria através da implantação das políticas públicas, que têm como principais finalidades atender as reivindicações e os anseios e necessidades de cidadãos e cidadãs organizados em um grupo de interesses comuns.

Justo é, portanto, e dizemos isso de forma preliminar, o papel do judiciário na fiscalização das ações do executivo e, neste caso específico, na implementação das políticas públicas. Observa-se que o centro desse direito é o mínimo existencial (necessidade primária humana que venha garantir a dignidade) que, uma vez descumprido, justifica a intervenção do judiciário instigado pelo Ministério Público nas políticas públicas, que são garantias dadas no artigo 129 da CF/88 e 127, § 2º. Assim temos a implicação objetiva em seu papel de controle de políticas públicas, dando melhores condições de contrapor o Poder Executivo quando este, por ação ou omissão na formulação de políticas públicas, violar normas constitucionais ou legais.

Autor: João Auri Garcez.

Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 24 de julho de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1049.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ENTENDIMENTO NECESSÁRIO

Uma sociedade que não conhece e respeita o seu passado, está fadada a cometer uma série de erros cíclicos, sejam eles de ordem política, econômica, social e, principalmente, cultural. Sempre que a sociedade revive alguma situação passada, ela rememora fatos significativos, sejam eles bons ou ruins, que contemplam acontecimentos de grande amplitude e que “sacudiram” de alguma maneira os cidadãos de determinada época. Relembrar nossas ancestralidades utilizando seus acontecimentos para formar um novo conceito, a fim de minimizar erros e visando futuros acertos, estão na pauta do que iremos discutir neste artigo.

A narrativa destas heranças patrimoniais está diretamente ligada a questões de identidade cultural na formação dos sujeitos históricos, e precisamos desvirtuar a ideia errônea de que “patrimônio cultural” é só aquela história formada por heróis, por grandes obras e construções. É importante desenvolver uma série de ações que mostrem que ele está vinculado a ações de sua própria existência, nas ruas, nos bairros, nas manifestações locais, onde realmente a história se faz e os sujeitos cumprem seu papel de transmitir um legado para que as gerações futuras entendam, respeitem e contemplem suas tradições.

O artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A importância de compreendê-lo pelo viés das políticas públicas está diretamente associada aos processos de como reviver estas heranças, propondo uma rede de interesse na reorganização do espaço e da cultura através do entendimento,

popularização e disseminação do passado. Um importante tema a ser discutido é a educação patrimonial.

Cabe a todos nós, enquanto cidadãos, estabelecermos laços de cuidado e zelo pelos bens patrimoniais de nossa sociedade. No Brasil, existe um órgão específico que possui a finalidade de dirigir os assuntos relacionados à criação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, seja ele material (concreto) ou imaterial (imaginário/folclore). Este órgão é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O Iphan é uma autarquia federal, criada em 13 de janeiro de 1937 com o intuito de proteger “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Uma das raízes norteadoras do papel do Iphan relaciona-se à preservação dos patrimônios histórico-culturais brasileiros através de políticas públicas de restauro, visando um estreito diálogo entre sociedade e ações de preservação, através de uma estrutura educativa que fomente a participação cidadã nestas parcerias entre o público e o privado, o que cabe a uma janela denominada educação patrimonial. Esta é uma metodologia trazida da Inglaterra, onde é conhecida por *heritage education* (educação para o patrimônio). Ela se constitui como uma prática metodológica em torno dos patrimônios e que, no Brasil, tem sido incentivada desde 1937 pelo Iphan, sendo o órgão responsável pela organização de políticas de revitalização destes patrimônios.

No entanto, é importante que a própria comunidade aprenda a identificar aquilo que faz parte da sua identidade, tomando isto para si e adotando medidas educativas de zelar por estes elementos e, se for o caso, reavivar aquilo que julga realmente necessário e importante para a construção da sua cultura identitária e sua historicidade. Ter a noção do que realmente é considerado “patrimônio” está intimamente ligado à intenção da autocompreensão do que merece ser lembrado e conduzido como elo de aproximação entre a sociedade no decorrer do tempo histórico, determinando intrinsecamente uma corrente de disseminação de uma educação voltada ao revigoração das tradições.

Autor: Leandro de Almeida Serres.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 31 de julho de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1050.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONHECENDO UM POUCO DA REALIDADE BRASILEIRA

Historicamente, as pessoas com deficiência são parte de um grupo discriminado e por vezes até excluído, mas que nos últimos anos vem ganhando atenção dos gestores no que tange à formulação e implementação de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à saúde e assistência social. Segundo o último Censo do IBGE, no Brasil, quase 46 milhões de pessoas apresentam algum tipo de deficiência, sejam distúrbios intelectuais, visuais, auditivos ou físicos.

Podemos pensar nas políticas públicas como instrumentos do Estado para atender as necessidades sociais, através de estratégias que fortalecem os processos democráticos. Logo, o Estado atua por meio das políticas públicas com o objetivo de garantir os direitos fundamentais individuais e coletivos. Nas últimas décadas, diversos movimentos sociais formados pelas pessoas com deficiência, familiares e profissionais que atuam na área da reabilitação se intensificaram no país, o que ocasionou uma sequência de marcos legais e políticas públicas para essa população.

No ano de 1989, por meio da Lei nº 7.853 foi instituída a primeira legislação nacional que estabeleceu diretrizes para a pessoa com deficiência, conhecida como Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que passa a assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, como direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade. Em 2002, foi instituída a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de incluir o deficiente em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando a proteção à saúde, garantindo o processo de reabilitação, auxiliando a sua inserção em

todas as esferas da vida social e prevenindo o surgimento de novas deficiências.

É importante salientar que no ano de 2008 o Brasil ratificou, com valor de emenda constitucional, o termo “pessoa portadora de deficiência” como inadequado, após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo definir “pessoa com deficiência” como a terminologia correta. Dando sequência, no ano de 2011 foi criado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), com a finalidade de promover a integração e articulação de políticas, programas e ações visando o exercício da cidadania da pessoa com deficiência, sendo executado pela União, em colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e a sociedade em geral. O plano abrange quatro eixos de atuação: acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade.

Sancionada no ano de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é destinado a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para a pessoa com deficiência. Mais que um avanço na luta por igualdade, o Estatuto aborda a acessibilidade e a inclusão em diferentes aspectos.

Aqui foram apresentadas algumas políticas públicas, mas são várias as intervenções por parte do Estado. Contudo, ainda estamos distantes de um cenário considerado ideal. O progresso dessas políticas não é uma tarefa simples, pois exige a articulação de ações estatais em diversas dimensões. Inúmeras barreiras ainda dificultam a vida plena dessas pessoas, mas cabe a nós, enquanto cidadãos, colaborarmos na fiscalização para que essas políticas sejam efetivadas.

Autora: Thais Zanela Mendes.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 7 de agosto de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1051.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL À ERA DE AQUARIUS

Políticas públicas é um termo, que nestes primeiros decênios do século XXI, tem se mostrado nas rodas de conversa. Tal presença se deve à materialização, ou não, dos programas e políticas governamentais, bem como os trabalhos acadêmicos desenvolvidos voltados para a análise, implementação e avaliação das políticas públicas que fazem parte do nosso cotidiano e são executados pelo Estado. As políticas públicas têm caráter multidisciplinar, pois adentram todas as áreas do conhecimento, dando capilaridade as ações e programas governamentais.

Seu surgimento foi na segunda metade do século XX, portanto, num contexto de pós-guerra, em que as nações estavam a se reestruturar econômica, social e politicamente. Desta forma, a academia tornou-se terreno fértil para a disciplina de políticas públicas, buscando caminhos e respostas através de análise e avaliação da execução das políticas. O objetivo é entender e explicar as funções do Estado democrático contemporâneo, qual seja, de promover a plena cidadania atualmente garantida pela Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã.

Na primeira metade do século XX, para não retroagirmos demasiado, a questão social não era reconhecida como uma questão política, mas ficava no limbo entre o legal e o ilegal, constituindo-se na criminalização das questões que envolvem as necessidades da sociedade em geral. Segundo Washington Luís, ex-presidente do Brasil (1926-1930), a “questão social é caso de polícia”, ou seja, as questões que concernem educação, transporte, saúde, segurança, habitação, entre outras tantas, no período, não eram consideradas problemas de Estado.

Por conseguinte, no Brasil pós-guerra, vivíamos sob a sombra do populismo, política que estava presente em diversos governos na América

Latina, tendo como característica básica, entre outras, o culto à personalidade, a exemplo de Vargas (1930-1945, 1950-1954) no Brasil, de Perón na Argentina, com três mandatos entre 1946 e 1974, de Cárdenas (1934-1940) no México. As ações do Estado estavam vinculadas à imagem do governante, personificando suas ações e vinculando a elas um ar de caridade, quando na verdade eram função primordial do Estado. Assim, vivemos sob a égide do “Estado do bem-estar social”; vale lembrar que Vargas entrou para a História com a alcunha “Pai dos POBRES”.

Na sequência, os anos 1960 trouxeram um período de recrudescimento a partir da deposição de João Goulart e a ascensão do governo civil/militar (1964-1985), que se utilizaram basicamente do assistencialismo para se relacionar com a população. Neste interim, instituições como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que foi criada entre 1930 e 1942, e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), esta última criada no período autoritário militar, foram fortalecidas. No que toca o período democrático que se inaugura a partir de 1985, ele foi coroado com a Constituição Federal de 1988, iniciando-se com o fortalecimento de programas sociais como o Bolsa Escola, programa de transferência de renda que visava manter a criança na escola.

O Bolsa Escola tinha como prerrogativas básicas para ser beneficiado:

1) estar matriculado e frequentando a escola; **2)** estar cadastrado no Cadastro Único; e **3)** possuir renda *per capita* inferior a R\$ 90,00. O Bolsa Escola foi implementado em 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e em 2003 foi incorporado ao Programa Bolsa Família no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Após este breve e resumido histórico, vale trazer à tona a diferença entre política pública e programa, pois este último é definido por ações orçamentárias.

A exemplo do Programa de Educação de Qualidade para Todos, para tal é detalhado investimentos em infraestrutura, transporte, formação profissional, alimentação, senso escolar, enfim, todas as ações que possam tornar possível o programa. No entanto, as políticas públicas são um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos nos três âmbitos, federal, estadual e municipal, com participação direta de entes públicos e privados trabalhando para se atingir a plena cidadania. Uma

política pública é implementada a partir da identificação do problema como, por exemplo, falta de acesso à educação, à saúde, ao transporte, enfim, todos os elementos que possibilitem a construção da cidadania em um Estado democrático de direito com políticas implementadas para todos com objetivo de desenvolvimento pleno do país. Para que isso seja possível, se faz necessário o ciclo das políticas públicas, a saber: **1)** identificação do problema;

2) agenda; **3)** formulação de alternativas; **4)** tomada de decisão; **5)** implementação; **6)** avaliação e monitoramento. São ações fundamentais por parte do Estado, para garantir uma política eficiente, eficaz e efetiva.

Autora: Jandira Elohá Lopes.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 14 de agosto de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1052.

ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM BENEFÍCIO PARA A SOCIEDADE

Frequentemente nos deparamos com a seguinte indagação: “Pagando os meus impostos, onde estão os meus direitos se me faltam serviços públicos como saneamento, infraestrutura em estradas do interior, calçamentos na cidade, medicamentos e consultas nos postos, falta de segurança e melhor incentivo ao acesso à educação?”. Com estes questionamentos o cidadão evoca seus direitos com a celebre frase: “Eu pago os meus impostos e exijo os meus direitos!”.

Esta indagação de forma alguma pode ser considerada equivocada. É preciso exaltar os anseios da população sempre. Tais pensamentos servem de parâmetros para o agente público poder otimizar os recursos dos tributos em serviços para toda a sociedade. Conclamar o que se entende justo é direito, acatar o que é reivindicado pela população demonstra zelo com o bem público. Mas antes de dar o devido retorno aos anseios comunitários, o que ocorre no meio desta caminhada são os trâmites burocráticos.

O legislador criou normas com o intuito de resguardar a destinação de recursos oriundos da arrecadação e fazer com que o agente público aplique melhor tais valores. Para sintetizar os emaranhados de legislação, podemos definir, segundo o art. 165 da Carta Magna, que se compõe de três instrumentos os elementos que regem o Orçamento Público: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além destas regras, desdobra-se o acompanhamento dos gastos públicos nas leis nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Mesmo imaginando um cenário proativo – com lastro em leituras complementares –, estima-se que o cidadão comum por sua vez é

desconhecedor da aplicabilidade de tais legislações, e em virtude de não possuir esta linguagem técnica, evidencia o seu descontentamento com a falta de recursos através de cobranças diretas ao agente que está na linha de frente da prestação dos serviços públicos. Por exemplo, com o agente comunitário de saúde para queixar-se da falta de consultas especializadas; e/ou com o vereador, que tem por dever fiscalizar o executivo municipal na aplicação dos recursos para melhorias a sua comunidade; e/ou no contato com o seu deputado, solicitando a destinação de emendas parlamentares que venham ao encontro de suprir carências apontadas como necessárias.

Ao rol de agentes públicos citados, cabe a presteza em corroborar que as demandas recebidas serão repassadas aos seus supervisores para serem tomadas as devidas atitudes no tempo oportuno. Mas como deve proceder o cidadão ao perceber que seus anseios não estão sendo correspondidos? Como sugestão, estima ser vital que todo cidadão comece a participar com mais afinco das atividades de sua cidade. Seja individualmente, seja através de suas lideranças comunitárias.

A participação em atividades como reuniões da Câmara de Vereadores do município, registro nas ouvidorias dos órgãos públicos é fator preponderante para legitimar o principal interessado nos projetos públicos, o cidadão. Desta forma, é necessário fazer valer o que está transcrito na Constituição, em que o art. 6º cita dentre direitos sociais a educação, a saúde e a segurança. Por outro lado, o Estado está devidamente atento ao art. 37 da mesma Carta, em que um de seus princípios é a publicidade.

Isto posto, sigamos os fluxos tal qual nos orienta Secchi (2017, p. 29). Neste momento, é necessária a identificação e formalização dos problemas que afligem a comunidade. Quiçá a formação da agenda através das sugestões de participação nas atividades públicas em que o cidadão está inserido. Enfim, independente de qual esfera do Estado seja a solicitação, ocorre que se o cidadão seguir os trâmites legais, formalizar a demanda de política pública a ser implementada, há grande chance de haver sucesso no seu preito.

Autor: Eduardo Sanabria de Assunção.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 21 de agosto de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1053.

GOVERNANÇA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COMITÊS DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Desde a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 2003 ela se tornou o principal instrumento para redução das desigualdades regionais e urbanas brasileiras. Estes desequilíbrios regionais trazem consequências socioeconômicas para o país que refletem diretamente nas regiões menos dinâmicas, ou seja, as comunidades que estão especializadas nestas regiões estagnadas terão menos oportunidade de crescimento pessoal e profissional em virtude do baixo acesso à educação, saúde, e empregos de qualidade e toda gama de serviços e oportunidades.

Conforme a Política Nacional de Desenvolvimento Regional Brasileiro, reeditada a partir do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, as faixas de fronteira no Brasil encontram-se como áreas prioritárias pelo PNDR, tendo como principais objetivos convergência e combate às assimetrias regionais; competitividade regional e geração de emprego e renda; agregação de valor e diversificação econômica; construção de cidades policêntricas¹. Cabe destacar também, nos últimos anos, a constituição da Política Nacional de Desenvolvimento das Faixas de Fronteira no Brasil (PDFF).

Já na Argentina, percebe-se a partir do novo governo nacional do presidente Alberto Fernández que o país irá dar uma atenção especial para os espaços de fronteira, pois conta com uma Diretoria Nacional de Fronteiras vinculada ao Ministério de Segurança. Além das normativas legais, outros mecanismos vêm dando funcionalidade na governança territorial da integração fronteiriça, como as comissões setoriais dos Comitês de Integração Fronteiriça (CIF).

A partir de uma análise criteriosa das atas dos dois primeiros CIF de São Borja e Santo Tomé, observa-se que algumas comissões vêm atuando de

forma articuladora com as prefeituras, consulados e organismos nacionais e estaduais, como as comissões de educação, cultura e universidades e de facilitação fronteiriça. Neste sentido, deve-se reforçar sobre os processos de instalação dos CIF que são realizados durante um dia, que contam com uma organização colaborativa entre os consulados, prefeituras, comissões setoriais, em conjunto com as universidades e diversas instituições fronteiriças.

As universidades vêm assumindo um papel central neste comitê estudado, visto que muitos professores, pesquisadores e estudantes têm dado um amparo técnico, funcional e acadêmico nas comissões setoriais, nos debates e organização estrutural das atividades. Estes mecanismos têm realizado diversas tramas em conjunto com os consulados, o que formaliza as ações como diplomáticas na região, ou seja, os espaços de fronteira passam a ter a oportunidade de estar mais próximo dos poderes decisórios centrais nacionais.

No que toca aos mecanismos de integração utilizados pelos setores educacionais, destaca-se a organização de eventos científicos, palestras, cursos, validação de diplomas, elaboração de projetos de cursos binacionais, acordos de cooperação técnica, científica e cultural, pesquisas em conjunto, reuniões de trabalho, entre outros. A governança dos processos de integração está articulada em duas frentes centrais: a realização do CIF (uma vez ao ano); e as reuniões das comissões setoriais do CIF.

As atividades destas frentes dependem da organização e agendamento de reuniões de trabalho, feitas a partir da colaboração entre prefeituras municipais, universidades, comissões setoriais, chancelarias e consulados nacionais. Ao longo destas atividades, foram levantados três processos estratégicos referentes a demandas regionais: **1)** levantamento de demandas e encaminhamentos; **2)** ações diplomáticas e paradiplomáticas; **3)** instâncias decisórias e de poder (sensibilização de atores eleitos). Para finalizar este texto, fica o desafio da constituição do Comitê de Integração Fronteiriça de Itaqui-Brasil/Alvear-Argentina.

Autor: Muriel Pinto.

Docente do mestrado em Políticas Públicas (Unipampa) –
Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 28 de agosto de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1054.

¹ Construir uma rede de cidades mais equilibrada, com maior harmonia entre os diferentes níveis hierárquicos, identificando e fortalecendo polos, em diferentes escalas, que possam operar como vértices de uma rede policêntrica que contribua para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INTEGRAÇÃO DE CIDADES GÊMEAS

Os municípios de Itaqui e Alvear ficam localizados na fronteira política de seus Estados nacionais – Brasil e Argentina. Esta localização geográfica confere características particulares que são objeto de políticas públicas específicas. Nestas regiões destacam-se as políticas públicas de defesa e para o comércio exterior, questões sensíveis. Mas a fronteira não se restringe a estas questões, nela se desenvolve uma cultura particular resultante da interação das populações vizinhas. Em conversas com moradores de Itaqui e de Alvear, eles comentam que a circulação entre as cidades era comum quando não havia tanto controle migratório. Buscavam, especialmente, adquirir artigos no comércio.

Itaqui e Alvear são cidades gêmeas. Um conceito de cidades gêmeas reconhecido no Brasil consta na Portaria nº 125/2014, do Ministério da Integração Nacional, que as define como cidades vizinhas cortadas pela linha de fronteira, que apresentam potencial de integração econômica e cultural, bem como apresentam problemas característicos comuns na fronteira. A fim de promover a integração das populações fronteiriças, no ano de 2005, em Puerto Iguazú, os governos brasileiro e argentino firmaram acordo sobre localidades fronteiriças vinculadas (este termo é sinônimo de cidades gêmeas) para permitir tratamento diferenciado em questões econômicas, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação. Os congressos de ambos os países aprovaram o acordo e ele passou a integrar a legislação, no Brasil, a partir do Decreto nº 8.636/2016, e na Argentina, a partir da Lei nº 26.523/2009.

Contudo, os efeitos deste acordo não são imediatos, a exemplo da inexistência de emissão das Carteiras de Trânsito Vicinal Fronteiriço (CTVF), as quais permitiriam aos titulares os seguintes direitos na cidade vizinha: exercício de trabalho, ofício ou profissão; acesso ao ensino público e atendimento médico nos serviços públicos de saúde, em condições de

gratuidade e reciprocidade; e acesso ao regime de comércio fronteiro de mercadorias ou produtos de subsistência. O primeiro efeito da emissão da CTVF, de natureza mais simples, seria a liberação dos trâmites de migração aos residentes fronteiriços. Entretanto os demais direitos elencados no acordo exigem a regulamentação por parte de diferentes setores governamentais dos dois países. Logo, percebe-se a complexidade da implementação de políticas públicas de integração em cidades gêmeas e que envolve atores de diferentes níveis governamentais (federais, estaduais e municipais), representantes da sociedade civil, entidades não-governamentais, bem como órgãos intergovernamentais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Uma instância de discussões para a melhoria da qualidade de vida da população das cidades gêmeas são os comitês fronteiriços, nos quais são criadas comissões temáticas para tratar objetivos comuns. As reuniões destes comitês são organizadas alternadamente pelos consulados brasileiro e argentino, contam com a participação de representantes dos respectivos ministérios das relações exteriores, dos prefeitos, e são abertas à participação de diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil. Na região, Uruguiana/Paso de Los Libres e São Borja/Santo Tomé já possuem comitê.

Outra experiência de integração ocorre entre Itaqui e Alvear, com a realização do Evento ArBra, idealizado por uma instituição de educação superior de Alvear, que realiza atividades na área de artes. A organização ocorre em parceria com ambas as municipalidades. Nas duas primeiras edições ateu-se à área cultural, já na terceira edição, em 2019, reconhecendo as oportunidades do intercâmbio, os organizadores incluíram os setores de educação, esporte, turismo e empresarial. O ArBra pode ser uma oportunidade de aproximação entre Itaqui e Alvear na constituição de um Comitê Fronteiro, inclusive, na terceira edição contou com a presença do cônsul argentino na região.

Diante do exposto, entende-se que as políticas públicas para a integração de cidades gêmeas estão ligadas ao interesse dos atores locais na realização das ações que estão ao seu alcance e de seu poder de pressão aos governos centrais para o atendimento das demandas locais.

Autora: Itamara Martins de Souza.
Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 4 de setembro de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1055.

POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADES INTELIGENTES: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Conforme a classificação do dicionário Michaelis, o termo cidade significa “Grande aglomeração de pessoas em uma área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas etc.”. Abordar o conceito de cidade é válido para dar início à discussão que se propõe neste texto.

Cidades são também espaços de inúmeros problemas públicos, a exemplo: saneamento, transporte, trabalho, educação, saúde, desigualdades, e muitos outros. Dessa forma é possível compreender as dificuldades das cidades brasileiras em se encaixarem no conceito de cidades inteligentes, pois com tantos problemas públicos que necessitam de atenção dos gestores, a questão inovação fica por vezes negligenciada.

Mas, antes de seguirmos, o termo cidade inteligente deriva do inglês “*smart city*”; embora fortemente ligada à inovação tecnológica, ela diz respeito a qualidade de vida e desenvolvimento, está relacionada ao planejamento, gestão urbana e formulação de políticas públicas com desdobramentos que visam atenuar os diversos problemas públicos.

A cidade inteligente não se limita apenas à tecnologia utilizada de forma isolada. Assim, iniciativas para essas cidades devem contemplar ações em diversos âmbitos como saúde, educação, mobilidade, meio ambiente, segurança, governança. Por isso, devem ser alvo de políticas públicas que atendam de forma integrada a inovação, inclusão e desenvolvimento, contribuindo para uma cidade acolhedora para todos, em todas as suas formas tecnológica, social, econômica e ambiental.

Porém, é fato que a tecnologia é destaque nas *smart cities*, porque ela aumenta a eficiência de muitos processos nos espaços urbanos, sendo assim

fundamental. No cenário das nossas cidades, são exemplos de iniciativas de inovação a utilização de sensores para controle da iluminação pública, adequação dos semáforos ao fluxo de veículos, controle da rota do transporte público, da segurança pública por meio de sensores e câmeras, entre outras aplicações que se traduzem em qualidade de vida e desenvolvimento, como mencionamos anteriormente.

No Brasil, muitas cidades já colocam em prática alguma iniciativa de *smart city*, como mostra o ranking Connected Smart Cities 2019¹. Dentre as cidades gaúchas, destacam-se Porto Alegre, Caxias, Santa Maria, Passo Fundo, Ijuí e Uruguaiana. O ranking leva em conta conceitos como tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, bem como a conectividade, investimentos em saneamento, importância da educação e sustentabilidade econômica.

Com relação à tecnologia, durante a pandemia do novo coronavírus ela está sendo prioritária, seja na saúde (com as ferramentas de acompanhamento de evolução da pandemia, consultas médicas remotas ou monitoramento do distanciamento social); nas relações de trabalho, com a expansão do trabalho remoto, ou na educação, à qual tornou-se aliada essencial. Deixando claro que as administrações públicas municipais não podem negligenciar investimentos em inovação, sob pena de acentuar desigualdades.

Por fim, o que fará diferença na formulação e implementação de políticas públicas voltadas às *smart cities* não será apenas o fator financeiro, tampouco o exacerbado uso do aparato tecnológico. Sua consolidação passa pela identificação das necessidades de cada espaço urbano, seus habitantes e seus problemas públicos. Uma iniciativa é inteligente quando impacta positivamente a cidade, gerando soluções, inclusão e qualidade de vida para seus cidadãos.

Autora: Márcia Rejane Chitolina Perini.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,

em 11 de setembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1056.

¹ Disponível em: http://sators.rds.land/csc19_resultado_ranking. Acesso em: 23 jul. 2021.

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE VULNERABILIDADE E RISCOS SOCIAIS

A política pública de assistência social é uma política social, reconhecida na Constituição Federal de 1988 como um direito do cidadão, que dela necessita. É efetivada/desenvolvida nos municípios com financiamento federal, estadual e municipal para suas ações/serviços. É uma política pública de suma importância no atendimento a famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Integrante do tripé da seguridade social, junto da saúde e previdência social, a assistência social é uma política que não necessita de contribuição para acessar seus serviços. Atende pessoas/indivíduos de todos os ciclos etários, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, e pessoas com deficiência, sem distinção de gênero, raça/etnia, religião ou orientação sexual, tendo como foco central de suas ações a família em suas diferentes configurações.

Seu principal objetivo é oferecer proteção social através dos serviços desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social (Cras), que oferta atendimento individual ou coletivo, buscando trabalhar a prevenção de situações de riscos sociais, que surgem da falta ou acesso precário a direitos básicos de sobrevivência como renda, alimentação, moradia, saúde, educação, segurança pública, entre outros que colocam indivíduos e famílias numa situação de vulnerabilidade e risco social.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), que atende situações de abuso sexual, violência física ou psicológica, abandono ou afastamento do convívio familiar, rompimento ou fragilização dos vínculos familiares, oferta atendimento especializado, contando com o apoio

do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, entre outras organizações de defesa de direitos.

A assistência social tem intersectorialidade com outras políticas públicas, e trabalha o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, através da intervenção interdisciplinar com diferentes profissionais como: assistente social, psicólogo(a), advogado(a), entre outros, levando em consideração o espaço, território onde as pessoas/famílias vivem e suas formas de vida, promovendo a inclusão através da promoção das potencialidades locais.

Para indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, existem serviços de acolhimento institucional, como: casa de passagem, para crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados; lar de longa permanência, para idosos; albergue para pessoas em situação de rua; e abrigos temporários para situações de calamidade pública e emergências (enchentes).

Sabe-se, muitas vezes, da visão equivocada dessa política pública, como se fosse destinada a atender “pessoas pobres”, uma ideia que precisa ser desmistificada e esclarecida através da publicização de seus serviços para que esses sejam acessados, antes de ocorrer as violações de direitos. A vulnerabilidade social está relacionada à falta de acesso a bens e serviços, sejam eles públicos ou privados, gerando certas necessidades de ordem material e subjetiva, que colocam os indivíduos em situação de risco, sendo as políticas públicas o principal meio de acesso aos direitos de cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Autora: Jucleia Velasque Amaral.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 18 de setembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1057.

A EMPATIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

As políticas públicas nascem de um problema público. Mas como estes surgem? Quem define que um problema é público e não privado? A resposta para tais perguntas se situa nas nossas relações sociais e na perspectiva que temos sobre o outro. A base da política pública plural e democrática está na empatia.

A empatia se estrutura na possibilidade de transmissão das emoções de um indivíduo para o outro. Não é um sentimento, e sim a capacidade de perpassar e receber sentimentos, ou seja, “sentir a dor” do outro. Em outras palavras, a empatia é a capacidade de se colocar no lugar do outro.

Por esse motivo, a empatia conduz o processo político a decisões mais democráticas, pois abre espaço para o entendimento de visões opostas. Defendemos a aposta na promoção da empatia como meio para que os indivíduos percebam quais são as necessidades do outro.

As relações que priorizam a empatia colocam a persuasão à frente do uso da força. A democracia deve ser pensada como um embate entre “eles” e “nós”, sem que “eles” sejam forçados como inimigos a serem aniquilados. Desse modo, políticas públicas democráticas pressupõem que “eles” sejam tratados como adversários com visões de mundo próprias e legítimas que merecem ser respeitadas, o que não significa a fuga do confronto de ideias.

Esse confronto de ideias deve ser valorizado e incentivado como uma política, isto é, uma política para promoção da empatia. O ponto principal para ela está na comunicação informal que, na maioria das vezes, desenrola-se sem ter como foco principal a busca pela cooperação, mas que mesmo assim possui fundamental importância para alterar a base de perspectivas individuais.

Em uma comunicação informal, os sujeitos trocam informações com argumentos geralmente não sofisticados e sem objetivar a persuasão. Isso facilita o entendimento das necessidades do outro, pois é uma comunicação

entre “iguais” com linguagem mais clara, direta e com autorização à discordância.

Em uma negociação política, o indivíduo tem em mente a intenção do outro em demovê-lo de uma posição, por isso é natural que se desconfie dos motivos que estruturam a lógica de argumentação racional apresentada pelo negociador. Já na comunicação informal isso não existe, o que sem dúvida propicia melhores condições para o surgimento da empatia.

Em resumo, a política da empatia pode ser iniciada informalmente – através do diálogo entre os sujeitos –, sendo estimulada pelos atores com maior sofisticação política.

Esses atores podem estimular os menos sofisticados a entrarem em uma negociação permeada por heurísticas, cuja principal seria a empatia com a finalidade de fomentar, sobretudo, a reciprocidade, publicidade e a *accountability*. Essa negociação seria travada em mecanismos de deliberação estruturadores de uma “voz coletiva” que informa e gera soluções criativas para os problemas políticos. Assim, a partir dessa “negociação” os indivíduos construiriam o consenso, dariam legitimidade para a ação estatal e produziriam políticas públicas plurais e democráticas.

Autor: Thiago da Silva Sampaio.

Docente do mestrado em Políticas Públicas (Unipampa) –
Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 25 de setembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1058.

COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS: REPRESENTATIVIDADES COMO MEIO DE EMPODERAMENTO

O conceito de povos tradicionais tem impactado ao longo do tempo as políticas públicas contemporâneas. Essa conceituação se deu por meio de relevantes contribuições, tanto do mundo acadêmico como de movimentos sociais, mas só após um amplo processo de debates, que contou com a participação do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais instituído em 2005, gerou-se um produto final que foi publicizado por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

A definição de comunidades ribeirinhas como população tradicional nos remete, inclusive, aos conceitos e elementos do campo dos direitos consuetudinários, que vislumbram a ideia de que a presença de um indivíduo ou comunidade em um determinado território por longo tempo pode gerar direitos àqueles que ali vivem e que o modo de vida é marcado por diferenças.

Quem vive nessas comunidades depende tanto da terra quanto da água para seu sustento, que é baseado na pesca, na caça, na criação de pequenos animais, na extração e comércio de lenhas. Todas estas atividades muito dependentes do ciclo da natureza, pois é este que dita quando pescar, plantar e colher; em momentos de cheias ou enchente, por exemplo, grande parte de suas atividades ficam prejudicadas.

Há uma ambiguidade, que pode ser vista como o “viver das águas e fugir das águas”, pois ao mesmo tempo em que é sustento, a água também pode se tornar motivo de perdas, medo, riscos e vulnerabilidades.

Atualmente escuta-se muito falar em representatividades e na sua importância dentro do contexto social e na formação da característica de indivíduos e comunidades. Neste contexto, significa o ato de ser

representado ou de se identificar dentro de uma sociedade, por meio de atores sociais que tenham poder de dar voz e vez como meio de fortalecimento da comunidade e de retomada da sua democracia e cidadania.

Historicamente, muitos grupos sofrem com medidas associadas a fatos opressores, seja social, econômico, político ou cultural. Os povos tradicionais ribeirinhos, por vezes não se associam a padrões preestabelecidos pela nossa atual sociedade, e acabam sendo excluídos de programas e políticas públicas por grupos dominantes ou gestores, implicando sutilmente o descarte desses grupos que não pertencem ao contexto social desejado. Desta forma, a ausência de representantes destes grupos ditos como minoria faz com que eles participem de um processo de desqualificação social, de forma que não conseguem construir seu empoderamento. Já o ato de ser representado de maneira que qualifique o indivíduo sem estereótipos é algo empoderador e que enaltece a existência humana e proporciona o desejo de buscar algo maior e melhor para si e sua comunidade.

A representatividade como uma função social e humana proporciona voz a todos os indivíduos e grupos presentes no corpo social, fazendo com que eles percebam seu potencial no processo identitário.

É perceptível a necessidade de fomentar políticas públicas que abordem temas inerentes ao cotidiano ribeirinho, como o desemprego e preservação do meio ambiente, convivência familiar, entre outros. Para traçar essas estratégias e ações voltadas para a população ribeirinha é necessário considerar a territorialidade, no sentido de fazer com que a política pública de assistência social se efetive, mesmo com toda dificuldade relacionada ao aspecto territorial, histórico e político. Viver hoje às margens de um rio é história, memória e resistência.

Autora: Daniele Bonapace dos Santos Lencina.
Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 2 de outubro de 2020.
Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1059.

AVANÇOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES NO BRASIL

O tema “políticas públicas” vem sendo evidenciado no Brasil nos últimos quinze a vinte anos, de modo que a população experimentou um crescente processo de investimento nas políticas sociais de 2003 a 2015, em específico na saúde, na educação e no serviço social. Vale salientar que as políticas sociais foram objeto de amplo debate no Processo Constituinte de 1988 em decorrência dos altos índices de desigualdade social vigentes naquele momento.

No entanto, agora, o quadro de investimento em políticas públicas para a população está mudando em virtude da redução dos orçamentos da União, estados e municípios, ocasionado pela queda de arrecadação com o desaquecimento da economia, e com o avanço do novo coronavírus no mundo e no Brasil no ano de 2020. Nesse cenário, é expressivo o desatendimento às políticas sociais.

A ótica menorista, até o advento da Constituição Federal de 1988 (CF/88), era de que a criança e o adolescente eram meros objetos de toda uma ideologia tutelar, no entanto, o avanço social, no que diz respeito à proteção do referido público, aconteceu a partir da CF/88 e com o advento da lei nº 8.090/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – sendo o marco da proteção integral do Estado, família e sociedade. Ainda, iniciaram as construções doutrinárias formuladas por juristas e respostas dos tribunais no que diz respeito à violência infantojuvenil.

O ECA, publicado há trinta anos, surgiu trazendo consigo o debate em torno dos direitos humanos e um novo modo de pensar a criança e o adolescente, além disso, trouxe avanços na abordagem dos seus direitos essenciais, tais como saúde, educação e no combate à violência

infantojuvenil, no entanto, a situação no país está longe de ser a ideal em alguns aspectos.

Neste tema, é imperioso destacar a prevenção através de políticas sociais que tenham foco de abordagem a construção social, contemplando a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e como cidadãos em processo de edificação de suas autonomias. No que diz respeito à violência infantojuvenil, há problemas que afetam todas as classes sociais, como a violência doméstica e o trabalho infantil, uma vez que ser criança no Brasil é estar em situação de vulnerabilidade, independente de regimes políticos e econômicos, bem como de relações de gênero, raça e etnia, percorrendo os diferentes estratos sociais e culturais.

Segundo dados da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, houve um avanço dos casos de violência doméstica contra menores em decorrência do evento da pandemia de covid-19, e ainda, especialistas indicam que as crianças serão as maiores vítimas indiretas da pandemia no médio e longo prazo. O referido quadro coloca-se como um desafio para as políticas públicas, convertendo-se em um complexo problema de saúde pública.

Por fim, a partir da década de 1990 se originou o sistema de garantia de direitos e a rede de proteção à criança e ao adolescente, em que gradativamente superamos a cultura “menorista” e nos encaminhamos para a doutrina da proteção integral.

Um grande salto se deu rumo aos direitos e deveres, ao reconhecimento da criança e do adolescente que agora se fazem prioridade absoluta e como sujeitos de direito. O sistema de justiça começou a perceber a relevância do seu papel na proteção infantojuvenil, a exemplo da escuta especializada nas audiências do Judiciário que envolve crianças e adolescentes vitimizados. Tivemos grandes mudanças no tratamento dedicado ao público infantojuvenil, avanços pautados nos princípios da liberdade, da justiça social e da democracia, no entanto, muitas batalhas serão travadas na busca de mais justiça social.

Autora: Graciele Dala Nora Gavião.
Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 10 de outubro de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1060.

A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ENTRE RESULTADOS E IMPACTOS

Certamente você já fez inúmeras avaliações nessa vida, já pode ter avaliado um bem para comprar, avaliado se uma tarefa foi adequadamente realizada, ou tão simplesmente avaliou se precisava ou não levar um guarda-chuva ao sair de casa de manhã. Mas, o que é avaliar? O dicionário Aurélio nos dirá que avaliar consiste em determinar o valor, o preço ou a importância de alguma coisa.

Mas e as políticas públicas, você já avaliou? Faça um breve exercício mental, pense na educação do município em que você mora, na sua opinião ela é boa? E quanto à infraestrutura do seu bairro (ruas, calçadas, iluminação, esgoto), é adequada? Você se sente seguro ao sair à rua, considera a segurança pública eficiente? Sejam lá quais forem as suas respostas, positivas ou mesmo negativas, o que você fez foi um exercício, ainda que bastante simplificado, de avaliação de políticas públicas.

A avaliação da política pública é um dos itens do chamado ciclo de política pública. Embora os teóricos da área tenham divergência sobre os itens que compõe este ciclo, podemos dizer que no geral este consiste em três grandes fases: a elaboração, a implementação e a avaliação. Esta, portanto, fecha o ciclo e realimenta os gestores públicos informando os resultados de uma ação que está encerrando, ou fornecendo dados para que eles possam formular melhores soluções para os problemas públicos.

O processo de avaliação de uma política pública é bastante amplo, pode abarcar uma análise dos recursos investidos, dos processos realizados, dos resultados obtidos, entre outros. Um dos conceitos mais interessantes nesse processo é o impacto da política pública. Por exemplo, digamos que o seu município decida implementar um programa de moradias populares, as casas ou apartamentos entregues aos moradores em si mesmo são os

resultados da política implementada, ao passo que os impactos dessa atuação estatal podem influenciar em várias outras dimensões, muito além da habitacional. Pois moradia digna significa um sistema de esgoto adequado, que resulta em melhora nos indicadores de saúde pública. Dar uma casa a uma família pode retirá-la de uma situação de vulnerabilidade social e permitir que seus filhos se dediquem adequadamente aos estudos, melhorando a segurança pública e os indicadores da educação básica.

Conforme Tereza Cristina Cotta (1998, p. 113) a diferença entre avaliação de resultados e de impacto depende do escopo da análise; se quisermos observar os efeitos de uma intervenção sobre uma clientela atendida, como o número de crianças atendidas por uma escola, então trata-se de uma avaliação de resultados, se o objetivo é captar os reflexos dessa mesma intervenção sob um contexto mais amplo, como a melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro que recebeu esta escola, então falamos de uma avaliação de impacto.

Ao me acompanhar até agora, você pôde perceber o quanto as políticas públicas podem influenciar na nossa vida, nossas cidades e comunidades, pois seus impactos vão bem além dos resultados imediatos e palpáveis. Os nossos noticiários estão cheios de críticas ao desempenho do Estado, e criticar é importante, mas precisamos nos embasar em avaliações coerentes, para a partir disso tecermos as melhores críticas aos gestores públicos. Para esta tarefa, o Brasil dispõe de institutos de pesquisa, universidades e outras organizações capazes de produzir avaliações adequadas, com método e rigor científico para a avaliação do desempenho do estado, afinal todos nós como contribuintes devemos ter esse sentimento de participante, de donos da “coisa pública” e, portanto, integrar o processo de acompanhamento e zelar pela eficiência e eficácia dos bens e serviços públicos. Para que possamos juntos sentarmos à mesa, respeitando as diversas visões de mundo, e debatermos qual a política pública que queremos ver aplicada na nossa realidade, pois os problemas públicos são complexos, e soluções milagrosas não existem.

Autor: Nei Saraiva da Fontoura Junior.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 16 de outubro de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1061.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E A CONFIANÇA

Na comunidade cívica, os cidadãos se caracterizam pela sua participação nos negócios públicos. Os direitos e deveres são iguais para todos. As relações de confiança permitem a cidadania superar de forma mais fácil o “oportunismo”, no qual os interesses comuns são deixados de lado porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente. O que é mais fundamental para comunidade cívica é a capacidade social de colaborar visando a interesses comuns. A interação pessoal é um meio econômico e seguro de obter informações acerca da confiabilidade dos demais atores.

A cultura política estuda o comportamento político dos indivíduos. Dentro da classificação das possibilidades de uma cultura política, apresentadas por Gabriel Almond e Sidney Verba na obra *Cultura cívica* (1963), a cultura política participante é aquela em que os membros da sociedade tendem a serem ativistas de si próprios, uma cultura política baseada na comunicação e persuasão, uma cultura de consenso e diversidade, que permite a mudança, mas de forma moderada.

Neste contexto, a participação dos indivíduos na análise de políticas públicas aberta pela Constituição de 1988 parece uma oportunidade viável para desenvolver a cidadania a partir dos municípios onde vivemos. Se o problema público é a doença, a política pública é o remédio, esta é uma das definições mais conhecidas da literatura da área. A atividade de análise de políticas públicas (*policy analysis*) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo de tomada de decisão, dentro do ciclo de políticas públicas. (SECCHI, 2017).

Existe uma relação entre o analista de políticas públicas e o demandante. O primeiro é o que coleta os dados, organiza as reuniões com os atores políticos envolvidos e elabora o relatório que recomenda uma solução para

resolver ou mitigar o problema público em questão; já o segundo “é pessoa ou organização que solicitou o trabalho de análise, como auxílio para a tomada de decisão sobre qual a melhor solução para acabar ou mitigar este problema”. (SECCHI, 2017, p. 17).

A partir do momento que o analista de políticas públicas diagnosticar e formalizar o problema público, ele pode escolher uma abordagem baseada na participação, tendo como matéria-prima a argumentação coletiva, e possibilitando também a mediação de conflitos além de estimular a deliberação. Esta abordagem dá voz aos atores envolvidos com o problema público.

Por fim poderíamos falar, para completar o percurso, de um instrumento de aperfeiçoamento da democracia representativa, no sentido do alargamento da participação. No Brasil a iniciativa popular, criada pela Constituição Cidadã, não abrange o direito de alterar a constituição e nem vetar uma lei ordinária. Ela exige um índice de 5% do eleitorado de um município, cidade ou bairro. Aqui precisamos superar uma longa tradição de desestímulo à participação popular na política que marca a cultura política brasileira.

Então para sintetizar tudo o que vimos, por um lado, o diagnóstico de um problema público encontra uma possibilidade de solução através da participação popular em conjunto com o gestor de políticas públicas a partir de uma abordagem argumentativa, para então entrar na agenda política através de uma lei de iniciativa popular; por outro, a participação dos indivíduos neste processo faz com que eles conheçam uns aos outros, gerando um estoque de confiança e fortalecendo a comunidade cívica e no limite a democracia.

Autor: Domingos Sávio Campos de Azevedo.
Docente do mestrado em Políticas Públicas (Unipampa) –
Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 23 de outubro de 2020.
Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1062.

UNIPAMPA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Há muitos anos, é perceptível o quanto a realidade da fronteira oeste gaúcha mudou no que se refere aos aspectos sociais ou econômicos, sendo que muitas dessas mudanças decorrem da implantação de uma política pública que, no caso específico, se deu através da instalação de uma universidade pública e federal.

A expansão do acesso ao ensino superior foi um grande desafio e uma extraordinária conquista da sociedade da metade sul do Rio Grande do Sul. O principal objetivo se constituía em elevar os índices de escolaridade média da população, além de promover a interiorização das instituições, ampliando o número de vagas e a criação de mecanismos de inclusão de populações historicamente marginalizadas.

É justamente em decorrência da implantação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), através de uma política pública de âmbito nacional, que inúmeras políticas públicas locais foram constituídas, revistas e aperfeiçoadas, pois a população que chegava para fixar residência nas cidades necessitava da oferta de serviços em quantidade e qualidade. Por isso, questões como transporte público, habitação, acessibilidade, urbanismo, cultura, entre outras, exigiram considerável empenho na busca de soluções por parte dos atores públicos.

Diante desse cenário, o ritmo de desenvolvimento local e regional das cidades que conquistaram tal política pública nunca mais seria o mesmo, considerando que quase a totalidade das cidades que possuem sede da Unipampa tiveram forte crescimento da renda *per capita* desde a sua implantação.

É importante destacar que os movimentos realizados à época nestas localidades para a implantação da Unipampa aspiravam numerosos objetivos sociais, que permeavam os sonhos das comunidades pelo aguardado desenvolvimento local e regional.

Passados exatos catorze anos da implantação da Universidade, é necessário que as comunidades locais avaliem se tais expectativas foram plenamente satisfeitas e, caso não tenham sido, é preciso retomar e renovar o caminho nesse sentido. Para termos uma ideia da grandeza do investimento público somente na Unipampa, neste período se aplicaram de forma direta, cerca de R\$ 2,5 bilhões. Ainda, há de se considerar os investimentos indiretos vinculados à política pública em análise, que ocasionou a criação de novos serviços, empresas e empregos, sem falar na transversalidade de outras políticas públicas que foram alcançadas por conta da principal.

De outro lado, a Unipampa, por meio de seus agentes e ações, precisa compreender que o objetivo maior é protagonizar o fomento incansável ao desenvolvimento local e regional, na qual as intervenções realizadas devem, prioritariamente, estarem conectadas com a resolução dos problemas das comunidades que a cercam. Obviamente, somente a universidade não é capaz de alterar o contexto geral de uma localidade, mas ela deve provocar os demais atores responsáveis pela temática de desenvolvimento.

Nesse ponto, se desnuda um dos maiores problemas da educação superior e que atualmente remete à reflexão de diferentes *stakeholders* envolvidos com o processo de formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho: o equilíbrio qualitativo e quantitativo. No que tange ao aspecto qualitativo, podemos citar a real necessidade do mercado de trabalho pela área do conhecimento, lembrando que este diagnóstico é mutável. Considerando o aspecto quantitativo vinculado à oferta e demanda, temos a sustentabilidade do curso, condicionada a variáveis referentes ao orçamento, por exemplo.

As instituições de ensino superior têm se deparado com oferta de vagas superior à demanda, de modo que muitos cursos de graduação não conseguem mais ter o apelo necessário para integralizar o número de vagas ofertadas. Não obstante, ainda ocorre o agravamento do cenário pelos altos índices de evasão, o que ocasiona, em determinados cursos, a existência de uma possível estrutura instalada que poderá ser considerada ociosa.

Em resumo, se impõe o constante aperfeiçoamento do processo de interação, com a sociedade entendendo a importância da Unipampa para

seu crescimento e a Universidade assimilando o seu papel de protagonismo no fomento ao desenvolvimento, antes que tenhamos a possível discussão da sustentabilidade da Política Pública Unipampa pela sociedade.

Autor: Luís Hamilton Tarragô Pereira Júnior.
Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 30 de outubro de 2020.
Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1063.

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

Num país que exerce a democracia como o Brasil, prevê-se na sua Lei Maior o direito ao sufrágio¹ como fundamental, a todo cidadão. A Constituição Federal menciona que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. O poder de escolha do povo para seus representantes políticos permite que se possa exercer a democracia.

Neste ano de 2020 os cidadãos irão às urnas para eleger democraticamente seus representantes municipais, prefeitos e vereadores. Entretanto, não era esperado que a pandemia mundial tornaria o pleito eleitoral tão excepcional. Com a crise sanitária, a Organização Mundial da Saúde constituiu emergência de saúde pública de importância internacional, causando diversas discussões sobre os impactos causados nas áreas de saúde pública, relações sociais e, sobretudo, econômicas e políticas.

A Lei Federal nº 9.504/1997, conhecida como Lei das Eleições, dispõe que cada ano eleitoral os gestores públicos se adequem às normas vigentes para garantir a legitimidade das eleições. Nestas especialidades, as condutas dos administradores públicos necessitam ser alinhadas para preservar a lisura das eleições e isonomia dos candidatos. No ano de 2019, o Tribunal Superior Eleitoral ratificou condutas que são vedadas aos agentes públicos no que diz respeito a propaganda eleitoral, utilização e geração de horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral.

A legislação prevê expressamente determinada exceção em casos de calamidade pública ou estado de emergência. Ocorre que, até o momento, nunca houve em meio ao ano eleitoral uma pandemia, a nível mundial, que interferisse de forma agressiva e abrupta em todos os municípios brasileiros, dentre os casos até então analisados pela Justiça Eleitoral como calamidade pública ou emergência em virtude de desastres naturais, o que gerou incertezas em meio ao período eleitoral.

A reflexão a ser gerada com este artigo é referente aos impactos da pandemia da covid-19 no ano eleitoral de 2020, sobretudo quanto a sua interferência nas condutas vedadas aos agentes públicos (previstas na Lei das Eleições e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – lei complementar nº 101/00), diante da situação excepcional que ocasionou gastos imprevisíveis, exigindo posturas enérgicas dos agentes públicos para lidar com situações atípicas, sem deixar de observar as normas eleitorais sancionadas no estado de normalidade, e não de uma pandemia.

Como forma de resguardar os princípios fundamentais de proteção à vida, à saúde de toda a população diante dessa situação excepcional experimentada pelos gestores públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF), através de medida cautelar proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.357, pelo ministro Alexandre de Moraes, sinalizou que a situação gerada pela covid-19 afetará drasticamente a execução orçamentária anteriormente planejada, exigindo atuação urgente, duradoura e coordenada de todas as autoridades federais, estaduais e municipais em defesa da vida, da saúde e da própria subsistência econômica de grande parcela da sociedade brasileira. E por essa razão, o afastamento de alguns artigos da LRF como a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento deste contexto de calamidade são necessários pois torna-se juridicamente impossível o cumprimento de determinados requisitos legais compatíveis com momentos de normalidade.

A incerteza do gestor público no ano de 2020 impõe a adoção de ações concretas para efetivar e priorizar a proteção da saúde pública, pois ao mesmo tempo em que é necessário resguardar o processo eleitoral e a isonomia entre os candidatos, deve-se também gerenciar os impactos orçamentários-financeiros observando o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por outro lado, tais ações podem acabar engessando a administração pública, que busca preservar a normalidade e a legitimidade das eleições.

Assim, considerando a observância da legislação eleitoral aplicável aos agentes públicos em relação a gestão pública, orçamentária, políticas públicas de saúde, percebe-se que o novo coronavírus 19 causou diversas

dúvidas quanto à aplicabilidade ou não da LRF, gerando a ADI 6.357 perante o STF, o qual já sinalizou que há realmente uma situação excepcional e imprevisível, não abrangida pela legislação brasileira, havendo necessidade de conciliação desta a princípios e normas constitucionais ligadas a vida e saúde.

Autora: Sandra Micheli Greff Menuzzi.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 6 de novembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1064.

¹ Alexandre Moraes (2012) explica que “por meio do sufrágio, o conjunto de cidadãos de determinado Estado escolherá as pessoas que irão exercer as funções estatais, mediante o sistema representativo”.

POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ao nos aproximarmos do final de 2020, trazemos às nossas memórias todas as expectativas ainda do início, quando fomos surpreendidos por uma nova realidade, a pandemia de covid-19, no Brasil e no mundo. Essa nova realidade abarcou todos os setores das nossas vidas, transformou nossas rotinas e desvendou a importância de termos, enquanto país, políticas públicas fortalecidas, diálogos de criação de estratégias de inclusão e proteção a todos, mas principalmente aos desprovidos de saúde, educação, segurança; e nos mostrou que precisamos de mais aparatos do Estado para que tenhamos mudanças que são gritantes e necessárias na sociedade.

Assim que houve, no Brasil, a criação da Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020. De caráter emergencial, ela dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do novo coronavírus, e visa de alguma forma proteger mulheres, idosos, crianças e deficientes, neste momento de pandemia.

Mas podemos questionar o porquê da necessidade da criação desta legislação, e o por que as políticas públicas já existentes se tornaram tão insuficientes ou tão ignoradas que foi necessária nova lei que as reforçassem nesses tempos. Sobre a proteção às mulheres, embora tenhamos a Lei Maria da Penha – lei nº 11.340/06 – há quinze anos, ainda não foi suficiente para intimidar os agressores quanto a prática de violência.

Inclusive, vivemos tempos em que mulheres e meninas sofrem todos os tipos de abuso, dentro e fora dos lares. Precisamos repensar, promover e implantar políticas públicas que venham corroborar para se não impedir, reeducar, inibir esses abusos que se desvelam em estupros, feminicídios, que ainda são chagas em nossa sociedade.

Da mesma forma, a referida Lei nº 14.022 dá foco às crianças, tão atingidas em seus direitos como em relação ao cuidado e à proteção, pois

com o isolamento a violência doméstica e os abusos quase que ficam imperceptíveis, pois já não têm o amparo do olhar da escola. Esta que também está fragilizada pela falta de políticas públicas consistentes que deixaram claro a necessidade de uma reestruturação da educação no Estado brasileiro.

O próximo grupo elencado pela citada legislação emergencial são os idosos. O Brasil desconhece na prática as políticas públicas voltadas aos idosos, desconhece a importância da valorização do seu conhecimento, das contribuições que poderiam nos poupar retrabalhos; ao mesmo tempo, o país não tem uma cultura de manutenção para essas pessoas. Precisamos que a sociedade reconheça a necessidade de fomento e incentivo a políticas públicas e programas de reinserção desses idosos no mercado de trabalho, caso sintam-se aptos, e dar condições de uma vida digna através programas e ações do poder público. A falta de políticas públicas mais específicas gera dependência e os expõe a violência.

Por último, a Lei nº 14.022/2020 afirmou a necessidade de proteção às pessoas com deficiência, considerados como outra categoria de indivíduos vulneráveis, e realmente o são, por isso dispõem de políticas públicas específicas. Mas que nesse momento, de acordo com o legislador, precisam ser reforçadas. Precisamos entender as reais necessidades da vida cotidiana, para que não esbarremos apenas na percepção das dimensões estruturais das políticas públicas, mas também possamos contemplar os aspectos horizontais da elaboração destas políticas atingindo a dimensão humana, que devem contribuir para a educação dos indivíduos.

Precisamos de políticas públicas que se realizem em leis, decretos, programas e ações, que garantam a educação, para que a sociedade possa transitar no cenário atual e futuro de forma a reduzir estas fragilidades do Estado e humanas, que foram tão perceptíveis no âmbito social e psicológico das pessoas. Que contribua para a educação de uma cultura da paz no que se refere a problemas existentes em todas as camadas sociais no Brasil, como a violência.

Autora: Cristina Peres Barboza Dias.
Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 20 de novembro de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1065.

A PANDEMIA E O TURISMO: O RETRATO DE UM DOS SETORES MAIS AFETADOS

Estamos a poucos dias do final de um ano atípico. E o desejo de muitos é que 2020 acabe logo, pois tem-se a esperança de que tudo volte à normalidade. No mundo, este foi um ano em que as relações se transformaram. Foi necessário nos adaptarmos e reinventarmos. Soares (2020), inicia seu livro fazendo um retrocesso mensal. Parafraseio este, quando menciona que até o mês de fevereiro “a sua vida, assim como a minha, seguia uma rotina” recheada de obrigações pessoais e profissionais. O mês de março se inicia, e com ele nosso mundo se transforma, literalmente. Nossa obrigação de ir e vir a determinados lugares se transforma em uma atitude de sobrevivência. Passamos a ter obrigações com as medidas de isolamento social. O contato físico pessoal e profissional dá lugar ao *home office*, e os encontros familiares são via Meet, Zoom, ligações, chamadas via WhatsApp.

Questiono como ficará o turismo, pós-pandemia? Será preciso se reinventar e arregaçar as mangas e fazer novas projeções para o setor?

Acredito que é da criatividade que nascerão os maiores empreendimentos. A nível mundial, até março de 2020, o retrato que visualizávamos era de aeroportos, estações rodoviárias, estações de trens lotados diariamente, com famílias carregadas de malas indo para os melhores destinos turísticos do mundo; o setor se mantinha em ascensão. Desde então, com o surgimento da covid-19, este setor entrou em colapso devido às regras impostas pelos governos mundiais e está vivendo a sua maior crise econômica.

O turismo responde, atualmente, por cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, por empregar direta e indiretamente 7 milhões de pessoas no país. O setor fechou o primeiro trimestre de 2020 com um saldo

de contratações e demissões negativo, se comparado a dados do mesmo período do ano passado. Conforme dados publicados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens de Serviços e Turismo (CNC), entre março e novembro de 2020 o setor perdeu 49,9 mil estabelecimentos com vínculos empregatícios, de modo que 446 mil empregos formais foram encerrados, em consequência desta pandemia mundial. Há prospecção que este ano fechará com um saldo negativo de 16,7%. A CNC calcula que durante a pandemia, as atividades turísticas brasileiras perderam R\$ 207,85 bilhões. Nos noticiários, o governo brasileiro divulgou como será a retomada deste setor, visando incentivar o turismo. Foram lançados três projetos: “Retomada do turismo”, “Viagem com responsabilidade” e o “Redescobrimo o Brasil”. O conjunto de ações destes projetos está pautado no fomento a família, a programas ao ar livre, com experiência exclusiva sem o turismo massivo. Estes, por sua vez, estão focados na preservação das empresas e empregos no setor, melhorar a estrutura na qualificação de destinos, implantar protocolos de biossegurança e promover as viagens.

Autora: Graciele Rodrigues Ribeiro.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 27 de novembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1067.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO SUPERIOR EM EAD E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Alguns problemas inter-relacionados ocorrem no interior do Rio Grande do Sul: a falta de professores para a educação básica e a migração das juventudes para os grandes centros. Por muito tempo, a formação em nível superior na forma pública se concentrava em cidades médias e metrópoles, levando tanto à migração das juventudes das cidades pequenas, como à escassez de profissionais na área da educação no interior do Estado. Tendo em vista esse cenário, a Universidade Federal do Pampa (Unipampa) iniciou em 2018 o curso de licenciatura em Geografia em dezoito municípios do estado, abarcando regiões ao sul e norte e, com isso, oferecendo a possibilidade de um curso de graduação gratuito a pessoas que não poderiam se deslocar para os centros de formação, ao mesmo tempo em que oportuniza a permanência das juventudes nas cidades de origem.

Originou-se de uma parceria da Unipampa com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que oportunizou a entrada de novecentos novos universitários que não teriam conseguido caso a oferta fosse na modalidade de ensino presencial. É uma política pública cujo principal resultado é a democratização do ensino superior e a formação de professores em cidades do interior e periferias metropolitanas.

Partindo de uma caracterização por municípios sede dos polos, observa-se a diversidade da área de atuação do curso de Geografia Licenciatura EAD. Pode-se identificar que os locais englobam desde municípios pertencentes à região metropolitana de Porto Alegre e com elevado contingente populacional, como Sapucaia do Sul e Esteio, respectivamente com 130.947 habitantes e 80.755 habitantes, e predominantemente urbanos, até cidades pequenas. Municípios com menos de dez mil habitantes: Camargo (2.596); Vila Flores (3.207); Hulha Negra (6.043);

Faxinal do Soturno (6.672), sendo que, desses, Camargo, Hulha Negra e Vila Flores possuem população rural superior à população urbana. Municípios entre 10 mil e 20 mil habitantes: Agudo (16.722); Arroio dos Ratos (13.606); Cacequi (13.676); Restinga Seca (15.849) e Sobradinho (14.283). Desses, apenas Agudo tem população rural superior à urbana. Municípios de 20 mil a 80 mil habitantes: Gramado (32.273); Itaqui (38.159); Panambi (38.058); Rosário do Sul (39.707); Três de Maio (23.726).

Essa extensão de áreas de atuação e quantitativo de alunos colocam grandes desafios, mas também a convicção de que a política pública do ensino superior através da parceria entre Unipampa e UAB está sendo efetuada de modo a fomentar a formação de professores e o desenvolvimento social em diferentes espacialidades, atendendo uma população que até então não teria condições de se profissionalizar. Nesse sentido, estamos certos da importância e alcance do EAD. O curso de licenciatura em Geografia da Unipampa presencia o impacto dessa política pública na vida de nossos alunos e futuros professores. A qualificação na educação básica pressupõe ações de formação de professores, nesse sentido que ações na educação superior irão repercutir diretamente na qualidade do ensino básico. E a Unipampa celebra esse desafio através de seus resultados na vida das pessoas e territórios.

Autora: Carmen Regina Dorneles Nogueira.
Docente do mestrado em Políticas Públicas (Unipampa) –
Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 4 de dezembro de 2020.
Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1068.

O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde o século XX, o Brasil e o mundo vivenciam uma queda nas taxas de fecundidade e o crescimento da expectativa de vida ao nascer, ou seja, o número de nascimentos vem reduzindo, enquanto a população está vivendo mais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 1960 e 2010 a expectativa de vida aumentou em 25 anos, chegando a 73,4 anos. Além disso, calcula-se que a média de pessoas com sessenta anos ou mais se aproximará de 30% da população total do país em 2050.

Graças a fatores como os avanços da medicina e a ampliação do acesso à saúde pública, a qualidade de vida das pessoas vem melhorando exponencialmente, o que nos leva ao envelhecimento populacional. Com o aumento da longevidade, há também uma maior incidência das doenças crônicas não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares, neoplasias malignas, diabetes *mellitus* e doenças respiratórias crônicas. Tais fatores estão colocando em pauta as discussões sobre políticas públicas de saúde, mobilidade urbana e acessibilidade, bem como questões relacionadas a previdência, haja vista que os gastos públicos tendem a aumentar.

É imprescindível que o Estado encontre formas de materializar a legislação que garante a proteção dos idosos, e que em conjunto com a sociedade sejam discutidas políticas públicas que efetivem os direitos dessa população em prol do bem-estar, respeito e dignidade dos idosos brasileiros. Um dos maiores desafios é assegurar que o processo de desenvolvimento socioeconômico aconteça com equidade entre os diferentes grupos etários, especialmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, visto que o acelerado processo de envelhecimento populacional tem acontecido em

meio a uma crise fiscal, o que torna ainda mais dificultosa a ampliação do sistema de proteção social, principalmente para os idosos.

No contexto de expansão do segmento idoso, esse público passa a ocupar ainda mais o papel de consumidor de bens e produtos específicos à sua atual situação, além do fato de que será necessária a ampliação dos serviços sociais e o acesso, principalmente aqueles vinculados à saúde e infraestrutura das cidades. Outro ponto a ser mencionado é que as políticas públicas governamentais precisam se atentar para as questões relacionadas ao mercado de trabalho, por exemplo, o incentivo à capacitação e contratação de idosos, que é relativamente baixa no Brasil. De modo geral, as políticas de emprego também desempenham papel fundamental na economia, uma vez que, ao estimular a participação deste grupo no mercado de trabalho, impulsionarão uma menor dependência destes para com os serviços públicos de assistência e complementação de renda. Em contrapartida, igualmente caberá ao Estado adotar estratégias de prevenção à discriminação contra a pessoa idosa. Deve-se considerar que a participação desse segmento na força de trabalho roga por um mercado mais flexível e com atividades que realmente possam ser desenvolvidas por eles.

Quando falamos em políticas públicas, devemos lembrar que estas são instrumentos que fortalecem a democracia, atuando como ferramenta para a garantia dos direitos dos cidadãos. Nesse contexto, elas devem ser elaboradas e executadas com o objetivo de proporcionar aos nossos idosos o direito de estarem saudáveis tanto no contexto biológico, com as ações em saúde, como no contexto social, no que compete à educação e mercado de trabalho.

Autora: Larissa Zanela Mendes.

Doutoranda em Desenvolvimento Regional (Unijuí) – Ijuí.

Autora: Thais Zanela Mendes.

Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.

Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 11 de dezembro de 2020.

Jornal *Folha de Itaqui* – Ano XIX – edição nº 1069.

A POLÍTICA FEDERAL DE SANEAMENTO BÁSICO: UM DESAFIO PARA PREFEITOS E VEREADORES EM 2021

A problemática causada pela geração de resíduos, de dejetos, de poluição no meio ambiente, ainda é e deverá ser a pauta de muitas discussões na sociedade atual. E a falta de saneamento básico se tornará um dos grandes desafios para a administração pública em 2021, de modo que ela precisará articular agendas políticas para implementar e cumprir a obrigatoriedade da Lei nº 11.445/2007.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2010, disponibilizou a Pesquisa Nacional em Saneamento Básico, que expôs que 50,8% dos resíduos gerados e coletados diariamente no país não recebiam destinação apropriada, sendo depositados em vazadouros a céu aberto ou em aterros irregulares (IBGE, 2010).

Em estudo posterior, efetuado em 2013 também pelo IBGE, evidenciou-se que apenas 33,5% dos municípios brasileiros possuem um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Nesta mesma lei é possível visualizar na íntegra o apelo que o legislador faz, para que ocorra um planejamento integrado na implantação da Política Nacional Saneamento Básico em conjunto com a PNRS.

Saneamento básico é questão de saúde pública, e requer ações na prevenção da água, tratamento e esgotamento sanitários, adequados para preservação da saúde das pessoas. E por incrível que pareça, em pleno século XXI, há milhões de pessoas no Brasil sem acesso aos mínimos recursos de saneamento.

De acordo com o Atlas Esgotos (2017), 28,17% dos esgotos das sedes municipais do Rio Grande do Sul são coletados, porém não tratados. Já os

esgotos coletados e tratados respondem por 26,24%. Sem coleta e tratamento, são 21,56% de todo o esgoto gerado, o que pode comprometer a saúde da população e a proteção dos mananciais superficiais e subterrâneos. E ainda, cerca de 24,02% dos esgotos não são coletados pela rede geral, sendo utilizadas soluções individuais para o seu descarte.

O Brasil possui políticas públicas que norteiam as prefeituras quanto a diretrizes, planos e programas que precisam ser implementados, existindo vários apelos obrigatórios em lei para que o saneamento básico atinja o máximo de pessoas possível. Cabe aqui destacar que muitos municípios, por meio de sua gestão pública, alegam dificuldades em formular e cumprir a Lei nº 11.445/2007, assim como também a lei federal nº 12.305/2010 (PNRS).

Neste contexto, existem pesquisas que apontam alguns fatores para esta dificuldade em desenvolver a política de saneamento básicos, os quais são de ordem geográfica, socioeconômica, cultural e política. Porém, os princípios fundamentais da Lei nº 11.445/2007, amparados no art. 2º, garantem a universalização do acesso, a maximização de ações e resultados no abastecimento de água, no esgotamento sanitário, na limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e a proteção ao meio ambiente.

Portanto, a lei garante e protege a população que também precisa fazer a sua parte no controle e fiscalização, exigindo o cumprimento e a efetivação das políticas públicas no município. Existem mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações e participações nos processos de formulação de políticas.

Autora: Darlene Cristina Colaço Chaves.
Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa) – Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 18 de dezembro de 2020.
Jornal Folha de Itaqui – Ano XIX – edição nº 1070.

A CIÊNCIA EM TEMPOS DIFÍCEIS

Não é uma surpresa que, desde 2016, as tensões políticas no Brasil vêm tomando cada vez mais fôlego. Da dicotomia impeachment *versus* golpe até as ácidas discussões, os ânimos vieram se inflamando. É neste contexto que foi edificado o próprio pleito de 2018, e a polarização se instalou como algo que, hoje, parece fazer parte do cotidiano político brasileiro. Em meio a esta espécie de dualidade política estabelecida, há aqueles partidários da ala pró-presidência e aqueles do campo crítico e de resistência ao projeto governamental bolsonarista. Um conflito de discursos políticos acalorados em tempos de *fake news*, memes e pandemia.

Atualmente, em meio ao contexto caótico e complexo de pandemia, parece haver alguns indicativos de um certo desmembramento da própria dualidade política, resvalando de encontro à própria interpretação sobre a realidade brasileira de pandemia – dicotômica e dupla, assim como as animosidades entre os ditos “*bolsominions*” e os supostos “comunistas”. Além disso, a crise sanitária mundial mostrou facetas problemáticas da sociedade brasileira, relacionadas ao próprio modelo neoliberal e ao abismo socioeconômico no país. O que não é novidade, mas que se complexificou com a pandemia e dificulta, ainda mais, as possíveis análises do contexto sociopolítico brasileiro atual.

A polarização política, presente mais fortemente desde o pleito presidencial de 2018, por exemplo, se apresenta também nas interpretações sobre a realidade social afetada pela pandemia. Partindo desta polarização, ocorreu uma espécie de metamorfose que torna a própria visão sobre a pandemia relacionada à orientação política dualista vivenciada no Brasil, nos últimos anos. Além disso, a dicotomia advinda de tais interpretações antagônicas se soma a conflitos de interesses econômicos e de saúde pública, fazendo com que haja constante atrito e tentativas de conciliação entre ambos os pontos. E este ponto, inclusive, vai se relacionando a problemas

sociais e econômicos nada novos no Brasil, mas que acabaram se tornando ainda mais sensíveis em frente à nova realidade de 2020.

A ciência moderna vem superando tanto a ideologia quanto a pré-ciência, dando passos largos em direção à produção do conhecimento a partir da coleta de dados concretos e de metodologias apropriadas. Dentro destas perspectivas que o mestrado em políticas públicas atua, assumindo e executando pesquisas com procedimentos lógicos e técnicos inovadores, preocupando-se com a observação sistemática do seu objeto e com grande rigor científico.

A face relativa ou absoluta, objetiva ou subjetiva do conhecimento de caráter científico tem papel de destaque neste cenário, pois revela a íntima conexão que se estabelece entre ciência e sociedade. Esta questão chama atenção para a mobilidade do objeto do conhecimento e, inclusive, para uma importante percepção: a vastidão da própria realidade. Acaba eliminando, também, as investidas da ortodoxia e da dogmatização, dois corpos rígidos que estão, muitas vezes, à espreita da ciência.

A prática social, nas suas inúmeras teias de inter-relações e interdependências, por si só basta para comprovar a realidade concreta dos objetos a serem analisados. Estes, todavia, sendo apreendidos em conjunto articulado, metódico e histórico de conhecimentos torna impossível falar da “acientificidade ” das ciências sociais enquanto campo de produção de conhecimento conceitual.

Autor: Ronaldo Bernadino Colvero.
Docente do mestrado em Políticas Públicas (Unipampa) –
Campus São Borja.
Artigo publicado na coluna “Políticas públicas em ação”,
em 23 de dezembro de 2020.
Jornal *Folha de Itaquí* – Ano XIX – edição nº 1071.

| ARTIGOS

O CENÁRIO ESTRUTURAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS

Daniel Sarmiento Pereira¹
Sandra Micheli Greff Menuzzi²
Nubia Velasques Amaral³
Muriel Pinto⁴

Resumo: Este trabalho tem por objetivo traçar um breve panorama da educação brasileira. A ideia inicial consiste em abordar o cenário educacional por meio da concepção de alguns autores importantes no ramo, pois a educação estrutura-se através de métodos e diretrizes, que visam instigar e nortear a execução das ideias de uma coletividade. É por meio dela que o processo evolutivo ganha espaço e se expande, mudando a vida dos atores sociais e estabelecendo novos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos. A educação visa disponibilizar ao educando, recursos que os conduzam a transformações materiais e morais para poderem conviver em sociedade. A educação proporcionada pelas instituições de ensino possibilita a aquisição de conhecimentos acerca da natureza humana, objetivando a criação da consciência social e ambicionando o progresso e o fortalecimento da coletividade a qual pertence o agente social. Desta forma, abordaremos na sequência textual o cenário estrutural das políticas públicas de educação no Brasil.

Palavras-chave: Educação no Brasil; Desenvolvimento; Democratização; Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A finalidade deste texto é promover uma reflexão acerca da temática da educação no Brasil e o seu percurso histórico, visto que as políticas públicas educacionais figuram-se em uma abordagem de projetos que envolvem Estado e sociedade no avanço de uma educação inclusiva e com mais qualidade, sempre com prioridade aos valores pautados pela cidadania. O direito à educação é amparado por lei, e, como tal, é assegurado a todos os cidadãos. Cada unidade federativa é responsável por possibilitá-la enquanto um direito social.

Entender a educação como um direito de todos e como responsabilidade social é fator preponderante para o seu pleno funcionamento. A Constituição Federal define, nesse sentido, normas e diretrizes operacionais específicas, bem como divide as responsabilidades entre as unidades federativas e administrativas, razão pela qual é necessário compreender essa separação (já que fundamenta inúmeras políticas públicas e ações político-governamentais).

As unidades federativas possuem responsabilidades legais para com a educação. O artigo 205 da Constituição deixa-nos claro que “a educação”, enquanto “direito de todos e dever do Estado e da família”, será “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Por esse entendimento, as políticas públicas educacionais sinalizam uma importante influência na vida em sociedade e representam ações essenciais no crescimento da nação.

Cabe ao Estado por excelência a criação de políticas públicas e sociais que visem a melhoria de vida dessa população. É devido a isso que existe uma estrutura e organização do sistema de ensino. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida por Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é a responsável por estabelecer as respectivas divisões e finalidades da educação no país, sua organização, órgãos responsáveis por essa administração, modalidades e níveis de ensino, entre outros fatores relevantes presentes também na Constituição. Feita esta introdução, adentremos as colocações iniciais da trajetória da educação brasileira, seguindo para a concepção de traços de histórica trajetória e considerações finais.

2. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Falar do histórico da educação brasileira é lembrar dos filhos de portugueses, dos descendentes de europeus, dos africanos, dos jesuítas e dos próprios indígenas; ambos recebiam um ensinamento, no entanto, de forma diferenciada. O conhecimento repassado aos alunos não se restringia à propagação de um ensino com base comum, envolvia as ideologias das elites brancas da época. A diferenciação do ensino para o público privilegiado era um pedido que vinha de cima, feito pela própria elite colonial que morava no Brasil. Se a observação for realizada com maior afinco no processo de desenvolvimento educacional, é fácil perceber os ranços e avanços que sempre estiveram presentes na interface deste cenário.

A concepção histórica da educação como processo inserido na luta pela construção de uma sociedade mais humana, mais justa, mais igualitária, dotada de desenvolvimento, ou, melhor dizendo, de pleno desenvolvimento, manifesta-se como algo recorrente, possui um caráter formativo denso em prol de uma sociedade cada vez mais desenvolvida. É importante perceber que a educação estrutura-se através de métodos e diretrizes, que visam instigar e nortear a execução das ideias de uma coletividade. Em suma, é por meio dela que o processo evolutivo ganha espaço, desenvolvimento tecnológico e se expande, mudando a vida dos atores sociais, estabelecendo novos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos burocráticos, entre outros. Ao encontro dessa concepção, Marx e Engels (2003, p. 137) já sinalizavam que “as ideias não podem executar absolutamente nada. Para a execução das ideias são necessários homens que ponham em ação uma força prática”, assim, ao ser humano é primordial o conhecimento como ferramenta para o processo evolutivo, ou seja, a lapidação do saber é a força motriz de uma cidade, Estado ou país.

Nesse sentido, os autores sinalizam para a necessidade de alguém que pudesse exercer um domínio interpretativo dessas ideias, a fim de fundamentá-las com um produto. Ou seja, é uma forma de traduzi-las, essa dimensão condiciona para interpretação da importância do desdobramento de métodos e técnicas; para isso são necessários saberes, e a construção e lapidação desses saberes se condiciona pelo processo do desenvolvimento do conhecimento científico.

Antes de um maior aprofundamento no que tange os caminhos trilhados pela educação no Brasil, cabe fazer um apanhado delineando de forma superficial uma definição para o tema educação, considerada como a base sólida de que se valem as sociedades, para que os conhecimentos e os valores humanos construídos pelos indivíduos sejam transmitidos e vividos pelas novas gerações. Nesse sentido, o educador brasileiro Vitor Paro (2001, p. 11), define:

[...] a educação constitui a mediação pela qual os seres humanos garantem a perpetuação de seu caráter histórico. Isto é, se o homem se faz histórico porque é o construtor de sua própria humanidade, e se essa criação só se dá pela mediação dos conhecimentos, técnicas, valores, instrumentos, tudo enfim o que consubstancia a cultura construída pelos próprios homens, então a educação, ao propiciar a apropriação dessa cultura, é imprescindível para o desenvolvimento histórico.

É esse carácter de perpetuação histórica que mantém viva a memória de um povo, com suas lembranças, traços culturais e sociais; pela educação se busca a continuidade e longevidade da vida no planeta, indiscutivelmente pela educação. Ou melhor dizendo, o ser humano, valendo-se do uso de técnicas e aparatos científicos, também já desencadeou catástrofes e atrocidades, presenciados pela humanidade ao longo de sua história.

A educação e o conhecimento mantêm intrínseca relação no processo de desenvolvimento do bem-estar social, mas de fato, o que realmente vem a ser conhecimento? Um dos grandes educadores que o Brasil e praticamente o mundo tiveram a oportunidade de conhecer e usufruir de suas teorias diz que “[...] o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo” (FREIRE, 2003, p. 79). Naturalmente, após uma primeira leitura dessa definição, já é possível vislumbrar que, para Freire, o conhecimento é, em primeiro lugar, um processo. É, nesse sentido, ação e reflexão sobre o mundo, realizadas pelos atores sociais. Complementando o fragmento citado, Freire (1992, p. 95) nos reporta dizendo que “[...] a educação, não importando o grau em que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática”.

A Carta Magna, promulgada em 1988, garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais, e dentre eles estão muitos direitos abrangidos pela educação escolar, como os sociais e os de igualdade, dignidade e respeito.

Essa proposta educacional tem em vista a qualidade de formação oferecida a todos os estudantes e essencial para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (BRASIL, 1997).

Ainda, sendo a escola um espaço cultural, não se pode limitar as práticas educativas em questões específicas. A inclusão de alunos com deficiência e a diversidade em geral, são assuntos que também merecem ser abordados. Os profissionais de educação envolvidos na escola e na comunidade devem estar preparados para lidar com possíveis alterações motoras/cognitivas que um estudante com deficiência pode apresentar. Por essa razão é tão importante respeitar e levar em consideração as condições individuais de cada estudante, porque a diversidade é inerente ao ser humano (BRASIL, 2015).

Quando se refere à educação dialógica, tem-se a ideia de que a autoridade do educador reside em muitas coisas, mas o conhecimento padronizado acaba sobressaindo-se como um de seus pilares. Assim, os educadores dialógicos sabem que este tipo de conduta implica ausência de autoritarismo, pois o diálogo significa uma tensão permanente entre autoridade e liberdade. Ocorre que, nessa tensão, o educador continua sendo autoridade, pois permite que surjam liberdades dos alunos (FREIRE, 1979) sobre a consciência. Freire (1979, p. 47-48) destaca:

Por esta razão e por outras, que expusemos neste ensaio, insistimos na ação cultural pela liberdade. Não obstante, não atribuímos à conscientização um poder mágico, o que seria mistificá-la. A conscientização não é uma varinha mágica para os revolucionários, mas uma dimensão de base de sua ação reflexiva. Se os homens não fossem “entidades conscientes”, capazes de atuar e perceber, de saber e recriar; se não fossem conscientes de si mesmos e do mundo, a ideia de conscientização não teria nenhum sentido e aconteceria o mesmo com a ideia de revolução. Empreendem-se revoluções para libertar os homens, precisamente porque os homens podem saber que são oprimidos e ser conscientes da realidade opressora na qual vivem.

Diante da observação, há de se considerar que a educação é, além de um processo gnosiológico, uma ferramenta política, uma vez que sua objetividade está atrelada à prática educativa, constituindo-se como importantíssimo aparato ideológico de Estado.

Quadro 1 – A educação no Brasil: traços de trajetória histórica

Marcadores históricos	Contexto histórico da educação no Brasil	Período
1909	– Escolas de Aprendizes Artífices	Período I: Brasil Império antes do Estado Novo (1888-1929)
Início do século XX	– Educação elitista – Jesuítas; – 1930: Criação do Ministério da Educação – responsabilidade do Estado em prover educação pública	Período II: Era Vargas/ Estado Novo antes do regime militar (1930-1963)
1931	– Criado o Conselho Nacional de Educação (CNE)	
1937	– Liceus profissionais	
1942	– Escolas industriais e técnicas	
Década de 1950	– Educação definida conforme o modelo nacional desenvolvimentista; – Mecanismo para o desenvolvimento objetivava a modernização da sociedade e a formação de recursos humanos	
1959	– Escolas Técnicas	
Década de 1960	– Lei nº 4.024, de 1961: preservação da educação nacional urbana e voltada para as classes dominantes; – Descentralização para os estados dos ensinos primário e médio	Período III: regime militar (1964-1985) até período pré-Constituição
Golpe militar de 1964	– Expansão do acesso ao ensino médio, no entanto privilegiando a população urbana; – Foco no modelo desenvolvimentista	
Década de 1970	– Educação para o desenvolvimento; – Viés centralizador pela esfera federal: visava ampliar o acesso pela expansão da rede de ensino; – Repressão aos movimentos estudantis; – Desenvolvimento do primeiro, segundo e terceiro grau no país, buscando formar quadros científicos e tecnológicos	
1978	Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet)	
Década de 1990	– Crise econômica, social e fiscal; – Desintervencionismo estatal; – Reforma administrativa do governo; – LDB (1996): priorização do ensino fundamental e busca por aumento de vagas; – Responsabilização da educação aos Estados e municípios (descentralização) sem o respectivo respaldo financeiro para ampliação de vagas; – Universalização do ensino no fim do século XX: política de redução do investimento público em educação; – Queda no nível de qualidade da educação,	Período IV: Constituição de 1988 até FHC (2002)
Anos 2000	– Emergência de políticas públicas participativas; – Novos processos de avaliação da educação básica pelo Inep	
2002	– Criação do Observatório Nacional da Educação	
2008	– Criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia	
2011	– Criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Período V: Governo Lula ao Governo Dilma (2003-2015)

Fonte: Adaptado pelos autores com base o portal do Ministério da Educação, 2020.

Buscou-se nesta seção, de forma bastante sintetizada, estruturar um histórico da educação brasileira de maneira objetiva, pontuando as principais mudanças na organização estrutural, para assim compreender a criação das políticas públicas de expansão da educação no Brasil.

Observa-se as crises, conflitos e alternativas, vibrantes, polêmicas e atuais no que tange ao desenvolvimento e processo de democratização educacional. Esse recorte obedece a uma estrutura temporal que encontra-se dividida em cinco períodos, cada um correspondente a um espaço de tempo na história do país. Cada período será descrito de forma breve a seguir.

Como se vem discutindo, o processo de desenvolvimento educacional é um dos elementos de notória importância em uma sociedade. O ano de 1909 enfatiza o início da educação profissional no Brasil, e desde então ela passou e continua passando por muitos processos de reorganização. Para melhor entendimento, dividiu-se essa retrospectiva em marcadores temporais no Quadro 1, mostrando como essas ações foram sendo desenvolvidas no país, compreendidas entre os anos de 1888 até 2015, em que marca o início da pesquisa.

Conforme se pode observar no Quadro 1, o Brasil passou por diversas fases que envolvem conflitos ideológicos, políticos e econômicos nas mudanças estruturais da educação. No que tange a essas mudanças, sempre as justificativas constituem-se em prol de melhores condições na qualidade socioeconômica e desenvolvimentista do país, porém, isso não significa que na prática sua efetividade esteja consolidada. Para a pesquisadora Ciavatta (2019, p. 15), “O processo histórico da afirmação do campo Trabalho-Educação nunca foi simples, pelas controvérsias existentes em suas bases teóricas e pela limitada tradição marxista no campo da educação”.

Historicamente, os governos que se sucederam na condução do país foram em alguns momentos negligentes com a organização e oferecimento de uma educação que atendesse às necessidades reais das populações. Como prova disso, observa-se os ranços e avanços visíveis ainda atualmente, dessa forma, percebe-se com facilidade que o desenvolvimento da educação no Brasil se traduz em um espinhoso tema de embate político e ideológico. O direito à educação não se constituiu em preocupação para a maioria dos governantes, a não ser como instrumento para conter as tensões dos

movimentos sociais e de controle do êxodo rural para assegurar a produtividade do campo em atendimento às demandas do capital nacional e internacional.

O desenvolvimento educacional brasileiro é percebido como um processo fantasioso quanto à ideia intrínseca na Constituição Federal (BRASIL, 1988) que, em seu art. 205, diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Existe uma limitação quanto ao proporcionar o “pleno desenvolvimento do sujeito”, essa ideia está limitada por interesses comuns de uma elite política, que valendo-se do poder ideológico e transformador tenta utilizá-la em prol de uma ambição. Cabe lembrar que só em 2006 o processo de expansão e interiorização da educação no país começou a ganhar espaço; e que o crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, mas tomou proporcionalidade também a partir de 2006.

Isso porque, os princípios norteadores do ensino superior no Brasil estão previstos na Constituição Federal. São três os objetivos de qualquer nível educacional: pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Importante destacar o art. 206, I da Constituição, que refere que a capacidade de cada um deve ser medida considerando a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988), e não há que se falar em igualdade formal, mas sim em igualdade material. Todo sistema de educação é embasado em ações e opções, de uma determinada concepção de mundo, de modelos de pensamento que procuram se tornar aceitos como melhores que os outros (FREIRE, 1979), sendo assim, é possível focar em se trabalhar uma forma comunicacional que valorize as diferenças e atente para a satisfação de necessidades individuais e coletivas de todos.

Ainda é importante mencionar que o sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais; além desses desafios de conclusão do ensino médio, de acordo com o anuário brasileiro, a taxa de inscrição no ensino superior é quatro vezes maior aos ricos. O certo é que desde a década de

1990, o acesso ao ensino fundamental foi praticamente universalizado, mas isso não significa que o conhecimento tem se difundido e aprimorado na mesma proporção. Ao contrário, o quadro que vivenciamos é de baixo desempenho dos alunos, assim, podemos citar os recentes dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), em que o Brasil ficou entre os últimos colocados no desempenho escolar.

Outro fato relevante a ser apresentado é a questão da equidade da educação. O sistema escolar brasileiro reproduz diversas desigualdades sociais. É importante evidenciá-las para que as políticas públicas sejam colocadas em prática de forma mais equitativa. Por muito tempo o sistema de ensino superior no Brasil foi claramente um espaço para socialização de uma elite mais distinta pelo seu capital social, sendo que nas últimas décadas começou um movimento para desenvolvimento de um ensino superior relativamente amplo e inclusivo.

A educação dentro de uma instituição de ensino é o processo pelo qual o indivíduo recebe o conhecimento científico e de vida de modo geral, a fim de formar-se profissionalmente, e, diga-se de passagem, mais humano. Também é na escola que são disseminados valores, hábitos, atitudes e impulsionado o desenvolvimento de grandes ideias. Contudo, esses sujeitos trazem consigo seus próprios valores éticos e morais que, nesse ambiente, serão burilados, melhorados e reconstruídos.

É função da educação disponibilizar ao educando recursos visando conduzir às transformações materiais e morais, para que possa conviver em sociedade. A educação proporcionada pelas instituições de ensino possibilita a aquisição de conhecimentos acerca da natureza humana, objetivando a criação da consciência social e ambicionando o progresso e o fortalecimento da coletividade a qual pertence o agente social.

Além do mais, é a educação que fornece os elementos para a construção do sujeito, de sua história, tendo como meta a sua realização individual e coletiva. O homem, enquanto ser social, realiza mudanças em seu espaço geográfico, nos valores e nas ideias de seu tempo. Assim, a sociedade edifica sua trajetória, sua história e modos próprios de vida. É nesse contexto que ocorrem os grandes eventos históricos, os movimentos políticos, as transformações sociais, mudanças nas políticas públicas, com a extinção de

algumas e o surgimento de outras novas, através da criação de canais de reivindicação e participação popular.

Trata-se de momentos distintos no tempo, correspondentes a diferentes estágios de construção da cidadania que não se limitam apenas a práticas políticas, mas se estendem à participação efetiva do indivíduo no cenário social ao qual pertence. Para fazer parte desse contexto histórico e social, não basta apenas existir, é necessário também ser um sujeito ativo em meio a essa realidade.

Desse modo, então, é que os povos transmitem sua cultura ao longo do tempo, geração após geração; lendas, mitos, costumes, crenças, valores éticos e morais fazem parte desse processo de compartilhamento. Neste cenário, a educação viabiliza a inserção do homem nessa conjuntura, servindo como instrumento de difusão e compreensão da dinâmica social.

Ao longo da história humana, a educação sempre ocupou lugar central na condução do ser em construção histórica. Na Grécia antiga, por exemplo, era a educação que preparava os jovens para as relações com o Estado e a sociedade. Foi nesse tempo que Platão e Aristóteles estabeleceram suas concepções de uma educação uniforme baseada em regras e compulsória para os homens livres.

Cabe destacar o que se visualiza na obra de Platão, *A República*, em que se preconiza que o cidadão não tem direito a ter vida pessoal ou familiar, e deve dedicar-se exclusivamente à defesa do Estado. Contudo, mesmo diante de tanto rigor, a educação mostrou-se instrumento de enorme relevância, mas incapaz de eliminar as desigualdades sociais, pois lá somente os nobres eram considerados livres; com isso, os que não eram nobres, não sendo livres, não tinham acesso ao conhecimento. Tal posicionamento dimensiona o poder da educação quando posta ao alcance de todos, quando condicionada ao uso de uma coletividade, e expressa também fragilidade e lacunas no desenvolvimento do bem-estar social.

A escrita possibilita a democratização do conhecimento. A aristocracia vê diminuída a sua ascendência sobre o povo. Os homens comuns passaram a ter a possibilidade do conhecimento e, mesmo que de forma limitada, isso é entendido como um avanço significativo, de tal que isso pode ser visto

como uma possibilidade para a construção de seu próprio destino, a ver e a agir como cidadão com direitos ao progresso intelectual e pessoal.

Diante da amplitude assumida, a história passa a registrar os fatos e a transmitir o conhecimento, facilitando a compreensão do mundo e a sua organização dentro de seus limites territoriais estabelecidos. Ademais, foi o conhecimento que levou à apropriação da realidade e, com isso, a capacidade de reflexão, o desenvolvimento do saber, criticidade e autonomia do pensamento passaram a ser desenhados de forma pormenorizada e explorando cada vez mais as aptidões humanas.

Passam os anos e as décadas e mais uma vez a história nos mostra que os indivíduos continuam derrubando barreiras da concentração do poder e das arbitrariedades. A Revolução Francesa eclode colocando em choque o regime feudal e a monarquia. Surge, então, o Estado de direito que, finalmente, acena para o fim das desigualdades entre os homens quanto à forma de tratamento. Esse fato ganha corpo na constituição francesa e na norte americana e se consolida com a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, após a II Guerra Mundial (1939-1945).

Assim, percebe-se que a educação e a produção do conhecimento continuam modificando não só o meio, mas o próprio homem, a sua maneira de pensar e de agir. É ela que dissemina valores e possibilita a construção de identidades, constituindo-se um caminho inexorável para a formação do sujeito-cidadão, dotado de posturas flexíveis que levam à constante revalidação de valores preconizados em um mundo globalizado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou promover uma reflexão sobre a educação no Brasil e os projetos desenvolvidos entre Estado e sociedade, para compreender que a educação, como prevista na Constituição, é um direito de todos e possui relevância social, dessa forma, percebe-se que as políticas públicas educacionais sinalizam importante influência na vida em sociedade e representam ações essenciais no crescimento da nação. Incumbe ao Estado a criação e execução de políticas públicas e sociais que impulsionam a melhoria de vida da população.

O marco desse desenvolvimento é a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois a partir dela mesma se criou e estabeleceu as finalidades da educação no país, além de definir as divisões de ensino da educação no Brasil. Percebe-se que a constituição histórica da educação passa por uma constante mudança para uma sociedade mais justa, mais igualitária mais humana e dotada de desenvolvimento, isso porque a educação sempre foi privilégio da elite. Com o aprimoramento dos direitos fundamentais, o enfoque da educação voltado à elite começou a se modificar e se estabeleceu uma visão de respeito a um processo de democratização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

<https://bit.ly/3hUIWMa>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3BoY1ME>. Acesso em: 17 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, DF: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório anual de análise dos indicadores de gestão das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.** Exercício 2018. Brasília, DF: MEC, 2019.

Disponível em:

<https://bit.ly/36Qt460>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CIAVATTA, M. (org.). **A historiografia em trabalho-educação:** como se escreve a história da educação profissional. [S. l.]: Navegando, 2019.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas. In: FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade:** e outros

escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARO, V. H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

¹ Mestrando em Políticas Públicas (Unipampa), *Campus* São Borja, RS, Brasil. Possui graduação em Sociologia – Bacharelado e Licenciatura, pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. E-mail: danielpereira.aluno@unipampa.edu.br

² Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa), São Borja, RS, Brasil. E-mail: sandramenuzzi.aluno@unipampa.edu.br

³ Mestranda em Políticas Públicas (Unipampa), São Borja, RS, Brasil. E-mail: nubiaamaral.aluno@unipampa.edu.br

⁴ Doutor em Geografia (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Professor adjunto da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), *Campus* São Borja. E-mail: murielpinto@unipampa.edu.br.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A LEITURA, OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS EM TEMPOS DE COVID-19

Eva Terezinha Ferreira Jornada¹

Resumo: Este artigo tem como tema a leitura eclética como incentivo de língua materna nas instituições públicas. O recorte espacial é a cidade de São Borja/RS. A delimitação temporal é o período entre 2020 e 2021, que se justifica devido à necessidade de que as crianças possam ler e escrever com melhor qualidade nas escolas públicas para que não haja retrocessos em frente ao impacto da covid-19. A leitura eclética proporciona mais conhecimentos científicos e literários. Ler é compreender a realidade que cerca o indivíduo. Leitores podem transformar-se em sujeitos ativos, cidadãos politizados, participativos e atuantes na sociedade. O objetivo geral deste texto é reconhecer a relevância da leitura eclética como ferramenta essencial de incentivo nos programas governamentais das instituições públicas. Apresenta-se o seguinte problema para diálogo: como a língua portuguesa pode ajudar as crianças e os adolescentes do ensino fundamental nesse período pandêmico? Foi feito um fichamento bibliográfico para contribuir com o enriquecimento desse tema e, concomitantemente, ofereceu-se perspectivas de paradigmas de competência e habilidades linguísticas, que despertem o prazer nos(as) estudantes pela leitura. A pesquisa será bibliográfica, desse modo, dialogar sobre o tema é diversificar a capacidade leitora dos aprendentes. Além disso, a literatura faz parte do mundo imaginário e apresenta uma dimensão lúdica, de encantamento e de entretenimento. Assim, é instigante valorizar a leitura eclética, a diversidade linguística e cultural.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação; Leitura eclética; Instituições públicas.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo é o resultado de pesquisas teóricas com viés em algumas abordagens argumentativas linguísticas. Ele estimula um diálogo sobre o objeto instigante, atual e relevante no contexto de políticas públicas de educação. Como mestrandia, alimenta-se a ideia de discutir-se com seriedade uma questão ponto de partida: quais são as ferramentas essenciais à melhoria educacional na área de linguagens? Trata-se de fomentar a língua portuguesa como um bem cultural e imaterial utilizado pela coletividade. “A literatura oral, os conhecimentos tradicionais, os saberes, as artes de representar e as línguas constituem diversas formas de expressão que são fontes fundamentais da identidade cultural dos povos” (BRASIL, 2006b, p. 80).

Pois é a língua quem faz os registros de saberes e fazeres de um determinado grupo social do Estado. Atualmente, toda educadora tem de ter em mente a caracterização da área de língua portuguesa nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental. Existe a possibilidade de ter o seguinte entendimento sobre língua:

A língua é um sistema de signos histórico e social, que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1997, p. 22).

Compreende-se que desde pequeninas as crianças começam a balbuciar e, posteriormente, a falar, utilizando-se da sua língua materna aprendidas com os pais ou os responsáveis. Portanto, começam a entender a realidade que as cercam via oralidade. Ao ingressar na educação infantil, aprendem a comunicar-se melhor escutando as histórias, cantando as cantigas de rodas e as músicas infantis. Ao entrarem nos anos iniciais do ensino fundamental, levam à instituição pública uma bagagem linguística que aos poucos irão entender, ao se comunicarem e se alfabetizarem.

A autora Ferreiro (1993, p. 21) relata que: “A escola (como instituição) se converteu em guardião desse objeto social que é a língua e solicita do

sujeito em processo uma atitude de respeito diante desse objeto. Como um objeto para ser contemplado e reproduzido fielmente”. Sensibiliza-se com a amorosidade e o sentimento de pertencimento que ela demonstra para com a língua. Na sua inferência, a autora deixa fluir essa ideia de identidade e de pertencimento. Argumenta que tem de ter respeito pela língua, pela forma com que se escreve e traça as suas letras que representam uma mensagem que será transmitida a algum receptor. Esclarece que:

O aprendiz deve respeitar cuidadosamente a forma das letras e reproduzi-las seguindo um traçado imposto. O aluno deve respeitar cuidadosamente a ortografia desde o início, como se a roupagem gráfica de cada palavra fosse eterna; ocultasse-lhe assim, que a escrita tanto como a língua oral são objetos que evoluem e que, se não há fortes razões para manter, dentro de certos limites a norma ortográfica estabelecida, esta é apenas uma convenção útil que permite a comunicação e a distância entre falantes que compartilham da mesma língua (FERREIRO, 1993, p. 76).

Como docente de formação e pesquisadora desse objeto de estudo, é perceptível que a professora deve respeitar a singularidade de cada discente. Respeitar a maneira como cada criança aprende a grafar as letras. Tem de entender que cada aprendente tem o seu ritmo próprio de aprendizagem que vai de acordo com a sua motivação, a faixa etária... Aos poucos as palavras serão lidas pelos(as) alunos(as) até obterem a formação de uma frase com sentido ou não. Linguistas esclarecem que não cabe à profissional de educação dizer que tem erros ortográficos ou que as crianças se expressam de maneira errada.

Atualmente, existe um documento normativo que trata mais sobre questões educativas e respectivas disciplinas em relação à área das linguagens, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)², implementada nas instituições a partir de 2020. Orienta as práticas de linguagem, oralidade, leitura, escrita e produções escrita ou multisemiótica, análise linguística etc.

A escola, por meio de procedimentos metodológicos diversificados de intervenção pedagógica, vai aos poucos oferecendo conteúdos programáticos, respeitando discentes e os novos saberes linguísticos, para que possam se preparar a fim de fazer a Prova Brasil, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). O exame é composto

pela Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc), nacionalmente é conhecida como Prova Brasil, que é aplicada em escolas públicas da rede urbana ou rural que tenham no mínimo vinte estudantes matriculados no quinto e no nono anos do ensino fundamental.

Em seguida temos a Avaliação Nacional da Alfabetização da Educação Básica (ANA) do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que mede os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa. Examina os conhecimentos dos estudantes do terceiro ano, do primeiro ciclo, nas áreas leitura e escrita. E, posteriormente, os jovens farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Criado em 1998, o Enem tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. É utilizado como critério de seleção para quem pretende ingressar em faculdades públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Nesse momento, sim, já estarão conhecedores da língua norma culta padrão exigida nas provas e em concursos públicos. Mas os(as) estudantes têm direito de utilizar suas variantes linguísticas e de serem respeitados(as) pela bagagem cultural que trazem consigo à instituição pública. Todos os seus conhecimentos prévios devem ser considerados e cabe ao docente retomar os conteúdos cada vez que retornar a aula de língua portuguesa. Os diversos tipos textuais devem ser propiciados aos discentes para que possam aprender de maneira contextualizada.

O tema do trabalho é a leitura eclética como incentivo de língua materna nas instituições públicas. O recorte espacial é a cidade de São Borja/RS, município missioneiro e fronteiro, localizado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Cidade gêmea de Santo Tomé, província de Corrientes, Argentina. A delimitação temporal é o período entre 2020 e 2021, pois as escolas foram fechadas a partir de março de 2020 para que muitas vidas fossem preservadas durante a pandemia. Os discentes receberam aulas remotas emergenciais. Em junho de 2021 já é possível observar-se que há discentes retornando à escola. Cada instituição pública deve respeitar as medidas preventivas conforme exigência governamental do Plano de Contingência. Enquanto isso, os docentes e demais atores da comunidade escolar já estão recebendo a primeira dose de imunizantes contra o novo coronavírus.

O trabalho se justifica devido à necessidade de as crianças lerem e escreverem com melhor qualidade nas escolas públicas; devido à relevância da leitura eclética, que proporciona aos leitores mais conhecimentos científicos e literários; porque ler é compreender a realidade que cerca o sujeito. O leitor pode se transformar em sujeito ativo, cidadão politizado, participativo e atuante na sociedade em que vive. O objetivo geral deste trabalho é reconhecer a relevância da leitura eclética como ferramenta essencial de incentivo nos programas governamentais das instituições públicas. “Chamamos de políticas governamentais aquelas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre estão as políticas emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário” (SECCI, 2016, p. 18). Segundo Secci (2016, p. 18), “A essência conceitual de políticas públicas é o problema público”. Esclarece também o autor que: “Políticas Públicas também se referem à omissão ou à negligência”. Em relação ao problema público da coletividade estudantil, percebe-se “A diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor” (SECCI, 2016, p. 36).

Para este trabalho será realizado um fichamento bibliográfico que possa contribuir para o enriquecimento desse tema e, concomitantemente, ofertadas perspectivas de paradigmas de competências e habilidades linguísticas que despertem o prazer nos(as) estudantes pela leitura. Em relação à metodologia, a pesquisa será de cunho bibliográfico. Desse modo, dialogar sobre o tema é diversificar a capacidade leitora dos aprendentes, que têm a educação como um dos direitos sociais garantidos pela Constituição. Além disso, a literatura faz parte do mundo imaginário e apresenta uma dimensão lúdica, de encantamento e de entretenimento. De tal modo, é instigante valorizar a leitura eclética, a diversidade linguística e cultural. A metodologia utilizada será a bibliográfica e a abordagem argumentativa se apoiará em Secci (2012, 2016). Será dada ênfase à leitura eclética de forma lúdica e prazerosa, visando melhoria na área de linguagens nas instituições públicas.

A revisão bibliográfica terá como objetivo apresentar alguns conceitos sobre alfabetização, letramento, leitura eclética e a afirmação positiva de

autores que comprovem a importância da leitura eclética na escola. E sobre a importância da utilização de diferentes gêneros textuais na sala de aula como ferramentas de melhoria da aprendizagem da área de linguagens. A metodologia utilizada será de uma pesquisa descritiva indutiva, porque parte da realidade para construir dados concretos. Também terá uma abordagem argumentativa de natureza qualitativa, “Visto que, a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto” (OLIVEIRA, 2011, p. 24). E segundo Secchi (2016, p. 15), “As análises argumentativas vieram para adaptar a produção do conhecimento de política pública à lógica política, para ganhar mais conhecimento útil, temporal e orientado para a ação”.

Portanto, a língua é um bem cultural, é viva e dinâmica e tem a sua importância constitucional no debate institucional público. Este artigo versará em três capítulos. Após a Introdução, o segundo capítulo que discorrerá uma “Reflexão sobre programas governamentais” e terá como subcapítulo “As políticas públicas educacionais e os respectivos avanços nos programas institucionais no pós-pandemia”. Logo após, as considerações finais.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Neste capítulo serão utilizados argumentos favoráveis ao objeto de estudo. Pretende-se ofertá-lo como uma contribuição à academia e demais colegas que possam ter interesse por essa abordagem temática de valoração de gêneros ecléticos. Recomenda-se que as oficinas pedagógicas do programa Mais Educação e as atividades complementares da Escola de Tempo Integral apliquem variedades de leitura eclética visando melhoria de habilidades, conhecimentos e competências linguísticas.

Verifica-se que o Mais Educação é um dos programas governamentais criados como política de ação contra a pobreza e a exclusão social. Ele prevê ações socioeducativas no contraturno escolar para discentes, tanto dos anos iniciais como finais do ensino fundamental. No entanto, cada instituição pública tem o direito e a autonomia de escolher quais anos serão contemplados. Enquanto o programa Escola de Tempo Integral se engaja

numa perspectiva de desenvolvimento numa escola pública, que cumpra com a sua função social, que é a de permitir às crianças e aos adolescentes o acesso ao conhecimento linguístico, à leitura de diferentes tipos textuais e de temas transversais culturais pontuados nos dias recentes. Contextualizando-os com o mundo em que vivem e a realidade que o cercam na municipalidade. Ambos os programas são desenvolvidos na municipalidade são-borjense. A finalidade desses programas governamentais é propiciar condições de os estudantes terem na escola um outro espaço, que viabilize continuidade dos estudos. Para que não haja uma descontinuidade da intervenção pedagógica.

Estes programas ajudam a elevar vários indicadores positivos em relação à educação, tais como: autoestima, autocontrole, empatia, resiliência, aprovação, retenção escolar, melhoria de capacidades linguísticas e desenvolvimentos de todas as potencialidades. Além de oficinas pedagógicas e de atividades complementares, neste artigo a ênfase é dada apenas à língua portuguesa, na oferta de leitura eclética nesse componente. Porque é relevante que o(a) alfabetizador(a), propicie diferentes gêneros textuais à aprendizagem significativa nos anos iniciais do ensino fundamental, dos sete aos doze anos. Sendo que contribuir com diferentes possibilidades de exercícios ortográficos, como criação de roda de leitura eclética e oportunidade de produção textual pode ser uma das maneiras de mitigar o problema público, isto é, o baixo índice de aprendizagem na área de linguagens.

A missão aqui é reconhecer a importância da atuação dos programas Mais Educação e Escola de Tempo Integral, ao analisar a ampliação do tempo e do espaço educativo por meio do programa Escola de Tempo Integral, que oferece sete horas diárias de estudo ao discente. Ou seja, quatro horas-aulas em um turno no qual o discente está inserido em determinado ano e turma, embora heterogênea, a maioria dos estudantes com a mesma faixa etária. No turno inverso tem horas de atividades complementares, entre elas o português, como uma oportunidade de melhoria no processo de ensino-aprendizagem. Apesar disso, há instituições públicas que contemplam os discentes por meio do Programa Novo Mais Educação, que é ofertado no turno inverso ou no final de semana, por meio

de oficina pedagógica, que abarca o português. Observa-se que ambos os programas governamentais públicos oportunizam melhoria de aprendizagem de linguagens, se for realmente aplicado por meio de atividades lúdicas e prazerosas.

Averigua-se que é nos anos iniciais do ensino fundamental que a criança deve ter a oportunidade de internalizar os diferentes tipos textuais, para que posteriormente no futuro possa compreender melhor o mundo que a cerca, ser criativa. Poderá ser uma profissional dinâmica, ética, responsável, crítica e colaboradora. Além disso, constata-se a importância de pesquisar autores que afirmem positivamente que ler diversos gêneros textuais a ajudará a ser mais alfabetizada e letrada, desde a infância.

Ou seja, às crianças e adolescentes é muito estimulante a leitura eclética. Bons leitores formam mentes fascinantes. Mesmo vivendo na contemporaneidade, diante de diferentes contextos tecnológicos e pandêmicos, urge a necessidade de a criança ter oportunidade na escola de manusear os livros impressos de diferentes gêneros textuais, vivenciar a oportunidade de receber condições de fazer a sua leitura deleite, para que o educando possa aprender a alfabetizar-se, a ler, a ouvir, a falar e a escrever desenvolvendo-se em todas as suas competências e habilidades. Sabe-se que nesse momento está inviável o acesso à biblioteca sem antes ter agendado.

Aplicar-se a leitura eclética é imprescindível como apoio à importância dessa temática. Ao ler e escrever, as(os) estudantes aguçam a curiosidade e aprimoram a área de linguagens. Infelizmente, há alguns retrocessos na educação nessa prática de trocas de livros infantis e infantojuvenis devido ao coronavírus. E na realização ativa e diária desses programas governamentais durante essa crise sanitária. E mesmo assim há cidadãos e cidadãs negacionistas, que não acreditam que devem cumprir com as medidas preventivas para evitar o contágio do coronavírus. Nas escolas públicas estão tomando muito cuidado com discentes para evitar-se o contágio de covid-19.

Porque o Covid-19 iniciou-se em nível internacional, passando a nível nacional, estadual e municipal. Entretanto cada esfera passou a avaliar e a monitorar, no caso da municipalidade são-borjense pela governança local por meio de o Boletim Epidemiológico da Prefeitura Municipal (JORNADA, 2020, p. 10).

Como pesquisadora, observa-se que socializar experiências positivas pode ajudar outros docentes a pensar em diferentes alternativas de encantar o estudante a fim de que possa demonstrar o desejo pela leitura eclética. Até mesmo contar por meio de histórias, panfletos, vídeos, entre outros, maneiras preventivas de se proteger e de cuidar de outra pessoa fazem parte de intervenção pedagógica. Logo, aprende-se mais visualizando outras ações estratégicas de incentivo sobre a relevância de propiciar uma excelente alfabetização e letramento aos discentes. Enfatiza-se que a leitura eclética é uma ferramenta essencial para ser utilizada nos programas Mais Educação e Escola de Tempo Integral, no sentido de incentivar e propiciar a leitura aos discentes, tanto na oficina pedagógica quanto na atividade complementar, como fomento de melhoria de qualidade de ensino na área de linguagens.

Necessita-se partir do pressuposto de que, para valorizar algo tem de conhecer, compreender e identificar-se como sujeito capaz de valorizar as suas próprias vivências linguísticas e a sua bagagem de conhecimentos, que carrega consigo ao ingressar na escola. Pois todo o conhecimento prévio deve ser valorizado pelo profissional de educação. Compreende-se que a família é a primeira escola. A instituição escolar, além de valorizar os conhecimentos linguísticos que cada discente traz, deve ajudar a aprimorar a sua linguagem. Sendo que o(a) discente tem de entender que a linguagem utilizada em casa pode ser respeitada, mas que a escola oferece a oportunidade de conhecer e aprender a língua padrão. Esta será exigida do estudante desde o ingresso até o término da educação básica. A docente pode fazer uma comparação conotativa: assim como a pessoa troca de roupa para ir a diferentes ambientes, assim pode ser utilizada a sua linguagem. Em casa ou no grupo de amigos, usa-se a linguagem coloquial, enquanto, ao prestar um concurso público ou uma prova do Enem, tem que utilizar a língua padrão.

Almeja-se disseminar o reconhecimento da valoração de programas governamentais que instiguem à leitura eclética, que se apresenta como recurso educativo de língua portuguesa. Pois, na escola os discentes aprendem a ler, a falar, a escrever e a ouvir na sua língua materna. Constata-se que a docente, ao utilizar-se das exigências contidas no Plano Nacional de Educação (PNE), terá condições de ajudar o discente a aprender melhor

as competências linguísticas. O Plano salienta a importância de alimentar o estabelecido em lei; conforme afirma o artigo 214 da CF/1988 (EC nº 59/2009), que argumenta principalmente que o cidadão e a cidadã têm de ser alfabetizados.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 1988, p. 399).

Dessa forma, o(a) aluno(a) leva consigo à instituição um conhecimento prévio de ortografia, fonologia, sintaxe etc. Cabe à escola pública aprimorar as habilidades linguísticas de acordo com a norma padrão e exigências do PNE (BRASIL, 2001). Para poder valorizar e apreciar a língua, o(a) discente tem de ter acesso a uma instituição escolar pública que, além dos conteúdos pedagógicos previstos pela BNCC, também possa evitar a vulnerabilidade social, o insucesso escolar, a evasão escolar e as dificuldades linguísticas. Ou seja, para que discentes possam ser acompanhados por programas governamentais no contraturno no qual está matriculado no censo escolar de determinada instituição pública.

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS RESPECTIVOS AVANÇOS NOS PROGRAMAS INSTITUCIONAIS NO PÓS-PANDEMIA

Nos dias atuais, após a universalização urge a necessidade de repensar-se as políticas públicas educacionais para debater-se o que o governo oferece de implementação de programas governamentais, que visem a melhoria educacional e incentivem os discentes a permanecerem mais tempo na escola. Em relação à discussão dessa temática, nesse subcapítulo é relevante iniciar-se parafraseando Secci (2016, p. 18): “A sociedade e os governos tomam boas e más decisões”. Sensibiliza-se ao entender que uma boa decisão pública seria aquela embasada em informações confiáveis, pautada em princípios e valores socialmente aceitos, os quais seriam feitos visando a melhoria do bem-estar coletivo. Nesse momento atual em que todos e todas na sala de aula devem manter o distanciamento social, utilizar máscaras bem ajustadas no rosto, fazer uso de álcool gel e um rodízio semanal de discentes em aulas presenciais, urge a necessidade de refletir-se a argumentação do

autor Secchi. Para o bem-estar da coletividade o mais sensato é lembrar que não é o momento para a totalidade de estudantes estar presente nos programas de Tempo Integral ou Mais Novo Educação de uma instituição pública. Mas daqui uns meses já provavelmente haverá essa possibilidade, na pós-pandemia.

Enfatiza-se que esses programas governamentais ajudavam a proporcionar condições de aprendizagem significativa aos discentes antes da pandemia. Em primeiro lugar, pontua-se que existe em São Borja uma escola de tempo integral da esfera municipal. Enquanto na esfera estadual existem três escolas que disponibilizam atividade complementar de português. Além disso, ofereciam o programa Mais Educação em algumas dessas, aos finais de semana. Outras ofereciam oficinas pedagógicas, do projeto Mais Educação pela parte da tarde, no turno inverso do discente. Entretanto, orienta-se que após uma análise com a equipe administrativa e de gestão escolar, devem ser mapeados os conteúdos de leitura eclética que podem ser aplicados nas oficinas ou nas atividades complementares, mas de maneira lúdica ou midiática, ou em ambos os programas, quando voltar à normalidade as aulas presenciais. Em relação ao tempo integral, são ofertadas aos discentes atividades por meio de xerox ou pelo Classroom. Embora alguns estejam voltando com cuidados conforme os protocolos.

É possível analisar-se e chegar ao seguinte entendimento em relação a problemática apresentada: “Uma análise de política pública depende de uma delimitação clara e precisa do problema público, de geração de alternativas tecnicamente consistentes, de projeção de custos e benefícios com a implementação” (SECCHI, 2016, p. 2). Como argumenta Secchi (2016, p. 6): “O problema público é usualmente definido como a distância entre o status quo e uma situação ideal possível para a realidade pública”. Por isso, após obter-se mais esclarecimento sobre esses programas governamentais, é possível como docente e pesquisadora registrar algumas sugestões de alternativas para serem aplicadas no programa Novo Mais Educação, em oficinas pedagógicas de português e atividades complementares da escola de tempo integral, visando contribuir com os demais colegas para propiciar condições de melhoria educacional. Porque todos os discentes têm direito à

educação, inclusive a outros direitos sociais legitimados e garantidos constitucionalmente.

O artigo 205 da CF/88 diz que: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 136). Sabe-se que o acesso à escolarização é um direito de todos os indivíduos, porém nem todos conseguem esse acesso nesses programas governamentais. Infelizmente, por causa da covid-19, tiveram de ser interrompidos. E de acordo com o artigo 206, o ensino será ministrado com base em alguns princípios elencados na EC nº 19/1998 e EC nº 53/2016 que diz nos seus princípios I, II e III: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL, 1988, p. 136).

Como profissional de educação e mestranda em políticas públicas, é relevante acrescentar que a pesquisa é uma das metas de todo estudante. Deste modo, na universidade existe a possibilidade de instigar tal temática, pois no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 136). Como egressa e discente da Unipampa, pretendo propor ações estratégicas que foram desenvolvidas e poderão ser aplicadas com turmas diferentes em ambos programas discutidos. A seguir será feito um breve relato dos programas governamentais e suas distintas peculiaridades. Ao realizar-se uma análise comparativa de ambos é possível diagnosticar qual é a função de cada um dos programas.

Em relação ao programa Novo Mais Educação, é perceptível a sua relevância, porque é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), implementado nas escolas públicas de anos iniciais e finais do ensino fundamental, por adesão, tanto das instituições municipais quanto estaduais. E por meio de articulação institucional, no caso de São Borja, com a cooperação das secretarias Estadual e Municipal de Educação. Sendo que ocorre mediante o apoio técnico e financeiro do MEC. As escolas das redes

públicas são selecionadas com base em critérios estabelecidos pelo próprio MEC, qual seja, nos bairros cujos discentes apresentam-se em vulnerabilidade social.

Compreende-se que em 2017 esse programa surgiu com uma nova formação, direcionado à ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de no máximo quinze horas semanais, no turno inverso, para o desenvolvimento de atividades no acompanhamento pedagógico de língua portuguesa e matemática e no desenvolvimento de atividades no campo da arte, cultura, esporte e lazer, constituindo-se assim em uma jornada de atendimento integral parcial aos alunos de ensino fundamental das escolas públicas municipais e estaduais. Porém, neste texto será dada ênfase apenas às atividades de língua portuguesa, desenvolvidas com um planejamento criterioso para incentivar as leituras ecléticas nessas oficinas pedagógicas, na qual em cada uma é aplicada a intervenção à turma multiseriada.

Essa nova formação tem como objetivos a redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar. Essas atividades de cada instituição escolar serão organizadas pela própria escola, por meio de planejamento específico, considerando os objetivos e as metas do programa e as especificidades das comunidades locais. O desenvolvimento e o monitoramento do programa terão acompanhamento das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), por meio do Sistema PDDE Interativo do MEC. Ou seja, pelo Departamento Pedagógico/Seduc/RS é realizado o assessoramento à 35ª CRE, com vista à execução e o efetivo cumprimento das metas do programa Novo Mais Educação.

Após a comparação entre os dois programas é possível observar-se que o programa de Escola de Tempo Integral se engaja numa perspectiva de desenvolvimento de uma escola pública, que cumpra com a sua função social, que é a de permitir às crianças e adolescentes acesso ao conhecimento científico, empírico, literário, de linguagens e tecnologias, isto é, contextualizando-o com o mundo em que estão inseridos. Esse programa tem responsabilidades a serem cumpridas e constitucionais. A Constituição

Federal de 1988 define os papéis de cada ente federativo no cenário da garantia do direito à educação. Nela está inserido o seguinte:

À União cabe organizar o sistema federal de ensino, financiar as instituições de ensino federais e exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, prioritariamente nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 1988, s/p).

Além de todo o entendimento constitucional e a sua colocação em prática, esse programa governamental visa a inclusão e a socialização de todos os discentes contemplados. O referido programa está em consonância com o Plano Estadual de Educação, que prevê na Meta 6 a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica até 2025. Os estudantes permanecem, no mínimo, sete horas diárias nestes estabelecimentos de ensino, nos turnos da manhã e da tarde, com a oferta de quatro refeições diárias, respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Pode-se verificar que esse programa ajuda a fortalecer o cumprimento do objetivo da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Com isso fica mais viável assegurar todos num tempo mais prolongado de permanência na escola, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagem, de modo que os(as) alunos(as) prossigam nos seus estudos e concluam, com qualidade, a educação básica. Não esquecendo que essa qualidade implica assegurar um processo de ensino-aprendizagem respeitoso, educativo e construído com base nas múltiplas dimensões, nas diferentes faixas etárias.

Nesse programa Escola de Tempo Integral foi solicitado, ao ser implementado na escola, uma proposta pedagógica que contemple a construção de regimento escolar e plano de estudo. Foi elaborada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação a partir das áreas do conhecimento, que são: linguagem, matemática, ciências da natureza, educação ambiental e direitos humanos. Este artigo, porém, tratará de

discutir apenas ações estratégicas de leitura eclética que possam melhorar a qualidade de ensino nas linguagens. Na qual defende-se a ideia de que a leitura eclética é um excelente recurso educativo para ser aplicado como atividade complementar de português.

Sabe-se que a qualidade da educação na municipalidade são-borjense, cujo estado é o Rio Grande do Sul, é tão desigual entre a instituição estadual e a privada. E, nesse período de crise pandêmica, estão acentuando cada vez mais as desigualdades sociais diante da dificuldade que as crianças têm de enfrentar esse momento tão calamitoso e ímpar. Por isso, a fim de enfrentar os retrocessos educativos sofridos pelo impacto da covid-19, necessita-se de uma tarefa que implique políticas públicas de Estado e incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. A docente deve oferecer novas estratégias de ensino-aprendizagem aos educandos, a fim de solucionar a problemática ou instigar os discentes a buscarem nos programas governamentais maneiras de mitigar esse problema, ou seja, essa dificuldade de aprendizagem linguística. Após a constatação da deficiência, na área de linguagens e uma análise descritiva sugere repensar a dinâmica da proposta educativa desse programa que foi implementado. Secci (2016, p. 9) argumenta: “A pesquisa de política pública tem como objetivo a construção teórica e utiliza métodos indutivos. Porque tais estudos estão focados no campo do conhecimento”.

Enfim, para sanar tais dificuldades, propõe-se pontuar de modo que sejam pautados em uma agenda quais conteúdos devem ser colocados e aplicados em uma oficina pedagógica ou atividade complementar de acordo com a oportunidade que propõe nesse programa governamental. Neste subcapítulo trata-se das políticas públicas educacionais e os respectivos programas que contemplam os discentes oportunizando mais tempo para ficarem na escola, brincando, lendo diferentes gêneros textuais impressos ou não. Esse incentivo à leitura é fundamental, porque se o(a) aluno(a) ler irá abrir novos horizontes, pois por onde for florescerá novos entendimentos.

Finaliza-se defendendo-se a leitura eclética como uma solução viável e imprescindível, pois a leitura e a escrita são ferramentas fundamentais dos seres humanos. Elas possibilitaram mudanças qualitativas e revolucionárias na história e no pensamento, de maneira que fazem parte da herança

cultural, que determina o desenvolvimento pessoal e social. Ao realizar-se uma atividade complementar, sempre tem de escolher qual objetivo pretende-se atingir. Uma das justificativas para aplicar-se atividade complementar de português na escola de tempo integral é proporcionar ajuda gradativa à criança, oferecendo-lhe diferentes livros para ler, tanto infantil quanto infantojuvenil. A leitura eclética ajuda o discente a elaborar os textos orais e escritos. Ao avaliar os seus textos produzidos deve sempre respeitar os níveis de cada um, o seu ritmo próprio, a sua faixa etária e o seu nível de prontidão e motivação. Contudo, nesse programa governamental é necessário que a docente perceba que cabe a ela instigar a língua materna, como elemento relevante do processo aprendizagem.

Nessa atividade complementar, o gestor administrativo, a supervisora escolar, a bibliotecária, a orientadora e a professora devem juntas reconhecer que a leitura é uma ferramenta viável e que pode ser incentivada no programa. Pois o governo deve ofertar as políticas públicas educacionais de qualidade ao discente. Oferecer propostas de alternativas, recursos humanos e tecnológicos. Ele deve solicitar ao professor que irá ministrar essa atividade complementar, que ofereça os livros que o programa disponibiliza e oriente de acordo com a faixa etária do leitor. Cabe à docente lembrar de estimular os alunos a adentrar na língua materna. Ela deve oferecer além de livros de diferentes gêneros textuais, outros que contenham a discussão de temas transversais culturais. Tudo de acordo com o projeto político pedagógico da escola, e do plano de estudo desenhado em cada instituição pública.

Além disso, nos dias recentes o educador deve lembrar que existe a BNCC, que foi implementada na escola e deve ser consultada nos quesitos do conhecimento, habilidades e competências. Para propor atividade complementar, tem-se de consultar a necessidade real da turma ou específica do(a) aluno(a) e ouvir a solicitação da professora regente de forma que contemple as dificuldades dos discentes envolvidos pelo programa. Tudo isso deve ser feito em trabalho de equipe, isto é, colaborativo, para que o discente entenda que a língua portuguesa é importante. Para que o estudante passe a ter um sentimento de pertencimento a ela. Nesse caso, a língua portuguesa oferece condições de realizar-se um melhor estudo teórico

sobre a sua relevância, sua contribuição para com os saberes da área de linguagens.

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20 *apud* BRASIL, 2018, p. 67).

Após a pandemia ou a volta à “normalidade”, a educadora deverá romper os paradigmas, isto é, tem de ter um olhar de raio-x para ajudar na melhoria educacional, não deixando-os sentirem falta de informação para que haja avanços nos processos de ensino aprendizagem. Jamais esquecer de trabalhar as competências emocionais junto aos discentes para que possam vencer esse período nebuloso pandêmico, o qual afetou a vida de todos. Sempre que realizarem uma indagação, devem receber uma resposta da docente. Nem que haja a necessidade de pesquisar-se e levar em outra aula. A docente precisa saber que todo o conteúdo precisa de um planejamento antes de propor a atividade. Não deve apenas levar livros para ler, mas induzir livros que instiguem a curiosidade pela busca da compreensão daquela temática discutida na aula. Sendo que o planejamento deve ser de acordo com a faixa etária e o ano que estiver inserido o discente, para que este possa entender melhor e sentir-se à vontade na classe de atividade complementar.

Uma propositiva que se recomenda é conversar com os pais e falar sobre o programa. A equipe diretiva junto com os docentes no início do ano letivo deve explanar o básico para os pais perceberem a relevância do programa governamental no qual está inserido o estudante. Dialogar com qual objetivo? Devendo incentivar os pais para estes possam incentivarem os seus filhos. Dizer-lhes que aquele espaço e tempo a mais na escola não é apenas para um momento de ociosidade, mas é para acréscimo de aprendizagem significativa. E que trará melhoria para os seus filhos ou para as suas filhas.

Proferir que os discentes poderiam ganhar em aquisição de novos conhecimentos incentivando também aos filhos a estudarem para adquirirem mais habilidades e competências linguísticas, conforme exige a BNCC. Sendo que os pais devem entender que o conhecimento científico obtido nas instituições escolares públicas, por meio do programa Escola de Tempo Integral, é importante para que os seus filhos possam obter informações precisas e objetivas a fim de estarem aptos (futuramente) a competirem com outros(as) em busca de um emprego melhor. Infelizmente, a sociedade ainda oferece poucas oportunidades. E é muito temida a competitividade. Não que seja a favor de a competitividade, porém discentes precisam saber que é uma realidade. O saber não ocupa espaço. Quem sabe ler, tem uma vantagem a mais. Hoje, de acordo com a BNCC, os(as) docentes estão discutindo a viabilidade de aplicar aulas do processo de ensino pedagógico de acordo como sugere as competências específicas de linguagens para o ensino fundamental na escola de tempo integral:

Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 66).

Nos dias contemporâneos, observa-se que as crianças têm um maior desenvolvimento cognitivo, social, intelectual, afetivo e emocional, isto é, desde pequenas podem manusear livros e brincar com as outras crianças. Sendo assim, o manejar de cada página do livro travesseiro deve ser um elemento essencial da infância, porque é lendo que a criança se desenvolve. Com o passar do tempo comprova-se de que, atualmente, a criança deve escutar as histórias contadas de seus pais, tentar ler as imagens dos livros e recontá-las; p ela deve ser acompanhada nas leituras de diferentes gêneros textuais, para que a educadora possa acompanhar quais são as necessidades físicas, intelectuais, linguísticas e fonoaudiológicas de cada uma. Soares argumenta que:

A ênfase predominante em torno do conceito de alfabetização nas décadas finais do século passado voltava-se para a compreensão como processo que envolve atividades de codificação e decodificação da escrita. Relatos autobiográficos diversos têm revelado, confirmando esta perspectiva, quanto era penoso e massacrante para uma criança descobrir o que estava escrito nas páginas de uma cartilha ou de um livro qualquer (SOARES, 2004, p. 5).

No programa de Escola de Tempo Integral, a instituição pública não pode preocupar-se apenas que os educandos recebam uma aquisição de conteúdo, mas que o conhecimento seja adquirido por meio da leitura eclética de acordo com os objetivos propostos no plano de estudo, a partir do projeto político pedagógico da escola. Sendo que os textos ecléticos são utilizados para suprir a necessidade como forma de propiciar o prazer em aprender a ler os livros e melhorar a qualidade da alfabetização. “A qualidade da alfabetização é constituída de tão limitados e modestos atributos que ela, sendo pouco, torna-se nada” (SOARES, 2004, p. 53). A aplicação da intervenção pedagógica deve transcorrer todas as ações realizadas entre a leitura silenciosa, modelo, em duplas, extensiva, com ou sem resumo da parte principal, trabalhar-se com sequências de gravuras, sequências didáticas, varal poético, declamação de poesias, cantinho dos poetas, dia dos autógrafos, após a confecção do livro. Pois quem lê aprende e, ao aprender e se encanta com o mundo da leitura que a fascina e ajuda a viajar pelo mundo da fantasia. Quem lê constrói barcos e passa a navegar com eles. O autor Rubem Alves também descreve o seu fascínio pela leitura literária, que o encanta. O discente tem o direito de sentir-se fascinado pelo mundo letrado, outrora tão desconhecido.

Quem se sente fascinado pelo mar acaba por descobrir as maneiras de construir barcos e de navegar. Se o mar não me fascina, se ele me dá medo, por que razão haveria de querer a arte de construir barcos e de navegar é o fascínio que acorda a inteligência. O conhecimento surge sempre no desafio do desconhecido... (ALVES, 2008, p. 12).

Assim, o principal enigma é o lembrete que se deixa ao docente, de que use sua criatividade ao escolher os livros para os(as) alunos(as) lerem, pois é fundamental. Pois a leitura eclética deve ser de acordo com a faixa etária deles. Elencam-se outras sugestões, tais como: atividades de socialização; menina bonita do laço de fita; o cabelo de Lelê; a *África*; parlendas; trabalho com música; alfabeto móvel; jogos ortográficos, formação de palavras e de

frases a partir da visualização de fantoches; teatro de sombra com fantoches; sacolinha mágica com diferentes textos como tirinhas, charge, histórias em quadrinho; lendas; gibis; leitura e produção textual; criação de história em quadrinho a partir de legendas, de gravuras, de histórias contadas, de enunciados; leitura de fábulas ou de poesias para incentivar a leitura deleite; resumos de pequenas histórias e filmes; produção textual; confecção de textos; produção de poesias. Utilizar sequência didática, revistas e livros sobre temas: família, escola, amigos, meio ambiente, educação para a paz, educação em direitos humanos, respeito à diversidade cultural, ambiental etc. Contemplando-se assim a construção da sociabilidade e da aprendizagem significativa. Logo, existe a possibilidade de verificar-se que o conhecimento científico é adquirido por meio de políticas públicas educacionais e programa governamental, que poderia contemplar muito mais às escolas, pois faltam vários recursos ainda. Lógico que para realizar tais pesquisas conta-se com os diferentes gêneros textuais, tais como contos, músicas, auto ditados com imagens de fotos, slides, livros travesseiros, livros animais, som, tirinhas, charge, charadinhas, piadas, jornais, revistas, dicionários, livros diversos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a leitura de diferentes gêneros textuais é de extrema relevância desde a alfabetização, nos anos iniciais, até o final do ensino fundamental. Ler é viajar sem sair do lugar, é dar asas à imaginação. É utilizar-se da leitura eclética para aprender a aprender. Não interessa o gênero que estiver lendo, o relevante é apreciar a leitura deleite. Espera-se de quem lê que consiga aprender, compreender, reescrever e dramatizar o que lê, pois ao ler poderá dar mais sentido conotativo ou denotativo ao seu texto eclético. Quem lê sente prazer pela leitura que estiver fazendo. Compete a(o) docente atuante nos programas governamentais preparar as crianças e os adolescentes para serem futuros cidadãos leitores comprometidos com as suas famílias, com o seu trabalho e com o desenvolvimento da sociedade. Porque é por meio da leitura eclética que as formas de comportamentos são experimentadas; pois lendo o discente

aprende, interpreta e cria o seu próprio mundo imaginativo. E muitas dessas leituras podem ajudar a refletir sobre suas experiências familiares.

Dessa maneira, a educadora visa propiciar condições de incentivá-los para o hábito da leitura. Bem como na formação de novos leitores. Porque o discente, ao manusear os livros, pode alfabetizar-se; e ao lê-lo começa a obter o letramento, isto é, juntando as letras, formando palavras, até começar a escrever frases. A partir do terceiro, quarto e quinto anos, diferentes leituras ecléticas ajudarão o aluno a produzir textos orais e escritos. Promover o desenvolvimento das capacidades linguísticas despertando neles por meio de diversos recursos o gosto pela oralidade, música, leitura, escrita e a interação entre os colegas. Irá identificar os diversos gêneros textuais para entender e ler sobre os sentimentos que abordam sobre caráter, cidadania, partilha, solidariedade, amizade, paciência, cooperação e amor para favorecer o resgate da infância, da alegria e da espontaneidade. O leitor conseguirá compreender a relação entre o desenvolvimento humano do seu tempo de criança e a sua relação com o aprimoramento de sua alfabetização e letramento. A discente quando lê recebe muitos benefícios e poderá reconhecer o papel da alfabetizadora na elaboração de atividades de linguagens nos programas que ele frequenta.

A leitura eclética é uma ferramenta imprescindível para a melhoria do processo ensino aprendizagem atualmente. Verifica-se que há os programas Novo Mais Educação e de Escola de Tempo Integral que, no turno inverso, oferecem atividades complementares, para suprir o indicador, criado para medir a qualidade de ensino nas escolas públicas. Que são fornecidos esses dados estatísticos pelo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb). Esses programas tentam contemplar os discentes com atividades a fim de sanar as diferentes dificuldades linguísticas demonstradas por alguns discentes nas turmas dos anos iniciais e finais, do ensino fundamental.

A família deve entender que a educação é um direito dos filhos e tem de manter as crianças e os adolescentes na escola, não somente para cumprir uma condicionalidade do programa Bolsa Família, mas para evitar a evasão escolar e a falta de conhecimento científico. É possível obter maiores informações por meio de pesquisas do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no qual a educação é uma das três dimensões. Por isso,

como profissional de educação e alfabetizadora nos anos iniciais do ensino fundamental, observo o quanto na atualidade é imprescindível a leitura de diferentes textos na sala de aula, porque habitua-se o(a) aluno(a) a demonstrar interesse pela aprendizagem significativa.

Principalmente nesses tempos atuais, em que no período de alfabetização deve ser dado diariamente a oportunidade de a criança vivenciar o momento prazeroso de ler.

Portanto, a leitura eclética é um dos recursos pedagógicos a serem utilizados no dia a dia da rotina de uma escola: sempre com diferentes tipos textuais, para melhorar a imaginação, a socialização, a fala e a escrita (produção textual). Observa-se no dia a dia, ao propiciar a leitura, que os livros já não são tão maçantes como as cartilhas antigas. E que ler textos diversificados ajuda a criança e o adolescente a melhorar a sua alfabetização e o seu letramento. Cuida-se para que o momento da leitura oferecida nunca seja tedioso, mas sim de deleite, prazeroso. Compreende-se que a alfabetizadora sempre deve estar atenta para cada discente, deve ser afetuosa, amorosa, criativa para que todos se sintam seguros, com autoestima e felizes na oficina pedagógica do programa Novo Mais Educação ou na atividade complementa na escola de tempo integral. Pretende-se recomendar, para que haja melhoria da qualidade de ensino, que em ambos os programas a docente possa propiciar condições de o discente sanar as dificuldades de aprendizagem linguísticas por meio de diferentes estratégias educativas, roda da leitura, da hora do conto ou durante a leitura extensiva.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **O melhor de Rubem Alves**. Samuel Ramos Lago (org. e coord.). Curitiba: Nossa Cultura, 2008.

Curitiba: Editora Nossa Cultura, 2008

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Editora do Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília,

DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. **O registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo do trabalho patrimônio imaterial.

4. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2006b.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 3. ed. Tradução Maria Zilda da Cunha Lopez. São Paulo: Cortez, 1993.

JORNADA, E. F. A covid e as demandas estratégicas de políticas públicas educacionais de zona fronteira. In: ROQUE, A. P.; ALMEIDA, M. G. S.; VARGAS, M. W. (ed.). **Educação & transformação social**: (re)unindo práticas de ensino, pesquisa e extensão. Bagé: Faith, 2020. p. 139-163.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas de administração. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011.

SECCI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.

São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECCI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.

-
- ¹ Graduada em Letras, Habilitação: Língua Portuguesa e Espanhol, pela URCAMP, campus São Borja. Especialista em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para Patrimônio, pela UNIPAMPA, campus São Borja; Especialista em Alfabetização e Letramento, pela UNINTER, polo São Borja; Mestranda em políticas públicas (Unipampa), São Borja, RS, BRASIL. Professora aposentada efetiva tanto da rede municipal quanto estadual. Atua como especialista no Grupo de Pesquisa Labpoliter. E-mail: evajornada.aluno@unipampa.edu.br
- ² Foi homologada em 20 de dezembro de 2017 pelo ministro da Educação, Mendonça Filho. A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica.

REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA REDUÇÃO JESUÍTICA DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO

Andressa Domanski¹

1. INTRODUÇÃO

As missões jesuíticas fundadas na América a partir do século XVII tinham objetivos claros com relação à expansão do cristianismo, desenvolvimento econômico e implantação da cultura europeia junto aos povos nativos. No caso do Rio Grande do Sul, no final do século XVII e primeira metade do XVIII, foram fundadas as reduções conhecidas como Sete Povos das Missões, uma região composta por vilas organizadas, com edificações suntuosas e rotinas bem estabelecidas para o cumprimento de seus objetivos.

Entre essas, Santo Ângelo Custódio foi a última a ser fundada. Com uma população que variou entre 6 a 7 mil pessoas, essa redução teve um significativo desenvolvimento durante sua existência que chamou a atenção dos viajantes e autoridades coloniais que nela passaram e fizeram suas escritas relatando suas impressões.

É a partir desse contexto que apresentamos este texto, com o objetivo de explicar os estudos relacionados ao tema desenvolvidos na pós-graduação. O artigo apresenta, no primeiro momento, uma contextualização acerca da fundação, instalação e as primeiras organizações para o estabelecimento da redução. Já na segunda parte, contempla informações sobre o traçado urbano, algumas características e um pouco da rotina vivida pelos nativos

reduzidos. E por fim, são abordadas questões políticas, sociais e o desenvolvimento econômico da referida missão.

2. A REDUÇÃO DE SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO

Como é sabido, as reduções jesuíticas objetivaram a inserção dos índios ao sistema colonial espanhol, submetendo-os a modificações culturais nos modos de viver, organizando e ocupando o espaço e implantando o cristianismo como forma cultural. Na redução de Santo Ângelo Custódio² não foi diferente. A sua origem está possivelmente relacionada com a situação de colônia, à grande quantidade de gado existente e a problemas de doenças que se alastravam na população de Concepción – redução jesuítica localizada na atual República do Paraguai – como destaca Nagel (1994, p. 54) em seus estudos.

Quando da sua fundação, a situação de todos os povoados criados pelos jesuítas era diferente daquela do início do século XVII. As dimensões das construções eram maiores em proporção e as pequenas igrejas de “paredes de pau-a-pique haviam sido construídas, vindo depois a ser substituídas por imponentes catedrais” (NAGEL, 1994, p. 50), entre outros aspectos que também haviam mudado.

A fundação até então é tomada como o dia 12 de agosto de 1706, devido à existência de um documento de batismo realizado na redução (PORTO, 1954, p. 82). Porém, há uma segunda tese em que é abordado o deslocamento das famílias que vieram de Concepción para formar a nova redução: “Santo Angel Custódio se formó en 1707, por desprendimiento de la Concepción, [...] Fueron 737 las familias que se ofrecieron a cruzar el rio Uruguay y establecerse al oriente del mismo” (FURLONG, 1962, p. 145). Visto isso, deduz-se que a localização da nova redução teve início às margens dos rios Ijuí e Ijuizinho, sendo este local abandonado em 1707 e fixando-se o povoado nas proximidades dos rios Itaquarinchim e Santa Bárbara, onde hoje se encontra o município de Santo Ângelo. Um dos possíveis motivos que fizeram com que mudassem o local da redução era a grande proximidade com os dois grandes rios, Ijuí e Ijuizinho, onde o grande volume de chuvas poderia causar enchentes fazendo com que esses rios invadissem o território do povoado.

As localidades onde eram instaladas as reduções passavam por estudos sobre suas condições para assentamentos, relevo, fertilidade de solo, vegetação, presença de água e de segurança. A localização estratégica, com a presença de um grande rio como o Ijuí era fundamental para a defesa de território como Gomes Freire de Andrade³destacava em suas cartas.

Sobre a denominação de Santo Ângelo Custódio, sabe-se que os jesuítas tinham o costume de tomar nomes de santos que seriam os padroeiros protetores do povoado. Conforme Silveira, provavelmente seria a “consagração da redução ao anjo Custódio das Missões” (SILVEIRA, 1979, p. 168), isto é, este seria o anjo da guarda da redução.

Nagel (1994, p. 62) ainda destaca as denominações mais frequentes relacionadas a Santo Ângelo Custódio:

A forma mais frequente usada para grafar o nome da redução é a de San Angel que aparece nas Anuas de 1728 a 1753, nas de 1765 e 1766. Encontrou-se também diversas outras grafias tais como: S. Angel Custódio, S. Angel Custodil, S. Angeli, Santo Angel, Sto. Angely, S.S. Angeles, menos usuais.

No que diz respeito ao fundador da redução de Santo Ângelo Custódio, também existem dúvidas. As informações existentes são a respeito do Padre Diogo Haze, que até o ano de 1706 era cura da redução de Concepción. Seu nome também aparece em documentos em uma “disputa de terras e ervais entre os povos de São Miguel, São Luiz e San Angel” (NAGEL, 1994, p. 62), que faz deduzir que este foi possivelmente o fundador e o primeiro cura do povoado.

Informações relacionadas à população e crescimento demográfico das reduções fundadas ao final do século XVII e início do XVIII são facilitadas devido ao cuidado que os padres tomavam realizando registros de batizados, casamentos e mortes nos povoados. As breves informações sobre a população de Santo Ângelo Custódio foram encontradas nos diários de Gomes Freire de Andrade, onde relata que havia mais de 4 mil pessoas. Havia “uma natalidade alta e uma mortalidade reduzida, o que traz um saldo positivo de crescimento natural” (NAGEL, 1994, p. 69).

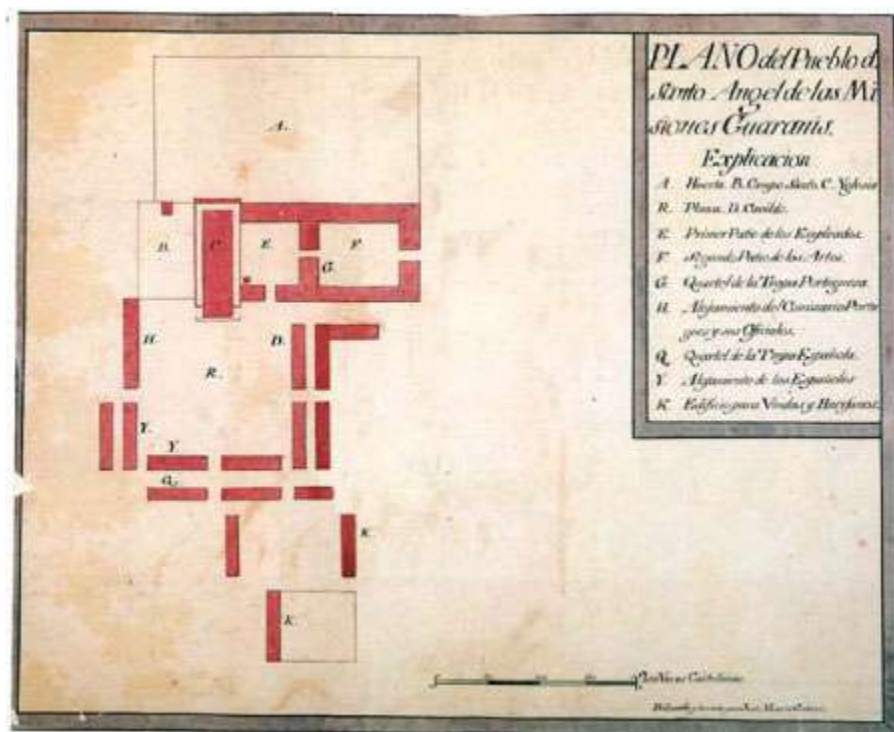
O traçado urbano seguia as demais reduções, com o centro formado pela praça, igreja, oficinas, cemitério e, ao redor, as casas com formatos retangulares onde várias famílias habitavam. Todas as igrejas dos outros

povoados estavam voltadas para o norte, no entanto, a de Santo Ângelo Custódio tem sua frente voltada para o sul. Na planta desenhada por José Maria Cabrer, datada de 1784, destaca-se que a intenção era puramente demarcar o espaço. Nagel (1994, p. 77) destaca:

[...] Cabrer demarcou um pequeno número de casas pela quantidade de habitantes dos povoados não correspondia. Isso evidencia (sic) o interesse em apenas demarcar o local para o alojamento das tropas e não em representar exatamente a realidade, o que permite recomendar cautela na utilização dessas (sic) plantas como referenciais exatos.

Outros documentos também destacam a igreja com sua frente voltada para o sul, como os registros no diário de Gomes Freire de Andrade, no qual escreve: “a porta da Igreja e frente da povoação está para o sul” (GOLIN apud NAGEL, 1994, p. 77). Outra questão sobre o traçado urbano é relativa à posição do cotiguaçu. Na planta desenhada por Cabrer, o cotiguaçu aparece ao fundo da redução, colocando em dúvida a tese de que essa edificação ficava geralmente à direita ou à esquerda da igreja. Na Figura 1, a planta da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio conforme José Maria Cabrer:

Figura 1 – Traçado da antiga redução de Santo Ângelo Custódio, extraído do “*Plano del Pueblo de Santo Angel de las Misiones Guaranis*” (CABRER, 1784), que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro



Fonte: Adonias (1993)⁴.

Ainda sobre as igrejas, Furlong relata sobre a construção do templo na redução de São Nicolau entre os anos de 1747 e 1750. Comenta, ainda, que a de Santo Ângelo Custódio estava em andamento neste período (FURLONG, 1962, p. 216). Já em registro do diário de Gomes Freire de Andrade, datado 18 de junho de 1756, há a informação de que ela ainda estava por ser terminada, faltando apenas a capela dourada. Em carta enviada a José de Carvalho e Melo, Gomes Freire de Andrade relata que era o que havia de mais moderno nas reduções, referindo-se à igreja construída recentemente (NAGEL, 1994, p. 79).

As igrejas das reduções eram bastante luxuosas, possuíam ornamentos em prata e outros objetos valiosos. Isso se comprova a partir de uma análise dos inventários realizados no ano de 1768 em cada redução: pela descrição detalhada dos ornamentos e roupas usadas nos altares, é possível ter uma noção do luxo e riqueza que havia nas igrejas⁵.

No que diz respeito às atividades diárias na redução, é possível afirmar que todos exerciam um papel importante para o bom funcionamento da

sociedade, pois as tarefas eram divididas entre toda comunidade: homens, mulheres e jovens tinham ocupações e responsabilidades a cumprir.

Na época de semear e colher, o homem adulto trabalhava três dias em sua parcela do Abambaé e dois no Tupambaé. Fora desse período, dividia seu tempo em expedições aos ervais, viagens aos Ofícios, levando ou trazendo mercadorias, construindo barcos e pontes, fabricando telhas, tijolos e ladrilhos para a manutenção das casas e da Igreja, abrindo caminhos e canais para a irrigação efetuando ainda, diversas outras tarefas necessárias ao funcionamento da vida na redução. No caso dos artesãos, acontecia uma situação diferenciada, uma vez que além do seu trabalho nas oficinas, eles tinham a obrigação de participar, intercaladamente, uma semana de plantação. As mulheres, além do trabalho de casa e do cuidado com os filhos, eram responsáveis pela fiação do algodão ou da lã para o fabrico dos tecidos necessários. Rapazes, moças e crianças participam nos trabalhos mais leves, como arrancar capim ou ervas do meio das plantações, e um grande número de pequenas tarefas que lhes são solicitadas (GARAVAGLIA, 1987 apud NAGEL, 1994, p. 97).

A subsistência da família deveria ser garantida pelo *Abambaé*, onde era cultivado milho, arroz, mandioca, legumes, entre outros. Já no *Tupambaé* era produzido erva e tabaco para os adultos e a alimentação para velhos, enfermos, viúvas e órfãos.

As atividades relacionadas à pecuária também envolviam todos os integrantes do povoado, exceto os ferreiros, tecedores e artesãos. A pecuária era de extrema importância, pois contribuiu para uma alimentação mais rica em proteínas e para abastecer a população durante períodos de crises nas colheitas agrícolas. Cada redução tinha sua invernada⁶, onde havia cabeças de gado destinadas ao abate e consumo dos habitantes do povoado. Em maior quantidade, eram criados animais nas estâncias que ficavam mais longe. A de Santo Ângelo Custódio estava localizada nas proximidades do rio Ibicuí, e “anualmente faziam o abastecimento das invernadas com as reses destinadas ao abate” (NAGEL, 1994, p. 99).

A extração de erva mate tinha sua importância, pois era um produto usado em todas as reduções para consumo interno, bem como para a exportação. As tarefas de colheita e processamento da erva eram árduas e ofereciam riscos que em muitos momentos deixou vítimas fatais, pela exaustão do trabalho, ataque de tigres, quedas das árvores muito altas (NAGEL, 1994, p. 104). Os ervais estavam muito distantes das reduções.

Isso fez com que os jesuítas aprendessem o domínio da técnica, iniciando o plantio de árvores nas proximidades do povoado. Além de Santo Ângelo Custódio, os povoados que se destacavam na produção de erva mate eram São Miguel Arcanjo, São João Batista e São Nicolau.

Outra grande produção da redução de Santo Ângelo Custódio era o algodão, que após ser “colhido, fiado e transformado em tecido, os *‘lienzos’*, ou panos de algodão ocupavam o segundo lugar na hierarquia do comércio missioneiro” (NAGEL, 1994, p. 101). Toda a quantidade de algodão necessário para o abastecimento dos habitantes da redução, isto é, em suas necessidades diárias de vestimentas, era produzida no *tubambaé* e fiada pelas mulheres. A redução foi considerada posteriormente uma das maiores produtoras de algodão.

Ocupando uma posição inferior à produção de erva mate e algodão, o tabaco e o couro também tiveram sua importância, pois representaram algo em torno de 5% no mercado regional (GARAVAGLIA, 1987 apud NAGEL, 1994, p. 113).

Diante da grande evolução nas produções agrícolas e da expansão da pecuária, as reduções visavam sua autossuficiência nas necessidades básicas de abastecimento e manutenção. Porém, como havia diferenças entre os povoados devido ao tipo de solo, clima e vegetação, resultando em desigualdade nas produções, foi organizado um método de intercâmbio para suplementar as necessidades de cada redução. Assim, com a troca de produtos, não restavam excedentes que fossem inutilizados e eram cobertas todas as necessidades de sustento da população.

A organização político-administrativa era uma mescla de elementos da cultura guarani com a sociedade espanhola e esta organização tinha sua sede e seus funcionários. O cabildo era o resultado da união firmada entre caciques e padres, uma espécie de sede de governo dentro da redução. Nagel (1994, p. 118) explica:

Dividindo a liderança no interior da organização missioneira, caciques e jesuítas estabeleceram uma espécie de aliança em que o padre substituiu as funções do antigo médico-feiticeiro, o pajé ou caraí, associando-se e cooptando aos caciques, que passaram a ser funcionários da administração colonial hispânica.

Em Santo Ângelo Custódio aconteceu o mesmo. Cargos e funções eram distribuídos aos caciques, que em troca recebiam “regalias” como títulos, preferências nos primeiros bancos da igreja, melhores pedaços de carne, melhores roupas, vantagens para filhos que estivessem na escola, configurando, assim, uma elite em plena sociedade jesuítico-guarani.

Na pesquisa realizada por Nagel, não foram encontrados dados relativos aos caciques com cargos na fase inicial da redução, porém, foram localizados alguns nomes dos eleitos do ano de 1756, em plena guerra guaranítica. Podemos destacar: Dionísio Cabayu e Miguel Taropi (alcaides ordinários); Don Ignácio Neesã (alferes real); Cristobal Mendare, Dom Ignácio Mbari, Juan Aranani e Feliz Guiray (regedores); Nazari Piri e Juan Zapari (alcaides da irmandade) e Don Cristobal Nuca (alguazil maior) (NAGEL, 1994, p. 122).

No que diz respeito aos padres que atuaram à frente da redução de Santo Ângelo Custódio, Furlong (1962, p. 145) lista alguns nomes:

No sabemos quien fue el primer Cura y organizador de este pueblo, pero en 1713 hallamos allí a los Padres Diego García y Diego de Anaya y Domingo Terrero, desde 1734 a los padres José Guinet y Jerônimo Zacarias, desde 1742 a los padres Javier Limp y Andrés Fernández, desde 1745 a los padres Bartolomé Piza y Miguel Marimón, sucediendo-se a éste, desde 1749, el padre Antonio Planes y, desde 1751 el padre Jaime Mascaró. En 1768 era cura el padre Juan Batista Gilge, y hasta el año anterior había tenido por compañero al padre Miguel López.

Ainda sobre os padres, deve-se destacar a importância da relação com os cabildantes, para progresso espiritual e material dentro do povoado. Esta tarefa com certeza não foi fácil, pois conciliar uma cultura indígena com as imposições da coroa espanhola e da religião apresentada pelos jesuítas exigiu árduo trabalho e restrições no modo de vida levado pelos índios até o contato com o homem branco.

As instruções gerais eram enviadas pelo governo de Buenos Aires, ao qual os Sete Povos eram subordinados, e deste, juntamente com os jesuítas que aqui estavam, recebiam orientações sobre a proteção da fronteira. Visto isso, a redução de Santo Ângelo tinha grande importância devido a sua localização estratégica, fixada em um ponto bastante avançado no território ocupado pelos Trinta Povos, o que se pode comprovar através de

documentos o seu caráter de guarnição da fronteira (NAGEL, 1994, p. 127).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo fundamental apresentar informações acerca da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio, desenvolvida em meados dos séculos XVII e XVIII. Os estudos foram realizados a partir de bibliografias que abordam a história da referida redução e aqui apresentadas, em um primeiro momento, sobre sua fundação, a instalação e as primeiras organizações para o seu estabelecimento. Na segunda parte, foi abordado o traçado urbano, algumas características e um pouco da rotina vivida pelos nativos reduzidos. E ao final, algumas questões políticas, sociais e o desenvolvimento econômico da referida redução.

Ao encerrar, consideramos que estudos relacionados às missões jesuíticas são tarefas árduas devido à grande riqueza histórica que elas representam para o sul da América em sua fase colonial. Trabalhos em prol do conhecimento da história local são sempre bem-vindos por serem de lugares que unem a história e a cultura. Entendemos que foi um trabalho de significativa importância para o desvelar desse tema, bem como para maior divulgação no âmbito acadêmico.

REFERÊNCIAS

ADONIAS, I. **Mapas, imagens da formação territorial brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Emilio Odebrecht. 1993.

FURLONG, G. S. J. **Misiones y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: Theoria, 1962.

NAGEL, L. M. **A história de San Angel Custódio: redução de fronteira – no contexto dos trinta povos guarani-Jesuíticos da região Platina**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

PIPPI, G. Redução de Santo Ângelo Custódio. *In*: PIPPI, G.; MULLER, N. (org.). **300 anos da redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio**. Santo Ângelo: Ediuri, 2007.

POMMER, R. M. G. **Missioneirismo**: história da produção de uma identidade regional. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PORTO, A. **História das missões orientais do Uruguai**. 2. ed. Porto Alegre: Selbach, 1954.

SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missioneiro**: índios e jesuítas no tempo das missões rio-platenses. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SILVEIRA, H. J. V. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Erus, 1979.

¹ Doutoranda em História (UPF), Passo Fundo, RS, Brasil. Bolsista da Fundação Universidade de Passo Fundo. E-mail: andressadomanski@yahoo.com.br

² Parte do conteúdo histórico correspondente à redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio foi embasado na dissertação de mestrado de Liane Maria Nagel (1994).

³ Militar, administrador colonial que defendia os interesses da coroa portuguesa no século XVIII, pretendia instalar casais açorianos no lugar dos índios reduzidos (FLORES, 1993)

⁴ Créditos da imagem digitalizada: Arquivo da Superintendência Regional do Iphan no Rio Grande do Sul.

⁵ O inventário detalhado das reduções dos Sete Povos pode ser encontrado no livro *Bens e riquezas das missões*, organizado por Anna Olívia do Nascimento e Maria Ivone de Avila Oliveira (2008).

⁶ Espaço destinado à criação de gado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS VOLTADOS ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS DO MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS: A PRESENÇA DO ESTADO NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

Daniele Bonapace dos Santos Lencina¹
Jaqueline Carvalho Quadrado²

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão acerca da vulnerabilidade social e apresentar as particularidades da vida ribeirinha do município de Itaqui, no estado do Rio Grande do Sul, atores sociais distintos e advindos do processo de formação social da região de fronteira e das encostas do rio Uruguai, que possuem traços singulares em relação às demais regiões. Povos tradicionais que muitas vezes encontram dificuldades por terem na zona ribeirinha a principal forma de subsistência, devido a diversos problemas como períodos longos de estiagem, períodos de cheias do rio, carência de políticas públicas e ainda questões que envolvem alguns outros aspectos do contexto sociopolítico. Contudo, poderemos observar que viver hoje às margens do rio Uruguai é memória, história e resistência.

Palavras-chave: Ribeirinhos; Povos tradicionais; Vulnerabilidade social; Contexto sociopolítico.

1. INTRODUÇÃO

Após analisar os efeitos das últimas cheias do rio Uruguai no município de Itaqui/RS, se mostrou necessário este estudo que pretende instigar uma reflexão acerca do papel do Estado diante de questões sociopolíticas e

apresentar as particularidades da vida das comunidades tradicionais ribeirinhas do município de Itaqui, no estado do Rio Grande do Sul, fronteira Brasil/Argentina.

Nas últimas décadas, verificou-se que a sociedade em geral desenvolveu-se no meio urbano, trazendo com isso uma série de benefícios, tais como o desenvolvimento econômico, a integração social e cultural. Porém, a falta de planejamento estratégico e controle social também podem causar situações que desafiam qualquer administração pública e ainda comprometer a dignidade das pessoas, principalmente as de menor poder econômico.

É necessário discutir as atuais condições de vida da comunidade ribeirinha do município de Itaqui e levantar uma reflexão acerca das políticas públicas voltadas a ela. Para isso é necessário também fazermos o levantamento de algumas correntes teóricas que discutem essa temática.

Ao longo de muitas décadas o conceito de políticas públicas foi se ressignificando e a definição trazida por Dye (1984) é extremamente relevante quando abordamos temas como o que este trabalho se propõe quanto ao que seria uma política pública voltada a comunidades ribeirinhas; Dye diz que é aquilo que “o governo escolhe fazer ou não fazer”. Esta definição encontra fundamento no artigo de Bachrach e Baratz (1962), publicado na *American Political Science Review*, e intitulado de “Two Faces of Power”. O artigo mostra que a decisão do governo de “não se fazer” algo mediante uma determinada situação, pode ser enxergado como uma forma de fazer política pública.

É possível entender como política pública uma discussão ou uma prática de ações relacionadas a um caso ou conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas, ou seja, um campo de construção e de tomada de decisões. Diferente do que se pode pensar, apontar a política pública como uma diretriz de enfrentamento de um problema não transforma uma questão em um problema, apenas fomenta a sua solução.

Podemos observar que algumas administrações municipais até tentaram construir casas populares, vilas etc. Mas a maioria dos moradores da zona ribeirinha de Itaqui acabou vendendo estas casas e voltando a morar à beira dos rios. O que nos faz pensar que retirá-los definitivamente dessas áreas é algo muito complexo e nem sempre viável à administração pública.

Muitas pessoas que moram na zona ribeirinha, de várzeas ou encosta do rio Uruguai, sobrevivem dali mesmo, seja por meio da pesca ou da lenha. Então, o desalojamento e reassentamento de muitas dessas famílias torna-se complexo e exige uma maior reflexão sobre o assunto, pois o que se percebe é que muitas destas pessoas não desejam deixar suas casas, seus vizinhos de anos, muito menos suas fontes de renda, o que acaba dificultando o trabalho da Defesa Civil e da administração pública. Como afirma Velho (2002), quando lidamos com pesquisas no universo urbano, temos a necessidade de considerar este como uma sociedade complexa, possuidora de características heterogêneas.

E essa complexidade é verdadeira, pois se percebe que a tendência dessas pessoas é geralmente retornar para a zona de risco, ainda que sujeitas a novas enchentes, reafirmando o que Kowarick (2009) enfatiza como a marca dessas pessoas, o “viver em risco”, sob as circunstâncias da vulnerabilidade social.

Pretende-se ainda identificar e compreender quem são as comunidades tradicionais ribeirinhas que vivem às margens do rio Uruguai em Itaqui, problematizando alguns conceitos, como vulnerabilidade, risco e enchentes, a fim de caracterizar esse território, analisando ainda como são feitas a promoção de políticas de moradias aos ribeirinhos de Itaqui. Essa reflexão nos possibilitará traçar uma perspectiva mais adequada acerca do papel do Estado. Para isso, é necessário imergir na cultura em questão para captar o exato sentido que a organiza.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Itaqui possui uma área de 3.404km² e, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, uma população estimada em cerca de 38.166 habitantes, sendo que destes, 33.301 pertencem à área urbana.

O primeiro indício de vida civilizada nestas terras foi no ano de 1657, quando padres jesuítas da cidade argentina de La Cruz atravessaram o rio Uruguai para fundarem uma estância para criação de gado. Já no início do século XIX foi incorporado às terras portuguesas e em 1802 foram concedidas as primeiras sesmarias. Mais tarde, essa localidade passou a ser chamada de Rincão da Cruz, denominação que pode ser considerada como

marco inicial para o povoamento, formação e desenvolvimento de Itaqui (COLVERO, 2012; PINTO, 2015).

Esse povoamento foi se desenvolvendo ao mesmo tempo em que a atividade pecuária se expandia, sendo até os dias atuais uma das marcas da economia da região, assim como a orizicultura.

Figura 1 – Localização do município de Itaqui



Fonte: ABREU (2006).

A região de Itaqui foi constituída por espaços temporais relacionados ao bioma Pampa, ao rio Uruguai e às antigas reduções jesuítico-indígenas. Aos poucos foram sendo criadas nesses espaços diversas relações culturais, econômicas e sociais que trouxeram importantes contribuições ao longo dos anos para a formação das diversidades nas formas de vida e práticas sociais fronteiriças, realidades essas constituídas a partir de vários momentos históricos na região (PINTO, 2015).

Entre os dezessete bairros existentes no município (Figura 2), oito deles são suscetíveis a serem atingidos pelas inundações, sendo que destes, os mais

propensos são: Ponte Seca, Cerrinho Dois Umbus, Várzea, Ênio Sayago e Vinte de Quatro de Maio.

A inundação de maior expressão no município foi no ano de 1983, evento que atingiu a maior cota fluviométrica em um período de trinta anos, e foi quando o rio Uruguai chegou   marca de 14,52m acima do seu leito normal, chegando até a praça Marechal Deodoro da Fonseca.

Porém, a cheia ocorrida em 2014 também foi considerada de grande propor o pelas Defesas Civas de São Borja e de Itaqui, apesar do nível do rio ficar 1,32m abaixo do recorde de 1983 (ELY, 2014). Estimou-se que o número de pessoas que tiveram que deixar as suas casas durante a enchente de 2014 foi de 6 mil no município de Itaqui.

Silva (2014, p. 168), em uma pesquisa sobre enchentes nas décadas de 1960, 1970 e 1980, nos faz refletir quando diz que:

as narrativas sobre os momentos de uma enchente seguem sempre um denotado fio condutor [...]. Os sujeitos desta pesquisa, afirmam que o momento mais difícil   o de sair de casa.   o tempo da resistência.   comum ouvir dos narradores o desejo de permanecer em suas casas e suas estratégias de permanência, até chegar o tempo do sofrimento, quando o risco de perder a vida alerta que já não   mais possível resistir.

Todos os eventos dessa natureza ocorridos no município foram tratados historicamente como fen menos isolados, tanto pelos gestores quanto pela popula o ribeirinha atingida, entendendo assim que não há uma correla o de fato entre eles, a não ser fatores climáticos e meteorológicos. Porém, percebe-se que no município de Itaqui sempre houve um número expressivo de habita es às margens do rio, segundo o levantamento que só foi feito de forma mais dinâmica e efetiva a partir de 2017, quando a cheia daquele ano já era iminente.

  possível perceber que a forma de ver e interpretar as cheias do rio Uruguai mudou muito, na mesma propor o que a rela o socioecon mica com o rio também foi mudando. A migra o de pescadores que dependiam economicamente do rio para outras fontes de renda, e o fim de sua fun o de passagem de mercadorias são algumas das modifica es socioeconômicas registradas no município.

E assim, conseqüentemente, os registros também mudaram. As cheias do rio que antes mostravam imagens e dados associados ao transporte de

pessoas e mercadorias passaram a mostrar o caos causado e a desgraça para inúmeras pessoas que ainda não vislumbram outra possibilidade a não ser habitar a zona ribeirinha.

3. AS COMUNIDADES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS E AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O conceito de povos tradicionais tem impactado ao longo do tempo as políticas públicas contemporâneas, e essa conceituação se deu por meio de relevantes contribuições, tanto do mundo acadêmico como de movimentos sociais. Mas só após um amplo processo de debates, que contou com a participação do Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais instituído em 2005, gerou-se um produto final que foi publicizado por meio do Decreto nº 6.040/2007, onde diz que:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A definição de comunidades ribeirinhas como população tradicional também nos remete inclusive aos conceitos e elementos do campo dos direitos consuetudinários, que vislumbram a ideia de que a presença de um indivíduo ou comunidade em determinado território por longo tempo pode gerar direitos àqueles que ali vivem e que o modo de vida é marcado por diferenças.

Conforme Silva *et al.* (2013, p. 9):

O termo ribeirinho, não se refere ao simples fato de alguém morar às margens de um rio ou igarapé, mas se refere a uma população que possui um modo de vida peculiar, que a diferencia das demais populações do meio rural ou urbano, possuindo uma dinâmica marcada pela presença do rio, o qual não é apenas um elemento do cenário ou da paisagem, mas algo constitutivo do modo de ser e de viver.

As comunidades ribeirinhas desenvolvem suas práticas diárias do cotidiano voltadas à subsistência de sua família, não demonstrando grande preocupação acerca da acumulação de bem materiais; a grande maioria

busca apenas a subsistência, e usam do trabalho informal para isso (PINTO, 2015).

Quem vive nessas comunidades depende tanto da terra quanto da água para seu sustento, que é baseado na pesca, na caça, na criação de pequenos animais, na extração e comércio de lenhas. Todas estas atividades dependem muito do ciclo da natureza, pois é ela que dita quando pescar, plantar e colher, e em momentos de cheias ou enchente, por exemplo, grande parte de suas atividades ficam prejudicadas.

Essa ambiguidade pode ser vista como o “viver da água e fugir das águas”, pois a água ao mesmo tempo em que é sustento, também pode se tornar motivo de perdas, medo, riscos e vulnerabilidades.

Historicamente essas comunidades já residiam naquele local, pois o processo de formação territorial que deu origem ao município de Itaqui surgiu nas proximidades do rio Uruguai, seja pela facilidade de acesso fluvial ou pelo comércio existente na época. Diferente da realidade dos ribeirinhos de outras partes do país, as comunidades de Itaqui, também mantêm proximidade territorial com o centro da cidade e com a principal área de comércio local.

Como política integradora da seguridade social, a assistência social possui um caráter de proteção social articulada a outras políticas, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Atualmente, pode-se considerar que os desastres socioambientais, tanto no município de Itaqui como em outros lugares do país e do mundo se constituem como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são, majoritariamente, as mais afetadas nesses contextos.

Por isso, o risco de desastres deve ser pensado e gestado por um conjunto de políticas públicas e instituições e não apenas pela Defesa Civil. A proteção social deve ultrapassar o entendimento mono, buscando uma visão transdisciplinar que possa incorporar a prevenção aos riscos em todos os aspectos da vida social.

É neste contexto que se busca dimensionar a importância da política de assistência social no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco. Por atuar diretamente com as expressões da questão social, esta

política desenvolve ações imprescindíveis, relacionadas aos desastres socioambientais (SANTOS, 2012, p. 36):

a) preparação, ou pré-impacto, refere-se à atuação direta junto a indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, que habitam áreas de risco, vivenciam situações de pobreza e exclusão socioeconômica e socioespacial, sendo este o público em potencial dos desastres; b) ruptura/emergência, ocorre durante o impacto, trata-se da responsabilização pelo acolhimento dos afetados, por sua inserção nos abrigos, da gestão do abrigo, do gerenciamento e da distribuição de benefícios, entre outras ações; c) recuperação, ou pós-impacto, relaciona-se à garantia dos meios de manutenção dos afetados nos abrigos ou do retorno às moradias que ainda estiverem em condições de habitabilidade, acompanha o encaminhamento às moradias populares, defende a participação da população no processo decisório sobre a reconstrução das cidades, orienta sobre o acesso aos benefícios contínuos, entre outras.

Essas são apenas algumas das inúmeras ações desenvolvidas pela política de assistência social nos contextos de crise. No entanto, observa-se que essas ações no município de Itaqui, até o ano de 2020, restringiram-se ao momento de enchentes e inundações e ao pós-impacto. Pouco foi realizado de forma proativa na gestão de risco, porque não há entendimento claro do papel desta política nesse contexto. Mesmo com a reformulação, aprovada em 2004, percebe-se que as ações desenvolvidas têm sido meramente assistenciais e paliativas, não havendo uma integração com a rede de atendimento do município. Em especial, nas situações de desastres, a política não dá conta de assumir com a responsabilidade que lhes é designada.

Diante do exposto, é possível compreender a necessidade da elaboração de uma política pública estratégica e realista por parte do Estado que englobe remoção preventiva e assistência integral, vislumbrando uma área de reassentamento provisório, com rede de esgoto, rede elétrica, limpo, seguro e digno, preservado pelo poder público para os casos de enchentes previstas, onde a comunidade atingida pelas cheias se sinta acolhida e possa também receber o acompanhamento da assistência social e os atendimentos especializados necessários em decorrência da ocasião. Contudo, poderemos observar que viver hoje às margens do rio Uruguai é memória, história e resistência.

Para amenizar tais problemas é necessária a aplicação, por parte do Estado, de medidas estruturais e não estruturais. Bertoni e Tucci (2003, p. 63) reafirmam tal ideia quando colocam que:

O controle da inundação é obtida por um conjunto de medidas estruturais e não-estruturais, permitindo a população ribeirinha minimizarem suas perdas e manter uma convivência harmônica com o rio.

Medidas estruturais requerem mudanças de fato, principalmente nas estruturas físicas dos rios e de seus entornos; abrangem as obras de engenharia a serem realizadas para amenizar o problema. Já as medidas não estruturais estão ligadas aos procedimentos burocráticos como leis de preservação, monitoramento, delimitação de áreas ocupáveis e políticas públicas de assistência aos atingidos e remoção para locais seguros e dignos.

As medidas não estruturais nesses casos defendem na sua concepção a melhor convivência da população com situações que envolvam fenômenos como as enchentes. Para que as medidas não estruturais se tornem de fato eficazes, a participação conjunta entre o poder público e a comunidade local é fundamental, de modo que garanta uma convivência mais harmoniosa sem tantas perdas e prejuízos. Essas medidas são mais céleres de serem implantadas, sendo este o foco do presente projeto.

Nesse sentido, a proposta desta pesquisa está voltada à necessidade de políticas públicas condizentes com a realidade vivenciada pela comunidade tradicional ribeirinha de Itaqui, fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, através de uma análise da sua conjuntura.

Um ponto que chama muita atenção é o fato de a cidade ter se desenvolvido à margem esquerda do rio Uruguai, mesmo tendo que conviver com processos recorrentes de inundações, ano após ano. Faz-se necessário discutirmos as atuais condições de vida desta comunidade tradicional ribeirinha e levantarmos uma reflexão acerca das ações públicas voltadas a ela, como acesso a saúde, trabalho e moradia digna.

A maioria dos ribeirinhos possuem casas de madeira, popularmente conhecidas como “volantes”, que são residências construídas sobre postes de madeira e adaptadas para os momentos cheias, de maneira que facilite sua locomoção.

Medidas que visem o planejamento estratégico também são de extrema importância, principalmente quanto à rápida assistência aos atingidos em épocas de cheias do rio Uruguai, e de remoção dos mesmos para uma área onde não sejam alvo de desqualificação social, marginalização ou da descriminalização por boa parte da sociedade, que por muitas vezes se mostra incomodada em ver em frente à sua casa ou estabelecimento comercial, casas volantes sem rede de esgoto, sem espaço para acomodar as crianças que nelas residem, e que por muitas vezes se expõem dividindo lugar com os carros nas ruas e acostamentos.

4. A IMPORTANTE PRESENÇA DO ESTADO EM ÉPOCAS DE CHEIAS

As inundações ocorrem quando as águas dos rios saem do leito normal de escoamento devido à falta de capacidade de transporte de um dos sistemas naturais e ocupa áreas onde a população utiliza para moradia, trabalho ou lazer, entre outros. Ou seja, quando o volume de água é intenso e o solo não tem capacidade de infiltrar, superando sua capacidade natural de escoamento. De acordo com Tucci (2005):

O excesso do volume que não consegue ser drenado ocupa a várzea inundando de acordo com a topografia das áreas próximas aos rios. Estes eventos ocorrem de forma aleatória em função dos processos climáticos locais e regionais. É denominado de inundação ribeirinha.

A ocupação de áreas com risco de inundação provoca impactos sociais relevantes. Esta ocupação se dá principalmente pela falta de uma política pública de controle e prevenção, pois as áreas hoje desocupadas devido a inundações amanhã serão ocupadas novamente, já que as enchentes têm caráter temporário. Há a necessidade de uma política em que se busque resolver esta questão, pois somente a culpabilização das pessoas mais desfavorecidas que ali residem não resolve. Bem enfatiza Rolnik:

[...] ninguém vai morar numa área de risco porque quer ou porque é burro. As pessoas vão morar numa área de risco porque não têm nenhuma opção para a renda que possuem. Estamos falando de trabalhadores cujo rendimento não possibilita a compra ou aluguel de uma moradia num local adequado (NINGUÉM VAI MORAR..., 2011).

Conhecer e aplicar a legislação ambiental também não é suficiente. Diante da morosidade de ações públicas para minimizar as consequências deixadas pelas enchentes, é necessário que os governantes mudem suas estratégias, ou seja, ao invés de gastar o dinheiro público somente para remediar as consequências destes fatos, poderiam investir também na prevenção de forma estratégica.

Porém, o processo de remoção populacional definitivo, que envolve reassentamento em espaços distintos da sua origem, exhibe características singulares. Rebouças (2000, p. 67) diz que:

Isso faz com que o deslocamento, apesar de ser movido por um objetivo planejado, traga consigo um elemento de imprevisibilidade quanto ao destino e a forma do novo universo de relações sociais.

Ou seja, aqueles moradores das zonas atingidas que são obrigados a abandonarem a beira do rio também podem recusar o reassentamento em vilas ou lotes. Percebe-se a necessidade de uma política que os possibilite afastar-se de sua zona somente em casos de risco de enchentes. Neste sentido, Rebouças (2000, p. 28) destaca que: “essas comunidades, se veem diante de uma mudança brusca em seu modo de vida, desencadeada pela transferência definitiva da residência”.

Esta ideia vai de encontro ao que diz Marta Arretche (2001, p. 9), quando sugere que ao analisarmos uma política pública possamos fazer avaliações “menos ingênuas”. Segundo a autora, para o avaliador

é fundamental ter em mente que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação; mais do que isto, devem levar em conta que os implementadores é que fazem a política, e a fazem segundo suas próprias referências (ARRETCHE, 2011, p. 9).

Grande parte das dificuldades enfrentadas pela comunidade tradicional ribeirinha no município de Itaquí no acesso às políticas públicas oferecidas aos demais segmentos da sociedade decorre justamente da ausência e reconhecimento das suas diferenças e no visível despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos ao lidar com elas. É gritante a necessidade de uma mudança significativa na postura do Estado que lhes permita viver sua

cidadania de modo integral, sem precisar abrir mão de suas práticas culturais, sociais e econômicas já marcadas na história do município.

Márcio de Oliveira (2010), em seu texto intitulado “O Estado em Durkheim”, nos traz a seguinte definição de Estado:

O Estado é, assim, um grupo especial encarregado de “representar essa autoridade”, o “órgão eminente”. Os indivíduos têm deveres em relação a ele e reciprocamente. Trata-se, portanto, de um agente dinâmico, que se define por sua função social e em uma relação com os membros da sociedade.

E é justamente essa presença e esse dinamismo que se espera quando falamos em implementação de políticas e programas direcionados a essa comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os momentos de inundações, assim como as comunidades tradicionais ribeirinhas, sempre estiveram presentes na história da cidade de Itaquí, que, por diversos motivos já mencionados, desenvolveu-se às margens do rio Uruguai.

Após analisar os dados levantados das áreas periféricas da cidade, foi possível constatar grande vulnerabilidade de famílias ribeirinhas que moram nas proximidades dos eixos dos rios e afluentes que cercam a área urbana de Itaquí.

Foi possível percebermos que, para um município ser capaz de criar e gerenciar políticas públicas de qualidade é necessário mais do que recursos financeiros, mas um planejamento de longo prazo no qual os atores políticos possam definir um objetivo e o melhor caminho para alcançá-lo. Assim, a elaboração e execução das políticas públicas se tornam menos complexas, permitindo uma integração entre elas.

Este trabalho buscou evidenciar a importância de estabelecermos a inter-relação entre o poder público e a comunidade. Além disso, enfatiza a necessidade de medidas de acesso ao espaço urbanizado com infraestrutura e moradias adequadas e ações de promoção da saúde e redução da vulnerabilidade social mais dinâmicas que a assistência emergencial e a recuperação pós-cheias.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. L. **Map of Rio Grande do Sul state**. [s.l.; s.n.], 2 jun. 2006.

Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:RioGrandedoSul_MesoMicroMunicip.sv. Acesso em: 23 ago. 2021.

ARRETCHE, M. T. S. Avaliação de políticas públicas é objeto de pesquisa. [Entrevista concedida a] **ComCiência**, Campinas, 10 out. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3eQAJFK>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two Faces of Power. **The American Political Science Review**, Washington, DC, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BERTONIE, J. C.; TUCCI, C. E. M. (org.). **Inundações urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3y3SGZa>. Acesso em: 6 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3BEaegC>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COLVERO, R. B. **Itaqui nas fronteiras Ibero-americanas: 1801-1889**. São Borja: Faith, 2012.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, 2009.

NINGUÉM VAI MORAR em área de risco porque quer ou porque é burro. **Raquel Rolnik**, São Paulo, 13 jan. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/36Z8jVF>. Acesso em: 25 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 125-135, 2010.

PINTO, M. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja RS**: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REBOUÇAS, L. M. **O planejado e o vivido**. O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, 2000.

SANTOS, R. Gestão de desastres e política de assistência social. **Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, 2012.

SILVA, K. K. R. “Não tem jeito, o jeito que tem é sair” – as enchentes do rio Jaguaribe na cidade de Jaguaruana (CE) nos anos de 1960, 1974 e 1985. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8, 167-181, 2014.

SILVA, P. C. C. *et al.* Organização do Cuidado à Saúde em Populações Ribeirinhas: experiência de uma Unidade Básica de Saúde Fluvial. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE, 2., 2013, Belo horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRASCO, 2013.

TUCCI, C. E. M. **Gestão das inundações urbanas**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

VELHO, G. **A utopia urbana um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

¹ Mestranda em políticas públicas Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, Especialista em Políticas Públicas pela Faculdade São Braz, Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais – Direto, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pesquisa sobre análise de programas, projetos e políticas governamentais. E-mail: danielbonapace@hotmail.com

² Doutora em sociologia (Universidade de Brasília), Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas, Professora do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Pesquisa sobre análise de programas, projetos e políticas governamentais. E-mail: jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

ESTADO E HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM DIÁLOGO COM A (IN)EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AFIRMAÇÃO DE DIREITOS DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Matteus Newton Bronzoni¹
Ewerton da Silva Ferreira²
Ronaldo Bernardino Colvero²

Resumo: O estudo da cidadania da criança e do adolescente é fundamental para o entendimento da realidade social brasileira. Nesse viés, com enfoque naqueles que são socialmente excluídos, ou melhor, que sequer foram incluídos em sociedade, vivendo secularmente à margem social, busca-se entender a importância da afirmação de direitos, bem como políticas públicas de prevenção para esses subcidadãos. Faz-se, assim, uma análise de como o Estado participa na formação social da subcidadania desses jovens, observando a realidade dos adolescentes em conflito com a lei. Nesse viés, aborda-se as políticas públicas de prevenção e socioeducação de adolescentes em conflito com a lei, interpretando o texto legal que dá as diretrizes do cumprimento de medidas socioeducativas, chamado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Abordando dados de investimentos na área, e dados de resultados dessas políticas, é possível concluir que o governo brasileiro não tem dado a devida atenção a essa área diante da política de cortes instaurada em solo brasileiro nos últimos governos.

Palavras-chave: Socioeducação; Políticas públicas; Subcidadania; Adolescente em conflito com a lei; Subcidadania.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se dá pela importância de se debater os direitos da criança e do adolescente em solo brasileiro e a necessidade de defendê-los, principalmente quando o país se encontra, em que cada vez mais ganham força os debates conservadores, os quais apontam ideias muitas vezes contrárias à garantia de tais direitos, como a defesa de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) devia ser rasgado.

Em verdade, os direitos da criança e adolescente foram historicamente suprimidos no mundo inteiro, e em solo brasileiro não é diferente. Passaram-se muitos anos séculos até que os jovens pudessem ser considerados sujeitos de direito, fato que ocorreu apenas com a redemocratização do país e com a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Antes disso, só é possível se falar em supressão de direitos da criança e do adolescente, com poucos períodos de avanços.

Deste modo, analisa-se a formação social da cidadania da criança e do adolescente no Brasil, bem como seus reflexos na criação de uma espécie de cidadania precária para uma parcela social que fora secularmente excluída da sociedade. Busca-se fazer uma análise da realidade dos menores em conflito com a lei e as políticas públicas de proteção aos seus direitos. O presente trabalho tem metodologia qualitativa, com análises bibliográficas de autores do tema, bem como análise de dados governamentais sobre os investimentos e eficiências dessas políticas públicas.

2. A FORMAÇÃO SOCIAL DA CIDADANIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É inegável que questões como a escravidão tiveram reflexos na vida da criança e do adolescente no Brasil, pois mesmo com a abolição o destino do liberto era a exclusão. Todas as supressões de direitos vivenciadas pelos indivíduos fizeram com que se criasse uma ideia precária do que é ser criança e como ser criança, sendo que no Brasil só começa a se pensar nessa

faixa etária pela necessidade de regulamentação do trabalho. Isso origina uma dificuldade em reconhecer a criança como sujeito de direitos e reconhecer essa fase como fundamental no desenvolvimento do indivíduo; perdura uma ideia de propriedade sobre esses indivíduos, de não capacidade.

Tendo em mente que cidadania só se dá com acesso a direitos e a informação de que crianças e adolescentes passaram a fazer parte dos textos legais no Brasil apenas em 1927 com o Código de Menores, é possível pensar que foi a partir dessa data que se começou a pensar em um esboço da cidadania da criança e do adolescente, haja vista que nunca foram objeto de análise dos textos legais. Vale lembrar ainda que o Código de Menores não tutelava qualquer direito aos jovens, apenas os tratava como caso de polícia, como já relatado anteriormente.

Ou seja, até chegar em 1927 nem se pensava em cidadania para crianças e adolescentes no Brasil. Em verdade, antes de 1927 pensou-se nos direitos da criança e do adolescente, mas pela necessidade de produção e pelo uso do trabalho infantil; foi no ano de 1891, o Decreto nº 1.313 do governo provisório foi regulamentando o trabalho infantil nas fábricas, mas ele jamais foi seguido. E é nessa lógica que a cidadania começa a tomar forma no Brasil, com a garantia dos direitos sociais antes dos direitos políticos e civis (SOARES, 2018).

No período escravagista, crianças eram tiradas de suas famílias para virar mercadoria. Podiam ser vendidas, e quanto mais novas fossem, maior era seu preço, uma vez que quanto mais jovem o indivíduo, maior a força de trabalho, pois a vitalidade tende a ser maior com a pouca idade e ir diminuindo com o passar dos anos, ou seja, um indivíduo mais novo tem mais força e tempo de trabalho produtivo para oferecer. Portanto, assim como os escravos, as crianças eram tratadas como não-sujeitos. Tal época soterrou direitos e acabou com qualquer característica humanitária dos escravos, que sequer tinham direito a constituir família. Jessé Souza observa esse período como principal na formação da cidadania brasileira ao abordar os efeitos desse período na família e na sociedade brasileira. Pois já se vivia uma época de supressão de direitos, famílias desassistidas, pouco sentimento de afeto, e a situação se agravava mais, quando adolescentes eram inseridos cedo no contexto escravocrata. Após o fim de escravidão, estas famílias

restaram desamparadas, acontecendo uma inevitável marginalização desses indivíduos, que foram lançados à própria sorte, conforme:

Florestan estuda essa classe invisibilizada de abandonados no local mais competitivo e onde ela teve, inicialmente pelo menos, menores chances: a São Paulo dos imigrantes e do crescimento vertiginoso. O dado essencial de todo esse processo foi o abandono do liberto à sua própria sorte (ou melhor, ao próprio azar). Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como a negação do direito ao reconhecimento e à autoestima, da possibilidade de ter família, de interesses próprios e de planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna (SOUZA, 2019, p. 82-83).

Nesse contexto, é possível afirmar que todo esse processo logicamente acarretaria consequências pesadas na sociedade brasileira, como a segregação secular de uma parcela social originária dos negros e seus descendentes de qualquer cor, pois aqui embora a cor da pele seja um agravante na situação e vulnerabilidade, não se pode esquecer que os descendentes dos escravos de qualquer cor também sentiriam, ou melhor, sentem na pele os efeitos de uma segregação social secular. A escravidão fez com que ocorresse uma desumanização desses indivíduos, todos esses direitos que hoje conhecemos como humanos foram negados a eles, até os mais básicos, como a possibilidade de ter família. Por óbvio, tal período de supressão de direitos também causou prejuízo na infância, principalmente nos mais carentes, pois quando se começa a pensar a cidadania no Brasil, ela se faz com relação à ocupação e à profissionalização, originando uma espécie de cidadania regulada, a qual excluía os trabalhadores urbanos informais e os rurais, deste modo:

A não inclusão do negro resultou, com a crescente urbanização do país, neste processo de exclusão social de toda a camada pobre sem regulação profissional. É nesse ideário de cidadania – que por um lado, inclui o indivíduo na comunidade através da regulamentação profissional, e por outro exclui os que escapam da mesma – que são formuladas as políticas públicas para a infância e juventude a partir dos anos 30, exclusivamente para a parcela marginalizada, pré-cidadã nos termos supracitados (SOARES, 2018, p. 67).

Os direitos destinados à criança e ao adolescente no Brasil nascem de um processo de exclusão, pois a crescente urbanização e a não inclusão do negro em sociedade resultam em uma informalização ou improdutividade aos olhos da sociedade. É aí que nascem as políticas de atenção às crianças

carentes, que na prática não têm nada de garantia de direitos, é muito mais uma forma de cumprir medidas a infratores do que uma política de atendimento aos infratores ou menores carentes.

Além do mais, os primeiros imigrantes chegados ao Brasil foram os portugueses, mas esses não vinham por meio de projetos com suas famílias, na maioria das vezes vinham banidos de seu país de origem, tentando mudar o rumo de suas vidas aqui (SILVA, 2004).

Assim, a história da criança e do adolescente no Brasil já começa com indicadores de insucesso, pois não se garantiu qualquer espécie de direito e, por consequência, gerou uma subcidadania dessa parcela social. Não se pode esperar que uma sociedade que nasceu sem o menor apoio do Estado pudesse originar uma infância tranquila e protegida, seria irracional pensar isso.

3. A PERIFERIA

Observada a formação social da cidadania da criança e do adolescente, sempre com o olhar voltado à hipótese de que o Estado, ao não afirmar os direitos universais dos indivíduos, pode gerar a subcidadania, analisa-se agora a periferia e a sua contribuição para esse problema social, a presença latente da falta de direitos, a exclusão, e a marginalidade dessa parcela da população.

Antes, porém, precisa-se entender por qual motivo essas pessoas estão na periferia, longe dos grandes centros, sem a infraestrutura adequada para moradia, sem saneamento básico, condições degradantes de habitação, construindo suas casas em morros sem qualquer segurança. Sabe-se que não estão ali por opção, mas que por algumas situações sociais, como o abandono estatal e a falta de interesse da sociedade em integrar esses indivíduos, foi o que lhes restou. Nesse sentido, Jessé Souza, ao qualificar a modernização e tentar qualificar a nova periferia brasileira, que começou a se originar em meados dos anos de 1930, refere:

O Estado autoritário e modernizador, que se consolida a partir de 1930, não inicia o processo de modernização brasileiro, que começa já em 1808, como vimos, mas o põe efetivamente num outro patamar. A partir dele, o processo de modernização brasileiro passa a ser comandado não mais pelo surto urbanizador e comercial, como no século XIX, mas,

agora, pela industrialização. Também a partir dele, a estrutura transicional que articulava um setor moderno, especialmente nas cidades, e um setor tradicional, especialmente no campo, tende agora a refletir a crescente hegemonia do primeiro na dimensão nacional. A indústria passa a ser, no contexto da política de substituição de importações, o principal fator dinâmico do crescimento econômico (SOUZA, 2019, p. 123).

Devido à modernização que se expande ainda mais a partir dos anos de 1930 com a industrialização brasileira, as pessoas tendem a procurar os grandes centros na procura de melhores oportunidades. Fato que no futuro vai influenciar também no êxodo rural, no qual as famílias abandonam o campo e vão para os grandes centros, tudo isso em razão da industrialização, uma vez que o progresso da indústria no campo lhes tirou vários postos de trabalho, pois com o modo de pensar capitalista e a “necessidade” de produção em grande escala, acaba privilegiando os grandes latifundiários, afinal existe a necessidade de mecanização do campo para uma produção maior. Nesse sentido, esses indivíduos vêm para a cidade, mas não encontram lugar, uma vez que com o crescimento populacional acelerado, não há vagas no mercado de trabalho. Afinal, uma cidade que estava preparada para comportar uma população de 10 mil pessoas, por exemplo, se vê do dia para a noite com 20 mil habitantes, fato que certamente acarreta problemas sociais como o desemprego. Soma-se a isso o fato desses indivíduos não terem uma mão de obra qualificada para a indústria.

Por não terem onde trabalhar dignamente e, por consequência, condições de vida adequadas, não conseguem adquirir um imóvel digno para morar, tendo de se organizar e tomar posse de áreas aos arredores dos grandes centros, longe da “sociedade”, sem condições mínimas e as vezes em áreas de risco, assim confirmando a situação de exclusão e subcidadania. Ou seja, a exclusão, o fato de estar à margem da sociedade, a falta de direitos e principalmente a inércia do Estado em pensar políticas que os atendessem, resultando em um total esquecimento desses indivíduos.

Portanto, analisando o contexto excludente da periferia, um estudo realizado no ano de 2018 no Brasil sobre as questões de habitação, por exemplo, demonstra uma desigualdade colossal:

O processo de urbanização excludente acirra as desigualdades e priva muitos brasileiros de ter um lar digno e de ter a esperança de uma vida mais segura. Um indicador que apoia a

compreensão desse fenômeno é o de domicílios precários, que está concentrado entre as parcelas mais pobres da população. Os dados da PNAD, no período de 2002 a 2015, expõem a situação de 16,1% das famílias pertencentes aos 5% mais pobres, que residiam em domicílios precários, sem paredes de alvenaria, madeira ou revestimento adequado. Entre os mais pobres, o número de famílias por esse tipo de domicílio caiu para 7,5%, sendo reduzido em mais de 50% e beneficiando lares chefiados por mulheres e negros (CAMPELLO et al., 2018, p. 60).

Nesse viés, é nas sociedades periféricas que mais aparecem as questões sociais à falta de saúde, educação e até mesmo habitação adequada. Conforme demonstrado no referido estudo, as condições mais precárias de habitação estão presentes na parcela social mais baixa, de modo que 16% de lares dos 5% mais pobres não possuem sequer paredes de alvenaria e/ou madeira, situação desumana, e sabendo que esses são dados de uma realidade conhecida por todos os brasileiros e, principalmente, pelo Estado, nada ou pouco se faz para combater. Aceitar que boa parcela da população não tem uma moradia adequada e não buscar combater tais dados é legitimar a desigualdade.

A periferia, portanto, caracteriza a subcidadania, pois nela estão presentes os expoentes de desigualdade social, caracterizada pela pobreza extrema e miséria, a falta de direitos, bem como as condições de vida mínimas, habitação precárias, e nada se faz para buscar essa parcela social, são totalmente esquecidos pelo Estado.

4. APONTAMENTOS SOBRE O SINASE

Analisando a periferia e suas questões sociais como a desigualdade, pobreza, tendo por base os dados já apresentados, em especial sobre a educação e a relação entre a classe social e frequência escolar, observa-se os § 3º, 4º e 5º do artigo 1º do Sinase, os quais conceituam o que e quais são os programas de atendimento e as unidades de atendimento a menores em situação de conflito com a lei, cumulado com o artigo 123 § único do ECA, que por sua vez estabelece que as medidas serão cumpridas em estabelecimentos adequados. A reflexão sobre tais artigos torna-se importante na medida em que abordam diretrizes de como o Estado,

enquanto órgão responsável pela (res)socialização desses jovens deve agir. Dessa forma:

§ 3º Entendem-se por programa de atendimento a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas.

§ 4º Entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento.

§ 5º Entendem-se por entidade de atendimento a pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas (BRASIL, 2012).

Os referidos artigos estipulam como deverão ser organizados os programas de atendimento aos jovens em conflito com a lei, assim como unidade física e entidade de atendimentos, neles é possível observar diretrizes que deverão ser adotadas obrigatoriamente na fase de internação, mesmo na internação provisória. Destaca-se a importância que a lei dá para que esse conjunto de órgãos atue de forma unida, sempre presando pelas garantias de direitos humanos dos socioeducandos, e como feito no decorrer do estudo em tela, será analisado se na prática tais diretrizes são materializadas. Porém o olhar agora será voltado ao que preceitua o parágrafo único do artigo 123 do ECA, que nada mais é que um complemento às informações trazidas no artigo 1º do Sinase, pois como é sabido, o ECA foi redigido anteriormente ao Sinase e funciona como base para este. *Grosso modo*, o ECA funciona como o código penal e o Sinase como a lei de execução penal, ou seja, um dá as diretrizes materiais como quais são as medidas socioeducativas (ECA) e outro as diretrizes de execução dessas medidas (Sinase); um complementando o outro.

Portanto, o ECA estipula que no cumprimento de medidas socioeducativas as atividades pedagógicas devem ser mantidas e cumpre ao Sinase executá-las. Todavia, com base em um estudo que já foi apontado

anteriormente, o qual trata sobre “Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação”, tais diretrizes não são eficazes dentro das entidades de cumprimento de medidas socioeducativas. Os adolescentes que chegam para cumpri-la tais medidas muitas vezes não tiveram contato com a educação antes de ingressar nas entidades, chegando para serem socioeducados como analfabetos. Situação que dificulta ainda mais a responsabilidade em socioeducar esses adolescentes por parte das entidades, que por sua vez se tornam ineficazes.

Em 1999, Oliveira e Assis demonstraram que, na cidade do Rio de Janeiro, um entre cada três adolescentes institucionalizados era reincidente, *mais de 70% não estavam estudando* no momento da internação, e que entre esses havia um alto índice (cerca de 27%) de internos analfabetos. Nessa mesma direção, constata-se que muitas instituições responsáveis pela internação de adolescentes autores de atos infracionais mostram-se altamente ineficazes em exercer seu papel educativo (Silva & Guerresi, 2003), não conseguem aplicar as propostas socioeducativas previstas no ECA (Teixeira, 2005) e funcionam, muitas vezes, como verdadeiras “escolas do crime”, fomentando no adolescente aquilo que deveria ser “desaprendido” (MONTE et al., 2011, p. 131).

Ou seja, a educação tem um papel fundamental no resgate dessa parcela social, sendo possível constatar que a maioria dos socioeducandos não possuía uma frequência escolar adequada e boa parte deles sequer era alfabetizado, demonstrando uma falha estatal já na prevenção por não fornecer condições adequadas de ensino e, indo mais além, condições para que esses jovens possam se manter na escola.

Eis então a dificuldade de uma instituição reeducar tais jovens, pois a realidade apresentada no estudo é muito semelhante à realidade carcerária brasileira, que todos sabem ser ineficaz, que acaba se tornando muito mais uma escola do crime do que uma entidade de recuperação ou socioeducação. O fato de o Estado falhar na prevenção dificulta o seu próprio trabalho quando na socioeducação, afinal o adolescente chega sem base alguma, vindo de uma realidade totalmente desamparada sem sequer ter sido “socializado” e precisa ser (res)socializado.

Essas falhas na prevenção, e na (res)socialização, que é o foco aqui tendo como objeto de estudo o Sinase, são perceptíveis facilmente ao analisar os dados demonstrados no estudo, quando aponta que um a cada três internos era reincidente. Com dados como esse não é possível afirmar que as medidas

de socioeducação estavam/estão dando certo, como já afirmado, observar o que é feito na prevenção, o que o Estado faz para proteger e afirmar direitos antes de chegar na socioeducação, pois quanto pior for a realidade anterior, a probabilidade de os resultados posteriores não serem atrativos é enorme.

5. LIMITE ESTRUTURAL – TETO DE GASTOS

Em decorrência dessa política de limitação, faltam recursos destinados para implementação de políticas públicas de cidadania, como é o caso do Sinase, por exemplo, por estar inserido em uma das áreas que mais perderam investimentos. Os recursos são divididos por áreas de acordo com a Lei Orçamentária Anual, que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. Ela é criação do poder Executivo, ou seja, presidente, governadores e prefeitos, cada um de acordo com suas competências e abrangências, mas ressaltando que todos fazem parte do eixo responsável pela execução orçamentária.

Vale ressaltar que no país existem algumas áreas que possuem uma garantia legal sobre o orçamento, que obriga o repasse de certa parcela deste, como é o caso da saúde e da educação. Ambas estão relacionadas no artigo 212 e têm um percentual de investimento, como será demonstrado a seguir, sendo que ordena o governo federal a investir boa parte da sua arrecadação nacional nessas áreas.

Contudo, após o ano de 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer, adotou-se no Brasil cortes de investimentos em políticas públicas e em áreas fundamentais, como saúde e educação; tal política ficou conhecida como teto de gastos.

Com isso, ocorre a criação da “PEC do teto”, aprovada como PEC 95, em 2016 e entrando em vigência no ano seguinte, que congelou os investimentos em áreas como saúde e educação por vinte anos, podendo ser reavaliada pelo governo após os dez primeiros anos. Ou seja, *a priori*, no mínimo, próximos dez anos o Brasil só poderá investir em saúde, educação, o mesmo valor investido no ano anterior, corrigido pela inflação. Tal proposta era tratada como a “cereja do bolo” do governo Michel Temer, pois ele referiu que essa seria a maior mudança fiscal das últimas décadas, acreditando que o país não conseguiria vencer a crise fiscal gastando mais do

que se arrecada. A proposta foi aprovada na Câmara e no Senado, em ambas as casas foi aprovada por ampla maioria. A referida PEC alterar, por exemplo, a aplicabilidade do artigo 212 da Constituição federal no orçamento, que prevê:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Com o advento da PEC, tais investimentos ficam limitados pelo investido no ano anterior e a variação do IPCA⁴ a partir do ano de 2017. Desta forma, a PEC retira o poder de investimento do país em áreas fundamentais que alcançariam os mais pobres, pois são os que mais necessitam de saúde e escola públicas e de qualidade. Isto porque as demandas da educação variam anualmente e muitas vezes mais que o índice inflacionário, por exemplo, segundo o IBGE, a inflação no Brasil no ano de 2019 foi de mais ou menos 4%. O valor a ser aplicado na educação em 2020, será o mesmo de 2019, com a variação de 4%. Ou seja, não se aumenta o investimento, mas só se investe o mesmo investido no ano anterior, pois esses 4% correspondem à desvalorização da moeda; mesmo que a cifra seja maior, o investimento continua o mesmo.

Porém, segundo o economista Eduardo Moreira, a perda da capacidade de investimento em um país que enfrenta um crescimento pequeno do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, é justamente o problema para o retorno ao crescimento. Ou seja, o PIB é a soma de bens e serviços de uma determinada localidade, por um período. Moreira diz que o Brasil consegue investir apenas cerca de 18% do seu PIB, o que ele considera um percentual pífio comparado a outros países. Eduardo defende que a retomada do crescimento de um país passe justamente pelo caminho contrário, qual seja, o investimento, não o congelamento, uma vez que o mundo se encontra em uma era de revolução tecnológica, e que os países precisam investir para acompanhá-la, caso contrário o efeito pode ser perigoso.

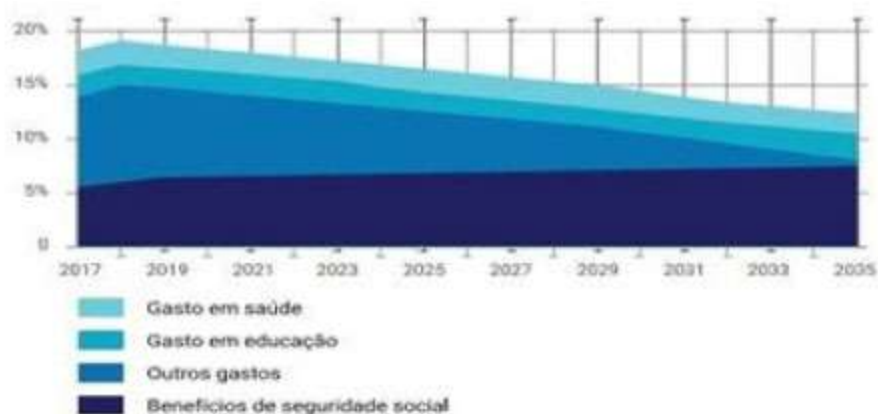
Em um estudo realizado no ano de (OLIVEIRA, 2019) pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Oxfam Brasil e o Centro para os

Direitos Econômicos e Sociais (CESR), é possível observar o prejuízo que será causado pelo congelamento de gastos em áreas fundamentais como educação e saúde, principalmente para a camada mais baixa do país, pois são os que mais dependem dessas políticas, demonstrando a diferença social brasileira, e caracterizando a cidadania precária do cidadão brasileiro pobre.

6. TETO DOS GASTOS REDUZIRÁ DESPESAS INDISPENSÁVEIS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO

A pesquisa demonstra que se o mesmo teto tivesse sido aprovado em 2003, o orçamento da saúde no país hoje teria sido reduzido em 48%, ou seja, causaria um prejuízo inimaginável. Portanto, pode se dizer que o prejuízo trazido pela referida PEC é enorme e irá afetar todas as camadas sociais, embora os mais atingidos sejam a população mais carente. É possível sim afirmar que todos sentirão os efeitos da PEC, na medida em que o Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, principal política pública da área da saúde, é um benefício de todos e que já sofre com investimentos precários, sofrerá ainda mais com uma política de limitação de investimentos, atingindo assim todos os seus usuários.

Figura 1 – Gasto social estimado como porcentagem do PIB com a Emenda Constitucional 95, 2017-2036



Fonte: BRASIL (2017)

Os efeitos da PEC já apareceram em 2017, seu primeiro ano de vigência, com uma queda de 17% e 19%, respectivamente, nos investimentos como saúde e educação; isso significa menos médicos para o

pobre, escolas cada vez mais precárias. O que demonstra que a cidadania da plebe no Brasil não é plena, seus direitos não são totalmente garantidos, só é lhes dado o mínimo e quando é lhes dado, pois conforme o demonstrado, querem diminuir o pouco destinado a políticas públicas que atendam essa parcela social.

Todavia, com o auxílio do referido estudo e fazendo uma análise lógica, não há como estipular que os investimentos no ano futuro devem ser os mesmo do ano anterior, simplesmente pelo fato de que não se pode prever demandas menores os iguais ao ano anterior, mas sim mais maiores, pois a vida da população mais carente vai continuar necessitando da assistência social do Estado, até porque é seu dever atender os anseios dessa parcela social, e seu cuidado e resgate necessitam do apoio estatal através de suas políticas de atendimento. Por exemplo, a taxa de crescimento populacional no Brasil aumenta cerca de 1%⁵ a cada ano, logo não se pode ter o mesmo investimento se a demanda é maior (MOURA,2019). Terão mais pessoas idosas, mais crianças nascendo, mais pessoas entrando nas escolas, e o mesmo investimento; a conta não fecha, é matemática simples.

Por exemplo, o MEC aponta as diferenças estruturais nas escolas, como banheiros, sala de aula adequada, cadeiras, refeitório, sendo um dos motivos pela desigualdade do ensino. Segundo levantamento feito pelo Movimento Todos pela educação, apenas 4,5% das escolas públicas no Brasil possuem estrutura adequada conforme Previsto em Lei no Plano Nacional de Educação, demonstrando que a parcela social que necessita de escola pública no Brasil, já enfrentam uma desigualdade na estrutura escolar daqueles que possuem condições de pagar por uma escola particular, e é obvio que isso afeta no aprendizado (APENAS 4,5%...).

Neste viés, é inegável que os referidos cortes também refletiram negativamente nas políticas de socioeducação de menores em conflito com a lei. Haja vista que, segundo o artigo 3º do Sinase, que possui nove incisos e quatro parágrafos e é o primeiro artigo da lei a tratar sobre as competências, dando as diretrizes sobre qual a responsabilidade de cada ente federativo. É responsabilidade da união algumas diretrizes sobre o referido sistema. Assim, serão analisados os incisos III, VIII e IX do artigo, os quais aduzem

que é de competência da União o financiamento, assistência e publicidade de repasses para execução de tais programas:

Art. 3º Compete à União:

[...]

III – prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas; [...]

VIII – financiar, com os demais entes federados, a execução de programas e serviços do Sinase;

[...]

IX – garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos aos gestores estaduais, distrital e municipais, para financiamento de programas de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2012).

Dessa forma, compete à União primeiramente, depois aos demais entes federativos tal financiamento, pois o Sinase é federal, foi criado pela União para o controle do sistema socioeducativo no Brasil, o qual é de importância nacional, logo seu financiamento começa pela União. Ocorre que, embora exista tal previsão legal como apontado no artigo, de acordo com um estudo realizado pelo Conselho Nacional do Ministério público (CNM) no ano de 2019, a União tem falhado no custeio de tais políticas públicas. Alguns estados, como é o caso do Acre, apresentam superlotação em suas unidades de socioeducação. Em verdade, a realidade do Acre é a mais gritante com uma superlotação em internação por tempo indeterminado de 192,99%, mas não é o único com tal realidade. O CNM aponta a falta de apoio da União no investimento nessas unidades como uma das causas dessas superlotações.

Como é sabido, a Lei do Sinase atribui aos estados a obrigação de criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação (artigo 4º, inciso III), devendo a União prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento dos sistemas estaduais, distrital e municipais (artigo 3º, inciso III). Não obstante a orientação legal, nos últimos anos, a União não contribuiu suficientemente para a implantação de novas unidades de internação e semiliberdade nos estados e não cofinanciou o custeio dos

sistemas estaduais e distrital, obrigando os estados e o Distrito Federal a arcarem sozinhos com a manutenção dessa política, que é de natureza obrigatória, continuada e permanente (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2019).

Portanto, se o Estado sequer investe na unidade de atendimento dos jovens, deixando que elas permaneçam superlotadas, algumas com fila de espera, não há como socioeducar adequadamente esses indivíduos. Não tem como afirmar sua cidadania deixando, por exemplo, que o sujeito permaneça em uma sala, que na verdade é uma cela, onde deveria ser para um ou dois adolescentes, mas tem cinco. Tal situação vislumbra uma violação dos direitos humanos desses indivíduos, direito que a própria lei lhes garante, mas que ao pôr em prática, acaba os soterrando.

Tal estudo aponta que o déficit é de, mais ou menos, 2 mil vagas, podendo chegar a 5 mil se contar os pedidos pendentes mensais, dado que alarma os especialistas da área, por tal situação demonstrar uma grande semelhança com a realidade carcerária precária brasileira.

Escreve-se uma lei cheia de garantias, mas joga-se jovens fechados em uma cela com cinco ou dez outros jovens, sem estruturas mínimas para lhes socioeducar, fazendo com que isso possa se tornar uma espécie de escola do crime. Ou seja, se há superlotação, as estruturas não são adequadas, logo, é lógico que há falta de investimento.

Por tudo, a hipótese apresentada no presente tópico resta comprovada na medida que, ao estabelecer um teto de gastos para áreas fundamentais, o Estado acaba impondo um limite estrutural nas políticas de atendimento às camadas sociais menos abonadas, que, por sua vez, acabam sendo prejudicadas com a latente falta de direitos. Além do mais, o limite estrutural atinge diversas áreas, como o objeto da presente pesquisa, que sofre com a falta de estrutura adequada para o cumprimento de suas medidas, ocasionadas pela política estatal de corte de investimentos, o que fica comprovado com a falta de vagas e a fila de espera para o cumprimento de medidas socioeducativas de internação.

7. A MÁ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

O Executivo gasta demais em algumas coisas como politicagem, servindo apenas para manutenção de cargos, dividindo a fatia do “bolo” entre seus aliados, “leiloando ministérios”. Sustentam-se inúmeros privilégios, como o cartão corporativo⁶ do presidente que, segundo Portal da Transparência, possui uma fatura de mais de R\$ 1 milhão mensais pagos pela população, pelo cidadão que não tem acesso aos direitos básicos (GASTOS POR CARTÃO..., 2020). Há uma discrepância de realidade, em um país que se prega ser possível viver com um salário mínimo, que hoje está em cerca de mil reais, gastar tanto com salário de presidente, ministros e privilégios para eles. Logo, em um ano gasta-se cerca de R\$ 12 milhões só em cartão corporativo, enquanto corta-se gastos em políticas públicas de atenção à parcela social mais carente. Investe-se em privilégios aos ricos, mas corta-se em direitos básicos.

Práticas ancoradas na tradição política brasileira, que passou por muitos anos de autoritarismo, sem acesso a informações dos órgãos públicos, fazendo com que boa parte de seus recursos escoassem sem que a população ficasse sabendo, ou seja, tais situações existem desde os primórdios da política nacional. Inegável que a corrupção gera uma má administração dos recursos, afinal faz com que o dinheiro público não chegue à população, com o governo colocando seus interesses individuais na frente do interesse coletivo; e esse talvez seja o pior fator da corrupção, pois esquece-se da função para que foi eleito ou contratado, qual seja, servir ao povo, e não se servir do povo.

Nesta senda, diminuem-se os investimentos em políticas públicas para os cidadãos, com a justificativa de combater o déficit fiscal, mas não falta dinheiro para liberação de emendas parlamentares afim de aprovar a reforma trabalhista, por exemplo, a qual suprime justamente os direitos do cidadão. Deste modo, confirma-se que os recursos públicos brasileiros acabam se perdendo no caminho para atender anseios particulares, dando cada vez menos espaço para os anseios públicos.

Conforme um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), no Brasil em 2017, os investimentos em políticas públicas voltadas para as áreas sociais tiveram uma queda de, mais ou menos, 83% entre 2014 e 2017, agravada após a aprovação da PEC do teto, demonstrando claramente que

os anseios do cidadão não fazem parte da política governamental de redução de gastos instaurada no Brasil nos últimos anos.

Ainda segundo o referido estudo, a área que mais perdeu investimentos desde o ano de 2014 foi a de promoção dos direitos da juventude (perdeu cerca de 83%) e defesa dos direitos da criança e adolescente (queda de cerca de 62%), justamente áreas fundamentais para o combate às desigualdades sociais, bem como na afirmação dos direitos dos cidadãos, pois se não afirmar os direitos desde a base não há como resgatar esses cidadãos no futuro.

Todavia, em contrapartida a esse cenário de cortes nas referidas áreas, somente no ano de 2018 o governo liberou cerca de R\$ 5,29 bilhões em emendas parlamentares⁷ para que fosse garantida a aprovação de projetos como reforma trabalhista e reforma da previdência. Esse uso de emendas parlamentares como uma espécie de barganha para compra de votos de deputados escancara mais uma vez a má administração de recursos do país. Enquanto o governo corta 83% do investimento em políticas de atenção a jovens, ele gasta desenfreadamente para aprovar seus projetos.

Embora as emendas parlamentares sejam gastos que compõem o orçamento governamental e muitas vezes são investidos em políticas voltadas ao interesse populacional, não faz sentido que haja tanto investimento justamente quando se precisa que os parlamentares aprovem um projeto que é do interesse do Executivo, abrindo o cofre e gastando-se bilhões enquanto a população, que será atingida diretamente por tal projeto, sofre com o corte de investimentos.

Tais políticas caminham no sentido de levar novamente o Brasil para o mapa da fome e da pobreza extrema, posição que abandonou no ano de 2014, após inúmeros esforços do governo federal no combate as mazelas sociais, e esse possível retorno não pode ser tratado como algo correto e normal. O Estado não pode naturalizar a pobreza em detrimento do combate ao déficit fiscal, o que se deve fazer é mediar os interesses e garantir que aqueles que não têm voz não sofram novamente. Não se pode tratar como normal a falta de direitos em detrimento do déficit fiscal; o combate à fome, por exemplo, deveria ser prioridade orçamentaria, não viver com as sobras do investido em outras áreas.

Ao analisar detalhadamente a incidência de corrupção e má gestão na educação, a pesquisa de Lopes (2011) contribui com a literatura que investiga a ocorrência de desperdício de recursos públicos. Esse esforço pode ajudar a desenhar políticas públicas menos suscetíveis à incidência de desvios.

No entanto, destacam-se os achados obtidos quanto à ocorrência de má gestão. Comparado aos atos de corrupção, esse tipo de irregularidade ocorreu com maior intensidade nos gastos públicos com educação básica. Isso indica que a maior parte do desperdício de recursos públicos não estava relacionada a um benefício direto a um funcionário público. O desperdício foi consequência da negligência e despreparo dos agentes públicos, que aplicaram indevidamente recursos públicos prejudicando a prestação de serviços na área de educação. Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos (RODRIGUES et al., 2020).

O referido estudo aponta que nos municípios investigados a incidência de má administração de recursos, ou má gestão, é ainda maior do que a própria corrupção. Fator que pode ser associado ao despreparo do agente para exercer tal função. Ou seja, no Brasil, a má administração é ainda mais presente que a corrupção. De acordo com o estudo em epígrafe, a maior incidência de má administração de recursos nos municípios estudados se deu em áreas como educação básica. Logo, o despreparo de agentes, cumulado ainda com a corrupção, que embora apareça em menor volume do que a má administração, ainda aparece, acarreta em má aplicabilidade de recursos públicos.

Portanto, analisa-se o artigo 30 e parágrafo 3º do Sinase, o qual aborda sobre o financiamento e as prioridades do programa, trazendo no caput como ele será cofinanciado. Seu parágrafo 3º aduz diretamente que esses recursos estão sujeitos às normas e monitoramento pelas políticas dos órgãos estatais presentes na relação. Assim, o artigo dá algumas diretrizes sobre a aplicabilidade dos recursos, referindo que o mesmo deverá ser custeado pela seguridade social, bem como outras fontes. Eis aqui um expoente da má administração de recursos, afinal já foi demonstrado anteriormente que a seguridade social sofreu um corte em seu orçamento pelo combate ao déficit fiscal. Como uma área que vem sendo sucateada pode cofinanciar outra?!

Art. 30. O Sinase será cofinanciado com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, além de outras fontes.

[...]

§ 3º Os entes federados beneficiados com recursos dos orçamentos dos órgãos responsáveis pelas políticas integrantes do Sinase, ou de outras fontes, estão sujeitos às normas e procedimentos de monitoramento estabelecidos pelas instâncias dos órgãos das políticas setoriais envolvidas, sem prejuízo do disposto nos incisos IX e X do art. 4º, nos incisos V e VI do art. 5º e no art. 6º desta Lei (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, é possível observar no estudo feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)⁸, o qual analisou a previsão orçamentária para as políticas públicas de proteção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente, no qual entra o objeto da pesquisa em tela, e observou-se que essa foi uma das áreas que menos se efetivou investimentos em políticas públicas, provavelmente pelo fato de que as políticas governamentais aplicadas no Brasil nos últimos anos não dão conta dos direitos da criança e do adolescente. Os valores aprovados foram efetivos em apenas 2% em alguns anos entre 2016 e 2019, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Execução orçamentária dos recursos destinados a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, 2016 a 2019

(valores em reais constantes)			
Ano	Autorizado	Pago	Quanto não foi executado
2016	83.090.579,65	1.317.686,55	98,41%
2017	69.127.874,30	1.357.724,67	98,03%
2018	209.708.806,87	117.062.023,82	44,18%
2019	60.920.543,18	9.702.482,30	84,07%

Fonte: INESC (2019).

A Tabela 1 demonstra que nos anos 2016 e 2017, apenas 2% do orçamento destinado para a área foi efetivamente gasto; no ano de 2018 pouco mais da metade foi gasto; e em 2019, cerca de 15%. Em uma realidade em que há superlotação de casas de socioeducação, não é razoável que apenas 2% dos recursos destinados sejam realmente usados.

O que se pode averiguar na análise de tais dados é que não há, por parte do governo, o interesse na execução de tais políticas públicas, visto que não existe justificativa pela não aplicabilidade de recursos destinados a essas áreas. Observa-se que o problema não é a previsão e sim a execução, os recursos são separados e simplesmente não são aplicados. E o mais estranho é que são áreas em que estão faltando recursos, já é destinado pouco e o pouco que é destinado, não é aplicado.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira possui uma formação social excludente, a qual inúmeros cidadãos são jogados à margem social sem sequer terem participado de qualquer fase de sociabilidade ordinária. Esses indivíduos por anos foram/são esquecidos pelo Estado, o qual enfrenta dificuldade no regate desses indivíduos.

Essas dificuldades são demonstradas muitas vezes pela não aplicabilidade da lei, ou seja, pela não garantia de direitos, que pode se dar por inúmeros fatores, como apresentado no presente trabalho. Pode ser inclusive por uma política pública estatal de corte de gastos. É evidenciado aqui que o governo brasileiro nos últimos anos aplica uma política de corte de investimentos em políticas públicas sociais.

Uma das áreas mais afetadas por essa política de corte é justamente a área da afirmação dos direitos da criança e do adolescente; a área necessita de recursos e eles não vêm por uma escolha do Estado, ou até mesmo pela má administração de tais recursos.

Sabendo que o não fazer também é uma forma de política pública, é possível se pensar que no Brasil há uma espécie de política pública de não garantia dos direitos da criança e do adolescente, principalmente daqueles em conflito com lei. Não há como interpretar de outra forma quando se observam dados que demonstram recursos destinados a tal área, que necessita e muitos destes, mas que por opção do Estado não são aplicados.

Portanto, conclui-se que a política pública brasileira de garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente nos últimos anos vai de encontro à afirmação legal, demonstrando que embora haja tal proteção, na

prática está defasada com a falta de recursos e política de cortes governamentais.

REFERÊNCIAS

APENAS 4,5% das escolas têm infraestrutura completa prevista em lei, diz estudo. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Wb6fYv>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2UMto36>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre o cartão corporativo da presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3zAsndh>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3x07qXy>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.013, de 10 de junho de 2020**. Dispõe sobre o salário mínimo nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3rycmls>. Acesso em: 20 out. 2020.

CAMPELLO, T.; GENTILI, P.; RODRIGUES, M.; HOEWELL, G. R. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 54-66, 2018. Edição Especial 3. Disponível em: <https://bit.ly/3rAqoTo>. Acesso em: 20 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Panorama da execução dos programas socioeducativos de semiliberdade e internação nos Estados brasileiros**. Brasília, DF: CNMP, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3rHFAOL>. Acesso em: 21 out. 2020.

GOVERNO Bolsonaro bate recorde de liberação de emendas em 2019. **Jovem Pan**, São Paulo, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kYDhp1>. Acesso em: 20 out. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – INESC. Crianças e adolescentes são prioridade absoluta no orçamento público?. **INESC**, [s.l.], 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/criancas-e-adolescentes-sao-prioridade-absoluta-no-orcamento-publico/>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MONTE, F. F. C.; SAMPAIO, L. R.; ROSA FILHO, J. S.; BARBOSA, L. S.

Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 125-143, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3kWy4hC>. Acesso em: 24 out. 2020.

MOURA, T. Estimativa da população do Brasil passa de 210 milhões, diz IBGE. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3f7OiRd>. Acesso em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, T. Crianças e adolescentes são prioridade absoluta no orçamento público? **Inesc**, Brasília, DF, 16 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3i0NiAh>. Acesso em: 20 out. 2020.

GASTOS POR CARTÃO da presidência. **Portal da Transparência**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3i8aDjt>. Acesso em: 20 out. 2020.

RODRIGUES, D. S.; FARONI, W.; SANTOS, N. A.; FERREIRA, M. A. M.; DINIZ, J. A. Corrupção e má gestão nos gastos com educação: fatores socioeconômicos e políticos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xc7xj2>. Acesso em: 17 out. 2020.

SOARES, D. J. V. A cidadania de crianças e adolescentes no Brasil: caminhos e desafios. **CSOnline**, Juiz de Fora, n. 26, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eUqG2E>. Acesso em: 26 jul. 2021

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

-
- ¹ Mestrando em políticas públicas pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja, RS, Brasil. E-mail: matheusnb@gmail.com
- ² Mestrando em políticas públicas pela (Universidade Federal do Pampa), campus São Borja, RS, Brasil. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com
- ³ Doutor em história (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil. Professor do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. E-mail: ronaldocolvero@unipampa.edu.br
- ⁴ Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo é a ferramenta oficial no Brasil para calcular inflação ou deflação, o que é feito mensalmente pelo IGBE. Se um teto semelhante tivesse sido imposto a partir de 2003, o orçamento da saúde para 2015, por exemplo, teria sido reduzido em 43% (R\$ 55bi em vez de R\$ 100bi) (SULPINO; PUCCI, 2016, p. 9). Ao longo das duas próximas décadas, estima-se que a emenda constitucional resultará em significativas perdas para investimentos chave em saúde e educação.
- ⁵ Segundo o IGBE, o crescimento populacional no ano de 2019 foi de 0,79%. Embora a taxa esteja em queda, presume-se que somente em 2048 ela comece a ser negativa no país (MOURA, 2019).
- ⁶ O cartão corporativo da presidência da República é regido pelo Decreto Lei nº 5.355/2005, e serve para o pagamento de despesas relacionadas ao presidente e sua família, gastos como viagens, abastecimento de veículos (BRASIL, 2005).
- ⁷ No ano de 2018 o governo Temer bateu o recorde de liberação de emendas parlamentares, recorde esse que foi batido pelo governo de Jair Bolsonaro no ano de 2019 (GOVERNO..., 2020).
- ⁸ Estudo realizado pelo Inesc no ano de 2019 levantou dados sobre o orçamento destinado à área da criança e do adolescente (OLIVEIRA, 2019).